



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Natalia Azevedo Crivello

**Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu: representações fotográficas de uma
transformação (1930-1940)**

São Gonçalo

2011

Natalia Azevedo Crivello

Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu: representações fotográficas de uma transformação (1930-1940)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

C936 Crivello, Natalia Azevedo.
TESE Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu, representações fotográficas de
uma transformação (1930-1940) / Natalia Azevedo Crivello. – 2011.
109f.: il.

Orientador : Prof^º Dr. Gelsom Rozentino de Almeida.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Nova Iguaçu (RJ) - História local - Teses. 2. Nova Iguaçu (RJ) –
Usos e costumes - 1929-1940 - Teses. 3. Fotografias como recurso de
informação - Teses. I. Almeida, Gelsom Rozentino de. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CRB 7 - 4994

CDU 981.53“1929-1940”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Natalia Azevedo Crivello

Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu: representações fotográficas de uma transformação (1930-1940)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 16 de dezembro de 2011.

Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rui Aniceto Fernandes
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dr. Jorge Luís Rocha da Silveira
IBMEC/ Museu da Justiça

DEDICATÓRIA

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem ele não poderia abrir os olhos e ver, a cada nova manhã.

Ao Professor Mauro, pelo incentivo e auxílios quando na graduação o projeto de pesquisa era apenas uma idéia. Idéia que ele me ajudou amadurecer e escrever.

Aos queridos amigos que foi esta curta, porém grande empreitada que foi o curso. Passamos bons momentos, viajamos, debatemos, descontraímos, discordamos, rimos. Foi um período de apenas 2 anos, mas a sensação é que as amizades nesse tempo serão duradouras.

Um agradecimento especial aos amigos mais próximos: Alle e Carine, companheiras de papos no telefone e internet, nos almoços depois da aula. Rafael e Carlos, companheiros nos almoços e nas viagens, sempre carregando minha bagagem pesadíssima e contando muitas histórias...

À Marta, que infelizmente não pode concluir o curso com a turma, mulher forte, um exemplo para nós, companheira, que juntamente com Alle dividia a volta para casa no ônibus e trem.

Ao orientador Gelsom pela amizade e atenção, sempre esmerado, solícito às minhas dúvidas e inquietações intelectuais.

À Andrea, da secretaria da pós, pela competência e eficiência. E por toda a paciência ao responder os emails de dúvidas.

Aos amigos do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu e da Mitra Diocesana pela atenção no momento das pesquisas.

Ao querido Luiz Carlos, pelo carinho e amizade dispensados a mim; pelos livros emprestados, pelos papos acadêmicos, e pela sempre solícita e entusiasmada consultoria.

À minha família. Mãe Kathie, pelo amor, estímulo, dedicação, atenção, paciência e pelos joelhos no chão, sempre orando por mim. Pai Virginio, pelo amor, confiança e financiamento de parte do curso. Irmãos Gabriel e Raphael por não agüentarem mais me ouvirem falar dos laranjais de Nova Iguaçu.

À Dona Cirinha, pelo amor de vó, pela torcida sempre me incentivando e pelo apoio com os livros.

A todos que torceram por este projeto, incentivando, apoiando, o meu Muito Obrigada.

É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância. É preciso que, no velho palácio silencioso onde ela dorme, vocês penetrem, animados da luta, todos cobertos da poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido e que, abrindo as janelas de par em par, avivando as luzes e restabelecendo o barulho, despertem com a vossa própria vida, com a vossa vida quente e jovem, a vida da princesa adormecida.

Lucien Febvre, 1952.

RESUMO

CRIVELLO, Natalia Azevedo. *Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu: representações fotográficas de uma transformação (1930-1940)*. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

Esta dissertação analisa as representações das transformações urbanas e das relações sociais ocorridas em Nova Iguaçu entre 1929 e 1940. A forte produção da laranja da região tornou - no início do século XX - principal fornecedor do produto à Argentina e a Europa, fato esse abrandado com a crise de 1929 e interrompido com o início da Segunda Guerra Mundial. Essa interrupção acentuou a tendência dos recursos originários 'da laranja'; para investir na região com objetivo de transformar o grande celeiro rural em espaço urbano, necessitavam-se encontrar alternativas que viessem substituir, com as devidas proporções, os retornos financeiros escasseados no início da Segunda Guerra. Nesse contexto, as frações de classe dominante na localidade retratam em fotografias as transformações urbanas e momentos da política local. As frações de classe, encontram-se, em Nova Iguaçu em embate no campo político pela ocupação dos espaços de poder. Desta maneira é perceptível no município, por parte do grupo dos citricultores, a construção de identidades de maneira a fortalecer o imaginário em torno do "mito da idade de ouro" local. Esses indivíduos têm papel central no beneficiamento e comercialização de laranjas e na transformação urbana e política do município. Para consolidar seu poder criam laços econômicos, políticos e familiares entre si. Por fim, a fração de classe citricultora local, constrói, alicerçada no processo 'da laranja' um mito da idade de ouro local com objetivos de estabelecer na memória dos moradores o imaginário de um tempo de antes, de um passado áureo, com vistas a fortalecer as identidades dos moradores locais. Esse mito é perpetuado pelos descendentes das famílias ditas tradicionais, bem como apropriado por políticos em tempos mais recentes.

Palavras-chave: história local; Nova Iguaçu; fotografia; história e imagem; campo político; relações de poder; identidades, idade de ouro; memória.

ABSTRACT

CRIVELLO, Natalia Azevedo. *The Orange Groves of Nova Iguaçu: Photographic Representations of a Transformation (1930-1940)*. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

This dissertation analyzes representations of urban transformation and social relations that occurred in Nova Iguaçu between 1929 and 1940. The strong orange production in the region to become - in the early twentieth century - the main supplier of the product to Argentina and Europe, a fact that eased the crisis of 1929 and stopped with the onset of World War II. This disruption highlighted the tendency of funds from 'orange'; to invest in the region with the aim of transforming the large barn in rural urban areas, need to find alternatives that they would replace with the proper proportions, the little financial return in the early World War II. In this context, the fractions of the ruling class in the locality in photographs portray the urban transformations and moments of local politics. The fractions of class, are in New Delhi in the political struggle in the occupation of positions of power. Thus it is noticeable in the city, by the group of citrus growers, the construction of identities in order to strengthen the imagination around the "myth of the golden age" site. These individuals play a central role in processing and marketing of oranges and urban transformation and policy of the municipality. To consolidate his power create economic ties, political and family together. Finally, the fraction of local citrus farmer class, builds, builds on the process 'orange' myth of a golden age for the purposes of establishing the local memory of the residents in the imagination of a time before, of a past golden age, with a view to strengthen the identities of local residents. This myth is perpetuated by the descendants of so-called traditional families, as well as appropriated by politicians in recent times.

Keywords: local history; Nova Iguaçu; photography; history and image; political field; power relationships; identities; golden Age; Memory.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Panorâmica do centro de Nova Iguaçu. 1932	53
Fotografia 2 - Panorâmica do centro de Nova Iguaçu. 1940	54
Fotografia 3 - Cadeia, fórum e quartel. 1931	57
Fotografia 4 - Inauguração do Hospital Iguaçu. 1935	59
Fotografia 5 - Rua Dr. Getúlio Vargas. Década de 1930	59
Fotografia 6 - Posto na Av. Bernardino de Mello. Década de 1930	60
Fotografia 7 - Av. Marechal Floriano Peixoto. Década de 1930	62
Fotografia 8 - Praça 14 de dezembro. 1935-40	64
Fotografia 9 - Estrada Plínio Casado 1931	66
Fotografia 10 - Chegada de Alberto Melo. 1929	68
Fotografia 11 - Posse de Alberto Melo. 1929	70
Fotografia 12 - Posse de Alberto Melo 2. 1929	71
Fotografia 13 - Packing House do Ministério da Agricultura 1932	79
Fotografia 14 - Vista interior do Packing House do Ministério da Agricultura. 1932	81
Fotografia 15 - Baroni com grupo de visitantes. 1932	83
Fotografia 16 - Banquete de inauguração no Sport Club Iguaçu. 1936	85
Fotografia 17 - Ministro Odilon Braga discursando, 1936	87
Fotografia 18 - Prefeito Pereira da Silva discursando.1936	88
Fotografia 19 - Sebastião Herculano de Matos discursando. 1936	89
Fotografia 20 - Sebastião Herculano de Matos discursando. 1936	90
Fotografia 21 - Gov. Edmundo M. de Soares e caravana	92
Fotografia 22 - Gov. Ernani do Amaral Peixoto e Senador Gilberto Marinho	93
Fotografia 23 - Gov. Ernani do Amaral Peixoto e Senador Pereira Pinto	94

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	NOVA IGUAÇU ENTRE A MODERNIDADE, A HISTÓRIA E O ESPAÇO	13
1.1	A aventura da Modernidade	13
1.2	A modernidade chega ao Brasil	16
1.3	Debates sobre o (re)ssurgimento da nação	19
1.4	A política fluminense no início do século XX	22
1.5	Baixada Fluminense, uma questão conceitual	26
1.6	Nova Iguaçu, celeiro citricultor fluminense	27
1.7	Nova Iguaçu e Velha Iguassú, discussão conceitual ou obsessão pelo ídolo das origens ?	32
1.8	Nova Iguaçu, debates de um estudo local	37
2	HISTÓRIA E IMAGEM: REPRESENTAÇÕES URBANAS E RELAÇÕES DE PODER.	42
2.1	A história e suas fontes	42
2.2	História, Imagem e fotografia.	45
2.3	A coleção e o titã	48
2.4	Representações fotográficas urbanas na composição da história local	52
2.5	Representações e relações de poder	68
3	FOTOGRAFIA E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO MITO DA IDADE DE OURO DA CIDADE PERFUME	73
3.1	Os efeitos da nostalgia: em busca do tempo de antes	73
3.2	Representações fotográficas e a composição de um mito	78
3.3	Manipulações de imagens no projeto de construção de memória	91
3.4	Memória, identidades e tradições inventadas	95
	CONCLUSÃO	100
	REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa as representações das transformações urbanas e das relações sociais ocorridas em Nova Iguaçu entre 1929 e 1940. A forte produção da laranja da região a tornou – no início do século XX – principal fornecedor do produto à Argentina e à Europa, fato esse abrandado com a crise de 1929 e interrompido com o início da Segunda Guerra Mundial. Essa interrupção acentuou a tendência dos recursos originários ‘da laranja’; para investir na região com objetivo de transformar o grande celeiro rural em espaço urbano, necessitavam-se encontrar alternativas que viessem substituir, com as devidas proporções, os retornos financeiros escasseados no início da Segunda Guerra.

A partir de 1930, observaremos o princípio dos fenômenos de transformações, urbanas, onde, paulatinamente os espaços ocupados por laranjais darão lugar ao espaço citadino. Esse processo é intensificado a partir de 1940, como surto dos loteamentos.

Após verificar a inexistência de uma quantidade considerável de trabalhos acadêmicos que analisem a história de Nova Iguaçu entre as décadas de 1930 e 1940, percebemos uma falha na produção bibliográfica local. Isso nos indica que faltam análises históricas consistentes que desvendem suas relações histórico - sociais. Ao desenvolvermos um estudo de história local – e o uso de fotografias como fontes, pretendemos contribuir com um diferenciado enfoque ao temas que se voltam a compreender as questões regionais.

Entre nossos objetivos, desenvolvidos durante a pesquisa, estavam: analisar, através das fotografias, as formas de representação construídas em Nova Iguaçu pelas diversas frações de classe em embate no campo político local. Nossa intenção é perceber como esses indivíduos se retrataram e permitiram retratar, fossem políticos, comerciantes ou citricultores.

Num segundo momento, identificar como se constrói na cidade todo um discurso modernizador – através das transformações urbanas – em oposição à idéia da decadência da antiga classe senhorial patriarcal. Intentamos perceber até que ponto a fração de classe citricultora rivalizava com o governo local pelo poder político.

Neste sentido, sustentamos as seguintes hipóteses: primeiramente, a crise dos laranjais contribuiu, contraditória e sobremaneira, à evolução urbana e social de Nova Iguaçu. Apesar da crise dos laranjais acontecer a partir de 1940, já percebemos, no início da década de 1930

que na região central – a sede, situada às margens da Estrada de Ferro Central do Brasil – as lavouras cedem lugar ao traçado urbano.

Em segundo lugar, a partir dessas transformações, as frações de classe em disputa na localidade – os laranjeiros e políticos locais – apropriam-se de um repertório¹ político intelectual de serem os representantes da modernidade. Desta maneira é perceptível no município, por parte do grupo dos citricultores, a tentativa de construção de identidades com objetivo de fortalecer, na região, sua imagem de portadores do novo, do progresso. Esses indivíduos têm papel central no beneficiamento e comercialização de laranjas e na transformação urbana e política do município. Para consolidar seu poder criam laços econômicos, políticos e familiares entre si.

Por fim, a fração de classe citricultora local, constrói, alicerçada no processo ‘da laranja’ um mito da idade de ouro local com objetivos de estabelecer na memória dos moradores o imaginário de um tempo de antes, de um passado áureo. Esse mito é perpetuado pelos descendentes das famílias ditas tradicionais, bem como apropriado por políticos em tempos mais recentes.

Buscamos, no primeiro capítulo inteirar nosso leitor de todo o contexto histórico compreendido entre 1929 e 1940. Este capítulo é praticamente uma discussão bibliográfica a respeito dos assuntos que permeiam nossa pesquisa. Na realidade adotamos essa abordagem para que o leitor perceba como todos os temas tratados neste capítulo – Modernidade, Política Fluminense na década de 20, o processo da citricultura, questões metodológicas a respeito de espaço e mesmo um recuo à história da velha Vila de Iguazu – auxiliam-nos a entender e são pano de fundo para as transformações e teia de relações sociais que se travaram na história local no recorte escolhido.

No segundo capítulo, abordamos metodologias adotadas no tratamento de imagens e conseqüentemente da coleção de fotografias. Em seguida desenvolvemos a análise de dois conjuntos de fotos. O primeiro, nos revela as representações das transformações urbanas ocorridas no centro do município. O segundo nos dá indícios da fragilidade em torno das relações políticas locais. Neste caso as imagens estarão sempre amparadas pela bibliografia tradicional e memorialista local, sempre em análise crítica.

¹ Um repertório é o conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo: padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; conceitos e metáforas (Swidler, 1986). Não importa a consistência teórica entre os elementos que o compõem. Seu arranjo é histórico e prático. Cf. em A. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. RBCS. Vol. 15, n. 44, outubro, 2000.

O terceiro capítulo, aliará à análise das imagens, um livro de memórias de uma descendente da classe citricultora. Perceberemos, neste momento, como se constrói, em torno do passado citricultor, considerado áureo, o mito da idade de ouro. Identificamos, ainda, como se travavam alguns embates no campo das relações sociais locais, em torno dos citricultores e políticos.

Em termos de metodologia, a dissertação traz uma abordagem que vem se ampliando no que se refere às fontes, que é o uso de fotografias para o desenvolvimento analítico dos estudos históricos. Neste caso, como amparo bibliográfico para a análise das imagens, utilizamos alguns títulos da história tradicional local e mesmo textos de memorialistas. As fotos utilizadas com fontes em nossa pesquisa, são do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu e do Acervo de Iracema Baroni de Carvalho.

Os homens têm uma necessidade inalienável de exorcizar o tempo, de deixar vestígios para as sociedades futuras, um quase 'complexo de múmia' (BAZIN, 1991, p. 19) com intuito de deixar o seu duplo para a posteridade. Entretanto sabemos que a imagem fotográfica é simplesmente um duplo, um instantâneo congelado capturado num clicar da câmara escura. Parafraseando Marx, a história se repete, da primeira vez como tragédia, e da segunda como farsa (MARX, 1978). Tomadas as ressalvas de contexto, a frase do historiador-filósofo pode ser tomada como metáfora. A fotografia, é a repetição de um momento vivido, mas não com a total veracidade e contexto daquele momento. Uma farsa, pois é um duplo, apenas nos permite ver um ângulo, aquele a que o fotógrafo por alguma intenção escolheu capturar e perpetuar, como que para torná-lo suspenso no tempo.

1 NOVA IGUAÇU ENTRE A MODERNIDADE, A HISTÓRIA E O ESPAÇO

1.1 A aventura da Modernidade

A modernidade é este turbilhão de mudanças e transformações que no curso de cinco séculos vem atingindo a sociedade humana e é por ela atingida, de forma dialética. Importante enfatizar que o conceito “modernidade” só veio impor-se depois de decorridos quatro séculos do período que o termo engloba. Ser moderno, neste sentido, é viver uma vida de paradoxos e contradições outorgados por essa experiência que se configura na modernidade (BERMAN, 1992).

A divisão da história em períodos é uma construção intencional e por vezes arbitrária, mesmo que com objetivo didático. Sabendo que as demarcações temporais não devem ser tomadas como absolutas, como se fossem perímetros inertes, balizados no terreno do tempo, adotamos a seguinte periodização desta experiência espaço-temporal que é a modernidade: em sua primeira fase, do início do século XVI até finais do século XVIII. Neste momento as pessoas sabem que algo de estranho está acontecendo, entretanto sem consciência de que essa nova experiência vivida é o despontar da vida moderna (BERMAN, 1992).

A segunda etapa inicia-se com a onda revolucionária de finais do século XVIII, em 1790 para ser mais específica. Esse momento instável de convulsões sociais e políticas efervescentes em um mundo em que estão em choque elementos da tradição européia com as inovações desencadeadas pelas revoluções e descobertas científicas perdura até finais do século XIX. Os homens tomam consciência de estarem vivendo numa época jamais sonhada em suas expectativas. Finalmente, a última fase que é inaugurada no século XX se expandindo para o todo o mundo atingindo níveis inimagináveis no pensamento, inclusive perdendo sua transparência e nitidez (BERMAN, 1992).

Se a Antiguidade chegou ao fim porque novos povos fizeram surgir a Idade Média, isso não se justifica na transição para os tempos modernos. Tanto mais poderosas são as criações que desde o início do século XVI se produziram em todos os setores da vida, na

igreja, no Estado, na arte e na ciência, de modo que desde então o tempo passou a ser considerado como um novo tempo. (WERNICK, apud KOSELLECK, 2006, p. 355, nota 3).

A grande novidade desse novo tempo em relação ao passado é que antes “quando uma transformação ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos” (KOSELLECK, 2006, p.43). A *historia magistra vitae* era uma mãe que testemunhava o tempo e dava aos seus filhos uma coleção de exemplos pré-determinados de possibilidades do que poderia vir a acontecer. Assim, os exemplos do passado sempre continuavam proveitosos a serem postos em prática no presente e futuro, pois a mudanças até então nunca foram bruscas ou revolucionárias. O futuro concebido pelas gerações passadas por fim estava fadado ao Juízo Final e desta forma, todos o aguardariam, sem muitas expectativas.

Esse sentimento é observado na história até o momento que os homens se lançam nas aventuras transoceânicas em busca de novas experiências, novas terras, novos mercados. Surgem novas tecnologias de navegação, novos continentes e povos são encontrados, novas fontes energéticas, novas matérias primas. O Antigo Regime é derrubado de forma que uma nova classe sobe ao poder indicando que mudanças estruturais são possíveis de acontecer.

Quando em séculos anteriores poder-se-ia imaginar que os poderosos reinos Europeus poderiam ser derribados por uma classe burguesa? Quando se pensaria que a ordem vigente que perdurou por séculos pudesse ser revertida através de revoluções sociais? Quando, desde o momento que o homem estabeleceu-se na Agrária deixando o nomadismo, há milênios – no que muitos denominam a verdadeira primeira revolução humana, a revolução neolítica² - poderia se imaginar que o homem deixaria a bucólica vida rural com todas as suas práticas e migraria para a urbe? – a grande invenção da vida moderna³. O novo tempo indica, desta forma, novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, o que confere a esse novo um caráter de época.

² Segundo Nelson Melo e Souza, o trânsito da agrária para a indústria gerou mutações. O autor refere-se à idéia revisionista dos processos de transformação histórica proposto por Ernest Gellner. Este último, contesta a trivialização do conceito de ‘revolução’. O que se observa, segundo Gellner, na história, são duas verdadeiras revoluções, a que constituiu a civilização sedentária, com domínio sobre as fontes de provimento, a ‘Agrária’, livrando-nos do nomadismo em busca de alimento; e a que deu início à “Indústria”, com modificação nas fontes de energia e no aumento conseqüente do poder das forças produtivas. Ambas foram revoluções em seu sentido pleno: transformação radical e completa da vida humana. As outras teriam sido transformações ocorridas em função do processo de ‘mudança social’, mais ou menos traumáticas, mas não foram revoluções. Cf. em Gellner, apud Souza, N. Modernidade, desacertos de um consenso. SP: Ed Unicamp, 1994, p. 111, nota 1.

³ Não estamos defendendo que todas as cidades são uma invenção da vida moderna, pois a própria Antiguidade nos oferece exemplos de cidades: a polis grega, Roma, Teotihuacán, etc. O que admitimos aqui é que a urbe moderna tem características imanentes, tais como a multidão, a paisagem desenvolvida, construções próprias, fábricas, as relações de produção, os cafés, a agitação, a fluidez, o homem moderno.

Despontam novas cidades, e nelas, uma paisagem trajada com fábricas a vapor, ferrovias, estradas retilíneas, novos parques industriais. O avanço das ciências permite o desenvolvimento de tecnologias tais como o telégrafo, o telefone, a fotografia e o cinema, carros e trens, petróleo e eletricidade, formas de pensamento e arte, movimento operário, Estados nacionais centralizados, um mercado que envolve com seus tentáculos todas as nações, enfim um *turbillon social* jamais previsto antes na história da humanidade. Uma atmosfera de “agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão de possibilidades de experiência e destruição de barreiras morais, e dos compromissos pessoais, desordem, fantasmas na rua e na alma” (BERMAN, 1992, p. 17) é a atmosfera da vida moderna.

Esse ambiente fulgurante e envolvente é, simultaneamente e absolutamente contraditório, movediço, instável. Segundo Baudelaire (2007, p.24) a modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, o fugidio, num mundo que se metamorfoseia constantemente:

O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua áurea de idéias e opiniões veneráveis, são descartadas; todas as novas relações, recém-formadas, se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens (MARX apud BERMAN, 1992, p.92)

Neste mundo em que tudo que é sólido desmancha no ar, a estabilidade sólida e prolongada é o único temor da classe dominante. A estabilidade significa retrocesso, morte. Na modernidade tudo é planejado para ser tornar obsoleto, “tudo que é sólido” é produzido para ser destruído, trocado, reciclado, trocado com vias de obter mais lucro. A sensação oferecida pela modernidade “é a de se estar aprisionado numa vertigem em que todos os fatos e valores sofrem sucessivamente um processo de emaranhamento, explosão, decomposição, recombinação” (BERMAN, 1992, p.116).

Se em épocas anteriores as expectativas eram passíveis e as mudanças eram vagarosas, na modernidade os prognósticos de futuro são cada vez mais difíceis de serem feitos; “desde que o passado deixou de laçar luz sobre o futuro, o espírito humanos erra nas trevas” (TOCQUEVILLE Apud KOSELLECK, 2006, p. 47) sem a menor idéia do que o futuro nos destina. Assim no âmbito da caracterização da modernidade as experiências, inéditas, acabam distanciando-se das expectativas, da previsibilidade das mesmas.

De tal modo, consideramos a modernidade como um tempo de transição, onde com maior rapidez o presente se distancia do passado; onde os cálculos que previam o fim do mundo foram cada vez mais adiando esse evento. O futuro nos reserva o desconhecido. Esse conceito da experiência histórica que denominamos modernidade nos indica estarmos sempre vivendo algo novo e contingente; sendo que o mais sólido que o futuro nos traz são expectativas de transformação.

1.2 A modernidade chega ao Brasil

Em se tratando de modernidade e Brasil, devem ser guardadas as devidas dimensões e a própria defasagem da chegada ao país dos debates a respeito do tema. Neste sentido o movimento intelectual da geração de 1870⁴ é um consenso no que tange ao avanço da produção de idéias modernizantes no Brasil. Tal geração expressou os anseios de novos grupos sociais surgidos a partir do processo de modernização econômica do país. Os grupos de constituição eminentemente modernos, as classes médias e a burguesia encontrariam na geração de 1870 seus interlocutores, adotando teorias coerentes com seus interesses, tais como variações do liberalismo.

José Murilo de Carvalho (1998, p. 107) nos indica as evidências em defesa da tese do avanço da modernidade no país em finais do século XIX.⁵ Segundo o autor todos esses componentes, conjuntamente influenciaram a modernização conservadora dos anos 30. Economicamente foi o momento de integração da América Latina na economia capitalista em fase de expansão imperialista. O Brasil viveu o auge do “ciclo cafeeiro”, deslocado para São Paulo. Na ocasião, o país recebeu investimentos ingleses em ferrovias, navegação e serviços. “A disseminação de tipografias, e a implantação de estradas de ferro e do telégrafo revolucionaram o padrão da imprensa, nivelando o acesso a informações sobre temas políticos, culturais e estrangeiros entre os grupos sociais alfabetizados”. (ALONSO, 2000,

⁴ No Brasil de finais do século XIX formou-se um movimento ou ‘nova geração’, automeado em referência à juventude de seus membros. A estrutura de oportunidade políticas que propicia a formação do movimento intelectual da geração de 1870 é composta por dois processos fundamentais: a cisão da elite política imperial e uma modernização conservadora incompleta. Cf. sobre esse tema em ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. RBCS. Vol. 15, n. 44, outubro/2000.

⁵ Importante salientar que apesar do avanço da modernidade com seus componentes, que trouxeram fôlego novo à sociedade e ao espaço brasileiro, é necessário ter cautela na avaliação do fenômeno. A tradição com seus elementos e valores retrógrados arraigados ao solo árido foi suficientemente forte para tentar conter as novas transformações.

p.42). Socialmente ocorreu a aceleração da extinção da escravidão que culminou, em 1888 com a abolição total, ao passo que já se promovia a imigração estrangeira. Politicamente findou-se a guerra do Paraguai e publicou-se o manifesto do Partido Republicano.

A República chegou como corolário dessa renovação de pensamento e com ela foram oficializados o registro e casamento civis. Houve o processo de laicização do Estado e uma série de invenções revolucionou os hábitos nos centros urbanos. O bonde elétrico, o cinema, o telefone. Essa modernização transmutou-se numa lógica civilizatória, enviando missões civilizadoras ao interior, às periferias urbanas, demarcando as fronteiras e abafando revoltas sertanejas.

Figurando dentre os mais simbólicos eventos que marcam o ingresso do Brasil na modernidade encontram-se as reformas empreendidas no início do século XX por Pereira Passos e Oswaldo Cruz, evidenciando a entrada do Rio de Janeiro na *Belle Époque*. A cidade, remodelada e saneada, perdia a característica de cidade colonial apagando a influência da arquitetura portuguesa e ganhava ares parisienses. Na capital federal, os novos hábitos de consumo criavam um novo público para a crônica social: os cafés e salões onde fervilhava a vida cultural, a boemia, o *flâneur*, o dândi, a Academia Brasileira de Letras, as caminhadas pelo Passeio, as luxuosas lojas na Rua do Ouvidor, a última moda feminina de Paris, a última moda masculina de Londres, a literatura francesa, o *sportsman* inteligente e arrojado. O Rio de Janeiro se integrava ao mundo cosmopolita.

Entretanto, com a devastação causada pela Primeira Guerra Mundial, foi posto em cheque o modelo liberalista, cientificista e racionalista europeu e, com ele, a Belle Époque. Aos intelectuais europeus era necessário encontrar caminhos alternativos a essa “ilusão perdida de uma cultura européia” e da “demonstração da impotência do conhecimento para salvar qualquer coisa” (VALÉRY apud MOTTA, 1992, p.31).

Nesse contexto, os intelectuais brasileiros passaram a rejeitar esse projeto de modernidade que nos primeiros anos da república teria plagiado os modelos artificiais europeus. Buscou-se encontrar novos parâmetros para definir a nação moderna dos quais surgiram projetos contraditórios, mas que compartilhavam a elaboração da idéia de um Brasil moderno (MOTTA, 1992). Assim os intelectuais da “geração de 22”⁶ ficaram

⁶ Segundo Marly da Silva Motta, 1922 foi um ano mítico da história brasileira por compreender eventos como a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a Revolta Tenentista do Forte de Copacabana, mas principalmente pela comemoração do Centenário da Independência do País. Segundo a estudiosa, a utopia de inserção do Brasil na modernidade teria sido responsabilidade dos intelectuais do período, a chamada “geração de 22” entre os quais se encontram: Mario de Andrade, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Tristão de Ataíde Lima Barreto, *et all*, que propuseram projetos para a transformação do Brasil numa Nação Moderna. Cf. em MOTTA, M. A nação faz cem anos: o Centenário da Independência no Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

comprometidos em a criar a nação, forjar a identidade nacional, construir o Brasil dos tempos modernos.

Entre as principais concepções para (re)construção da nação as estavam os modelos vanguardista e tradicionalista, ambos reivindicavam serem portadores do monopólio da modernidade. Algo bastante marcante entre as concepções propostas é que a modernidade é representada na dicotomia entre campo e cidade.

O pensamento tradicionalista, que rejeitava a Belle Époque, se pautava pelo antiintelectualismo, antiliberalismo, e exaltava o nacionalismo. Segundo esta versão, a república litoralista e cosmopolita não teria trazido o almejado progresso. A realidade urbano-industrial não era moderna, e sim artificial e superficial. O homem moderno precisava de raízes sólidas, arraigadas na tradição nacional. Desta forma, o modelo tradicionalista se embasava nos princípios da natureza e do realismo, considerados concretos para firmar a idéia de nacionalidade. (MOTTA, 1992)

O retorno ao campo e a valorização do setor agrário resgatava a gentileza e a honradez, as reais virtudes da civilização. O mundo industrializado, pautado nas relações homem-máquina era considerado decadente e caótico, repudiado juntamente com o cosmopolitismo e o liberalismo. Essa concepção terá apoio da geração ruralista⁷ ou agrarista, que marcou as décadas de 1910 e 1920 “essa corrente vai ser considerada manifestação ideológica dos interesses agrários conservadores (...) e recuperada como um momento de reflexão de cunho político social, fundamental na formação de modelos interpretativos da nação brasileira” (GOMES apud MOTA, 1992, p. 35).

Em contraponto ao modelo agrarista, a concepção vanguardista, que aderiu aos valores urbano-industriais, era representada por expoentes como Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Pichia. Em sua concepção a cidade era o *locus* da vida moderna, da nação moderna e conferia identidade ao homem moderno. Era difícil compactuar da idéia de que a nacionalidade brasileira estava no sertão. O novo modelo para se interpretar o Brasil deveria ser gestado na urbe. Os vanguardistas buscavam solapar as tradições do passado que legaram ao país atraso e arcaísmo.

⁷ Segundo Sônia Regina de Mendonça, o ruralismo é tomado como um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classe e portadores de interesses nem sempre convergentes. Segundo Mendonça, o termo reação ruralista é empregado com relação às origens de um movimento de institucionalização, em nível da sociedade civil e da sociedade política, da diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século XX, unificado pelo fim último de restaurar a vocação agrícola dopais, mediante a diversificação da cultura nacional. Cf. em MENDONÇA, S. R. de. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

Como resposta ao colapso estético europeu, as vanguardas artísticas invadiram o Brasil quebrando convenções, rompendo com o realismo-naturalismo e demolindo os valores clássicos. Se os modernistas não ignoraram as novas estéticas vanguardistas, por outro lado não realizaram sua pura e simples transmigração. Aproveitaram a plasticidade estética imprimindo o sentimento de Brasilidade, buscando uma fisionomia que caracterizasse o ‘ser’ brasileiro.

O movimento modernista de 1922 foi financiado pelas famílias tradicionais, de onde eram originados alguns de seus partícipes. A produção capitalista no Brasil ingressou via meio rural que ainda tinha ranços de valores escravistas e aristocráticos. Segundo Carvalho (1998), até 1914, apesar dos avanços da modernidade, houve predomínio do mundo agrário, pré-industrial e burguês. Perceba-se isso na tentativa do grupo intelectual tradicionalista relacionar a modernidade, no Brasil, ao modo de vida campestre e idealizada; a buscar no sertão, a brasilidade genuína que levaria o país ao progresso que a Primeira República não atingiu.

Esses intelectuais “missionários da modernização” basearam-se numa modernidade em que a tônica era o consenso entre a repressão e o paternalismo, onde segundo Carvalho (1998), modernidade e tradição foram corrompidas.

1.3 Debates sobre o (re)ssurgimento da nação

As décadas de 1930 e 1940 marcaram a transição, no Brasil, do mundo rural ao mundo urbano-industrial. As transformações urbanas ocorreram de forma acelerada, possibilitando a expansão e crescimento desordenado de cidades. O Brasil vivia um forte processo de modernização política e econômica e sofria os impactos decorrentes desse processo.

O processo político que começou com a Revolução de 30 e findou-se em 1937 com a instituição do Estado Novo, é marcado por ambigüidades e pela existência de projetos de Estado que disputavam o jogo político nacional.

A Revolução eclodiu em outubro de 1930 e em 3 de novembro Vargas chegou ao poder como chefe do Governo Provisório⁸. Vargas governava através de decretos-lei e logo

⁸ Para maiores esclarecimentos dos antecedentes e articulações políticas que levaram à Revolução de 1930, cf. PANDOLFI, D. Os anos 30: as incertezas do regime. p. 16 e 17. In: O Brasil republicano, vol. 2. O tempo do nacional-estatismo.

começaram os embates entre os grupos que tinham se aglutinado em torno da Aliança Liberal (Oligarcas dissidentes, ex-presidente e governadores, tenentes da década de 1920).

Com o *crack* da bolsa de Nova York, o setor agrário enfraqueceu-se. Iniciaram-se questionamentos a respeito do desenvolvimento do país e sobre o melhor caminho para a superação da crise e do atraso em relação aos países capitalistas avançados (CAPELATO, 2003, p. 114). Passou a ser implantada no país, uma política intervencionista no âmbito econômico, iniciando o processo de centralização político-administrativa estadual e municipal que iria perdurar nos próximos anos. O Governo Provisório tomou medidas de controle e planejamento de várias atividades econômicas através da criação de órgãos característicos, inclusive nos estados, com a criação de sistemas de fiscalização da economia municipal

Ocorreram também discussões em torno da natureza do Estado, qual modelo deveria ser implantado no país: um regime forte e apartidário com estado centralizador de orientação reformista (defendido por intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Viana); ou um regime liberal e federativo que tentaria limitar os poderes da união e conquistar autonomia estadual (defendido pelas oligarquias dissidentes). Politicamente, mantiveram-se os conflitos que desde o período Imperial estavam no cerne do debate político: a questão da centralização política versus autonomia dos estados.

As primeiras medidas adotadas foram intervencionistas e centralizadoras. Economicamente, o governo intencionava maior controle sobre os produtos agrícolas nacionais, de modo que criou o Conselho Nacional do Café, com intenção de retirar dos paulistas o controle que exerciam sobre a política cafeeira. O federalismo, inserido a partir da Proclamação da República beneficiara apenas as unidades mais afortunadas como São Paulo. As elites paulistas, lutando contra esse mote centralizador da Revolução de 30, reagiram à perda da hegemonia com a Revolução de 1932.

Vale ressaltar, que a nível local, um importante aparato de controle do poder central foi a criação do Sistema de Interventorias. O Interventor era nomeado e subordinado diretamente ao Presidente da República. Em geral eram vinculados ao tenentismo. Nos estados do Centro-Sul, muitos interventores não possuíam relações com as forças políticas locais, e isso ocasionava crises internas – com isso o chefe do governo provisório realizava concessões às forças políticas locais substituindo os interventores (PANDOLFI, 2003, p.19).

Com intenções de acalmar os ânimos, o governo aprovou, em novembro de 1933, os trabalhos de uma Assembléia Constituinte, cuja Carta foi promulgada em 16 de julho do ano seguinte. Nesse setor também houve conflitos que evidenciavam vários projetos políticos, com várias correntes ideológicas. Segundo Capelato (2003, p.115), a partir de todas essas

controvérsias que vieram à tona, a Constituinte procurou contemplar propostas contrárias. Por esse motivo, a Constituição de 34 foi considerada das mais inviáveis, visto que tentava conciliar tendências inconciliáveis. Getúlio Vargas foi eleito no dia seguinte, por sufrágio indireto, presidente constitucional do Brasil.

As próximas eleições presidenciais seriam em 1938 e Vargas não poderia candidatar-se. Em outubro de 1934 foram realizadas eleições para o Congresso Nacional e Assembléias Legislativas Estaduais. Em vários estados, os interventores foram derrotados e as forças decaídas em 30 retornaram ao poder, o que, segundo Pandolfi (2003, p.30) foi o momento de rotatividade das elites. O período compreendido deste momento até o golpe de 1937 foi de “efervescência de idéias que se expressavam num cenário de manifestações públicas de cunho político e social” (CAPELATO, 2003, p.115). Contudo, com o levante comunista de 1935, a situação radicalizou-se.

Anteriormente ao levante de 1935 já se cogitava o Projeto de Lei de Segurança Nacional. O Congresso aprovava a Lei, que permitia a censura dos meios de comunicação e a prisão para os que provocassem manifestações nas forças armadas. O comunismo colocava em risco a reprodução da dominação capitalista na sociedade brasileira e a campanha anticomunista foi usada como justificativa para ações mais rigorosas do regime. Em verdade, desde 1935 o viés autoritário do governo já revogara algumas conquistas e avanços previstos pela Constituição de 1934 e aumentava a tensão política.

Aproveitando-se do cenário, Vargas tentou prorrogar seu mandato presidencial, mas sem êxito. Assim sendo, o governo divulgou em setembro de 1937 o fictício Plano Cohen, que relatava a iminência de uma Revolução Socialista no país. Foi aprovado o “Estado de Guerra”, e em 10 de novembro do mesmo ano, o Presidente Vargas liderava o Golpe promotor do Estado novo, dissolvendo o Congresso e outorgando à nação uma nova Constituição.

Entre as principais características deste momento político destacamos a sua inspiração em regimes nazi-fascistas europeus, a crítica à liberal democracia através da proposta de organização de um estado forte e autoritário, encarregado de gerar mudanças consideradas necessárias à promoção do progresso dentro da ordem. Entretanto, a mudança política gerada pelo Golpe do Estado Novo reivindicava um status de democracia. Segundo Capelato (2003, p.110) o Novo sistema produziu um redimensionamento do conceito de democracia norteadas para uma concepção de representação política e cidadania.

Entre seus propósitos principais, Vargas tinha como objetivo suplantando o atraso e transformar a nação num país desenvolvido economicamente, tanto que a modernização

ganhou destaque no referido período. A intenção era equiparar o Brasil, no que se refere a mudanças e progressos materiais aos países mais prósperos e bem sucedidos do mundo. O progresso se daria através da ordem: a racionalização do mundo do trabalho e o controle social (CAPELATO, 2003, p. 119, 120). Para isso o Executivo Federal passou a interferir intensamente em todos os níveis político-administrativos dos estados e municípios, tanto que criou o Conselho Administrativo. Suas atribuições abrangiam as funções antes exercidas Pelas Assembléias Legislativas e Tribunais de Contas, os quais tiveram suas funções cassadas no Estado Novo.

Na história política brasileira os intelectuais sempre gravitaram no cenário político com objetivo de interferência no aparato político. A palavra de ordem nas décadas de 30 e 40 era a modernização. Neste sentido, O tom de modernidade do regime desenvolveu-se através da vinculação ao Estado Novo dos Intelectuais Modernistas. Segundo Mônica Velloso (2003, p.149) no Estado Novo é profunda a inserção dos intelectuais na organização político-ideológica do regime, com objetivo de difundir e popularizar essa ideologia.

Assim, as transformações ocorridas na década de 1930 estão relacionadas aos efeitos críticos do pós-guerra, à ruína do mito cientificista europeu bem como à ideologia estado-novista, que propunha vincular o novo e o nacional, a modernização e a tradição.

1.4 A política fluminense no início do século XX

Considerando nosso recorte espacial – 1929 e 1940 – realizaremos análise de questões da política fluminense a partir das primeiras décadas do século XX - que se confundem com a Primeira República (1889-1930) - pois entendemos que os embates que se travam no âmbito regional neste período serão bastante importantes para compreensão do processo de citricultura fluminense. Vale ainda ressaltar que se o auge dos laranjais deu-se na década de 1930, foi em decorrência de todo um processo que se inicia com o cultivo das primeiras árvores da fruta, ainda em finais do século XIX.

As demandas das classes de políticos fluminenses na Primeira República se relacionavam às tentativas de dirimir conflitos internos e na busca de alianças com outros grupos oligárquicos regionais – o que segundo Marieta de Moraes Ferreira (1994, p. 15) era uma alternativa às interferências do governo central, afinado com interesses do eixo Minas -

São Paulo – com objetivos de dar funcionalidade ao pacto federativo, possibilitando maior autonomia para do Rio de Janeiro. O estado, de principal pólo econômico do país e de centralizador dos poderes no período monárquico, perdeu sua posição de supremacia com a instauração da República no país, protagonizando um período de crises e querelas políticas.

Outra questão importante era resolução da crise política e econômica que assolava o Rio de Janeiro: desde finais do século XIX, o estado desenvolveu uma crise associada a fatores conjunturais e superestruturais ligados diretamente ao colapso da economia cafeeira; ao processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; à tendência de declínio dos preços do produto no mercado externo, e que foi agravada com a abolição da escravidão. Era necessário esboçar uma estratégia para restaurar a economia e a política do Estado.

Paralelo à crise, aparecem os sinais do desgaste político fluminense, surgidos em decorrência de disputas e reivindicações de lideranças políticas regionais, demonstrando as divergências de caráter pessoal-clientelístico (FERREIRA, 1994, p.18)

No cenário político fluminense da Primeira República surge a figura de Nilo Peçanha, que seria futuramente conhecido na região da Baixada Fluminense como grande incentivador da citricultura Iguazuana. O político campista vai aproveitar-se das boas relações com o executivo nacional bem como da fragmentação política das forças políticas fluminenses para galgar sua ascensão ao poder. Quando assumiu, em 1903, a presidência do estado, iniciou a “montagem de uma máquina política que lhe garantisse um longo período de dominação” (FERREIRA, 1994, p.20). Isso foi arranjado através de seu projeto de unificação da política fluminense e do desenvolvimento de programas de recuperação econômica e financeira do estado.

Relevante à nossa pesquisa, é a implantação por Peçanha, de um conjunto de medidas destinadas a incentivar a produção. O político também defendia um projeto de diversificação da agricultura como principal saída para a crise econômica do estado do Rio de Janeiro, o que favoreceu sobremaneira a fruticultura em Nova Iguaçu.

Novamente Nilo se elegeu a presidente do estado em 1914, deixando a função em 1916 para ocupar o Cargo de Ministro das Relações Exteriores. Esse segundo mandato foi considerado de maior estabilidade devido a sua aproximação com o governo federal. A crise do início do século se afastava enquanto a economia tomava novo fôlego.

Das insatisfações de Peçanha com o pacto oligárquico, nasceu o esquema da Reação Republicana, último ensaio para construção de um eixo alternativo de poder em relação aos estados de primeira grandeza. Esse período de preponderância de Nilo Peçanha pode ser compreendido como de lutas por um eixo alternativo de poder, em relação à dominação

paulista e mineira numa tentativa de maior participação no pacto federalista. Em contraponto, em determinados momentos o político articulou-se e aderiu à oligarquia do café-com-leite com intenção de ter aprovadas no Rio de Janeiro medidas importantes para o funcionamento da política dos governadores.

Marieta de Moraes Ferreira (1993, p.14) nos indica que suas intenções não eram uma ruptura com o pacto oligárquico, entretanto, os estados de segunda grandeza demandavam a distribuição mais igualitária das benesses clientelísticas federais. Pleiteavam ainda, a diversificação da agricultura e a auto-suficiência na produção de alimentos. A Reação, contudo, foi derrotada nas urnas, o que significou a derrocada do nilismo no cenário fluminense.

Com a Revolução de 30 e a instalação do governo provisório a situação fragmentária seria mais aprofundada. Nem mesmo as frações aliadas tiveram a possibilidade de proposição de um projeto fluminense, o que tornou constante a intromissão de lideranças políticas de outros estados. O sistema federativo foi extinto, dando lugar a medidas centralizadoras e intervencionistas. Isso foi reforçado com um ato simbólico e bastante representativo do que estaria em curso, por parte do novo executivo nacional: todas as bandeiras estaduais foram queimadas, de maneira que apenas a bandeira nacional continuasse existindo, o que indicava unidade e coesão e chancelava a vitória do poder central sobre os estados.

O sistema centralizador foi instalado nos níveis regionais do estado através das Interventorias, no qual tinham a prioridade pessoas próximas do Presidente. Nos estados e municípios, os interventores reproduziam a política determinada pelo governo central. No Rio de Janeiro não foi diferente.

No Pós-Revolução o estado do Rio de Janeiro foi alvo de reformas administrativas: os serviços públicos tiveram suas atividades ampliadas. As administrações municipais passaram a ser assessoradas por Conselhos Consultivos incumbidos da fiscalização e regulamentação dos processos e serviços administrativos.

A economia do Rio de Janeiro, nos anos 30, foi marcada por dois grandes impactos: externamente a crise de 1929 que abalou o mundo e internamente a intervenção do estado na economia, ocasionada pelo movimento revolucionário de 1930. Com relação ao café, a política adotada foi a de formação de estoques reguladores o que favoreceu preços proveitosos para o produto. Já a indústria açucareira, que já vinha sendo acometida por sucessivas crises, foi mais atingida pela depressão econômica e sofria no mercado externo a concorrência do açúcar nordestino. A iniciativa do governo foi tomar as rédeas da economia através da criação

de órgãos como o Departamento Nacional do Café - DNC e o Instituto do Açúcar e do álcool - IAA.

Essas práticas, no que tange ao café protegeram a lavoura paulista em detrimento da fluminense. Houve inclusive a retração da lavoura cafeeira ao norte do estado, aprofundando a crise. Em relação ao açúcar, o Governo Provisório instituiu a limitação da produção o que acabou gerando seu aumento e conseqüentemente elevou o estado do Rio de Janeiro à condição de maior produtor brasileiro em 1936. Apesar das medidas adotadas, não se conseguiu reverter à situação geral da crise. (PANTOJA, 1992, p.14)

Todo esse cenário só veio confirmar as idéias da diversificação da agricultura fluminense propostas desde a década de 1890 e defendidas por Nilo Peçanha. Assim, entre 1931 e 1937 houve considerado aumento da produção de gêneros alimentícios como arroz, feijão, batata e mandioca.

Para nós interessa que se em 1931 o café era o produto que granjeava maiores recursos para o estado, a partir de 1934 foi suplantado pela laranja. A Baixada Fluminense – e Nova Iguaçu principalmente – especializou-se na fruticultura dirigida ao mercado exterior. O crescimento da produção é confirmado pelo aumento da área cultivada: de 11.500 hectares em 1931 para 30.909 em 1937. (PANTOJA, 1992, p. 15)

Com o Golpe do Estado Novo, em 1937, é nomeado para a interventoria do Rio de Janeiro Ernani do Amaral Peixoto “interessado em estabelecer sólidas raízes no cenário fluminense para a sustentação de seu projeto político, (...) formulou estratégia de recuperação econômico-financeira do estado através de um novo perfil político - administrativo” (PANTOJA, 1992, p. 16).

Em seqüência ao projeto político-administrativo proposto pelo Governo Provisório, Amaral Peixoto empenhou-se em dar impulso a um processo de centralização do poder e da intervenção estatal nas relações econômicas e sociais.

Essa centralização foi concretizada através do controle das administrações municipais realizado pelo Departamento das Municipalidades (equivalente aos Conselhos Administrativos) que agia de forma a substituir as ações das Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e Partidos Políticos. Na realidade o Departamento foi um mecanismo de controle e cooptação das chefias políticas locais.

Como uma das principais metas da administração Amaral Peixoto encontraram-se as medidas para a recuperação do setor produtivo fluminense, que buscou estimular aos setores primário e secundário da economia estadual. Embora as medidas de Peixoto tentassem romper com a antiga ordem econômica, não conseguiu mudanças profundas na base. A modernização

conservadora do interventor tinha como intenção o incentivo da agricultura com a modernização das técnicas agrícolas e de medidas direcionadas para organização da produção e comercialização dos produtos "basicamente à criação de cooperativas, concessão de isenções fiscais para os mais expressivos produtos fluminenses, entre eles, a laranja, sal e farinha de mandioca" (PANTOJA, 1992, p.45).

1.5 Baixada Fluminense, uma questão conceitual

Considerando a história de Nova Iguaçu no contexto geral da história do Rio de Janeiro, entendemos ser interessante para nosso leitor maiores esclarecimentos dos conceitos de Baixada Fluminense, região histórico-geográfica na qual está inserido o município iguaçuano.

Geograficamente a Baixada Fluminense corresponde à região de planícies que se alargam entre o litoral e a Serra do Mar, partindo do município de Campos dos Goytacases, no extremo norte, até o de Itaguaí, próximo à cidade do Rio de Janeiro. (GEIGER; SANTOS, 1955, p. 292).

Importante salientar que de acordo com os objetivos a serem tomados na análise, as fronteiras da região flutuam, ampliando-se ou encurtando-se. A questão social ou política e principalmente cultural também interagem entre os fatores de definição dos limites dessa região, comprovando que o espaço é uma construção social.

Nos assuntos referentes às fronteiras da Baixada Fluminense, não existe uma concordância entre os vários autores estudiosos da região, em relação aos seus limites e municípios que a compõem. Deste modo adotaremos a delimitação utilizada por Simões (2007) que demarca o conceito de Baixada Geopolítica, a saber:

consideramos a "Baixada Fluminense como parcela da Região Metropolitana que engloba os municípios e distritos que fizeram parte dos antigos municípios de Iguaçu e sua vizinha Estrela, ou seja, os atuais municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e o distrito de Inhomirim do Município de Magé." (SIMÕES, 2007, p.22)

Os motivos para essa delimitação são em decorrência do passado histórico relacionado aos portos às margens dos rios bem como aos caminhos que ligavam a Corte do Rio de

Janeiro ao interior do país, além de ocupação tardia fundamentada em loteamentos beirando a Estrada de Ferro Central do Brasil e suas estações. (SIMÕES, 2007, p. 22). Outro nome que adotamos é o de Recôncavo da Guanabara, região geográfica que compõe a região do entorno da referida baía.

1.6 Nova Iguaçu, celeiro citricultor fluminense

A atividade fruticultora fluminense desenvolveu-se em torno do Recôncavo Guanabarinense de maneira que as pequenas chácaras abasteciam com frutos as populações urbanas. Já no século XX a Baixada Fluminense configurou-se entre os principais pólos fruticultores do país. A atividade concentrou-se em áreas em que não se priorizou a cana de açúcar ou onde a sua produção não obteve êxito.

Com a abertura dos mercados da região do Rio da Prata e europeu, a conjuntura para a plantação de frutas era favorável, e, a partir da década de 1920 a fruticultura se transformou em atividade lucrativa, possibilitando a criação de novas empresas. Muitos comerciantes de frutas passaram inclusive a produtores em decorrência do lucro que a cultura propiciava. Tal fato corrobora as afirmativas de Shaeffer e Geiger (1951, p. 100) que nos indicam que todas as vezes que os preços eram compensadores e que existissem mercados para um produto, sua produção era tentada na Baixada. Assim a monocultura era contínua na região, com a alternância das lavouras: cana, abacaxi, laranja.

A área de concentração da laranja no município é semelhante à da banana, isto é, as baixadas da Guanabara e Araruama, onde ela ocupa, principalmente, as áreas de colinas. A facilidade de escoamento da produção agrícola, o grande mercado da metrópole, (...) tem contribuído para o desenvolvimento da atividade agrícola da região. A laranja apresenta as mais altas concentrações nos municípios de Cachoeira de Macacu, Niterói, São Gonçalo e Nova Iguaçu. Em uma concentração média, ela aparece no município de Itaboraí, onde tem uma expressão grande, e nos municípios de Maricá e Petrópolis. Em baixa concentração, a laranja é encontrada nas regiões de colinas nos municípios de Duque de Caxias, Paracambi, Rio Claro, Rio Bonito, Silva Jardim, Saquarema e São Pedro. (SOARES et al, 1977, p. 56)

A primazia da produção de laranjas ocorreu no município de São Gonçalo de forma que lhe renderam descrições nos textos de Saint-Hilaire. “Este cultivo em pequena escala foi o germe para o ulterior progresso da cultura de frutas”, nos indicam Geiger e Santos (1956,

p.136) sobre o tema. A partir dessas informações supõe-se que as primeiras mudas de laranja plantadas em Nova Iguaçu, então Arraial de Maxambomba, tenham sido trazidas de São Gonçalo, inclusive esta é a história repetida pelos antigos da cidade. Pereira (1977, p. 114) nos confirma que “na segunda metade do século passado, de São Gonçalo partiram as primeiras laranjas da terra para os mercados e feiras dos municípios vizinhos”.

Até a segunda metade do século XIX Maxambomba não teve nenhuma proeminência na história da Baixada Fluminense. Enquanto as vilas na área ocidental da Baixada, Iguaçu e Estrela despontavam como entrepostos comerciais, Maxambomba ficou no absoluto anonimato. Isso aconteceu até o momento em que chegaram em 1858 os trilhos do trem - que para fugir das inundações adotou um traçado que seguia pelo sopé da Serra de Madureira - que rasgavam suas terras. Sua dupla função de estação do trem e de embarque-desembarque de produtos causou o crescimento embrionário da localidade. Isso gerou a transferência da sede da freguesia de Santo Antônio de Jatinga para Maxambomba, o que lhe imprimiu a função religiosa (SOARES, 1962, p. 202). Essas mudanças estruturais serviram para a desarticulação dos transportes em torno da Vila de Iguaçu no mesmo período que a laranja começou a ser plantada. Maxambomba inicia sua consolidação como célula urbana.

O clima da Baixada tem a característica de ser quente e úmido, com a existência de uma estação seca. Seus solos são arenosos e não tão úmidos, o que favorece a plantação da laranja. Seu relevo de colinas e morros, as meias-laranja, permite intensidade de luz solar e escoamento das águas abundantes igualmente propiciando a citricultura. A maior parte do território de Iguaçu era formada “pelas abas, encostas e contrafortes da Serra de Madureira” cuja declividade excessiva propicia condição para a cultura de “uma árvore que não suporta o excesso de umidade do solo” (SOARES, 1962, p. 202).

A posição estratégica da região também foi predominante para a instalação de lavouras. Situada entre o porto e o interior montanhoso, “o recôncavo partilha das vantagens da posição que deram ao Rio de Janeiro a condição de metrópole do país” (SOARES, 1962, p. 158). Essa proximidade conferiu-lhe a possibilidade de estabelecimento de culturas de exportação como cana, anil, cochonilha, café, laranja, banana e abacaxi. A ocorrência dessas culturas foi de grande importância para o povoamento da região desde o período colonial (SOARES, 1962, p.158).

A citricultura iguaçuana está inserida diretamente no projeto de diversificação da agricultura fluminense empreendido como alternativa para solucionar a crise econômica que o estado vinha sofrendo desde finais do século XIX. Encontramos nos presidentes Alberto Torres e mais ativamente em Nilo Peçanha grandes incentivadores da diversificação, inclusive

com políticas públicas voltadas para a policultura. Nestes termos, o projeto diversificador “sustentava o modelo agrário exportador em crise e reiterava-se a vocação agrícola do estado” (SANTOS; MENDONÇA apud FERREIRA, 1994, p. 44).

O Projeto de diversificação foi o carro-chefe da gestão Nilo Peçanha (1904-1906). Este consistia no incentivo a novas culturas que atendessem às necessidades internas do estado, de forma que se substituísse gradativamente a monocultura baseada no café e resgatasse o estado fluminense da crise econômica. Deste modo, entre as principais medidas adotadas para por em prática o projeto, encontram-se a realização de políticas tarifárias que ofereciam fretes mais baixos para os produtos exportados bem como para os instrumentos de produção além de estipular fretes máximos para os produtos importados. A política de incentivo nilista também distribuía sementes e mudas e criava estações experimentais e centros agrônômicos. As principais culturas estimuladas eram o arroz, milho, frutas, algodão e pecuária. (FERREIRA, 1994, p.70). Essa política foi reeditada em seu segundo governo no estado do Rio de Janeiro, e estava em pauta na campanha da Reação Republicana na década de 1920.

A lavoura de cítricos iguaçuana foi igualmente beneficiada pelos projetos de sanitização desenvolvidos entre 1910 e 1916, pela instalação da Comissão federal de Saneamento da Baixada, dentro do projeto político nilista. Nilo Peçanha foi indicado ao cargo de Presidente da República quando do falecimento do então presidente Afonso Penna. Permaneceu no cargo entre 14 de junho de 1909 e 15 de novembro de 1910. Em discurso na abertura de Sessão no Congresso, em 1910, o recém-empossado chefe do governo trata de temas como desenvolvimento ferroviário, questões imigratórias, as populações flageladas pela seca no nordeste e dá fala a respeito da comissão:

Estão já iniciadas providências para o saneamento da Baixada do Rio de Janeiro pela drenagem de vários rios que deságuam na Bahia Guanabara, obra que restituirá à pecuária e a agricultura uma zona de cerca de 4.000 kilometros nas imediações desta capital (PEÇANHA: 1910, p.8). crl.ed/brazil

A Comissão de Saneamento foi criada dentro de um quadro de expectativas de modernização proposto pelo projeto republicano. Os objetivos eram livrar a Baixada – “inundada, que nos primeiros anos da nossa nacionalidade foi o centro do trabalho” (PEÇANHA, 1916, p. 7) - com suas áreas alagadiças e pantanosas, dos miasmas da opilação e do impaludismo, atrelados à proposta de desenvolvimento econômico, com intenções de revigorar a agricultura no estado.

Assim sendo, o saneamento também concorreria para o povoamento de áreas anteriormente consideradas insalubres. As intervenções também estavam na pauta de debates no que tange às ferrovias e sua conservação. Segundo Fadel (2006) o modelo de enfrentamento da questão de saneamento proposto pela Comissão Federal de Saneamento da Baixada “desloca o foco dos médicos para os engenheiros, e conseqüentemente do indivíduo (higiene) para o ambiente”. O saneamento passa a ser classificado como “racional, tendo por meta central a recuperação ou garantia de salubridade territorial e, em seguida sua ocupação e desenvolvimento, livres de doenças.” (FADEL, 2006, p. 116). Em outros termos, a Comissão tinha interesse de integrar a Baixada à Capital Federal.

Dadas todas as condições indicadas acima, instalou-se, nas terras iguaçuanas a agroindústria citricultora. Grande parte da produção era exportada e encontrava no vizinho Rio de Janeiro mercado para os excedentes além de capitais para investimento na região. Seja financiando o plantio de laranjais, na compra de grandes extensões de terra para loteamentos em chácaras ou pela aquisição de latifúndios para a plantação, e instalação dos *packing-houses*⁹ para beneficiamento, os capitais advindos de investidores da metrópole vizinha estiveram presentes em Nova Iguaçu. (SOARES, 1962)

Os donos de terras improdutivas locais começaram a recortar suas propriedades e arrendá-las, além de constituir suas próprias lavouras de cítricos, nesse surto de último suspiro agrário local. Uma extensa área constituída pelas quatro fazendas de Francisco Soares de Souza e Melo, quando de seu falecimento, foi deixada em usufruto a seus herdeiros – embora doada à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, foi subdividida em pequenas chácaras e arrendadas a citricultores.

Ocorreu, outrossim, em Nova Iguaçu um processo de grande fragmentação da terra, que gerou aumento da população rural, em busca de trabalho assalariado. Houve o fenômeno da imigração portuguesa, vindo para arrendar sítios ou para trabalhar nas propriedades de seus conterrâneos no trato das laranjas. O aumento concentrou-se no distrito de Iguaçu – distrito sede – justamente pela expansão da citricultura em suas terras. Essa região era especialmente privilegiada em decorrência da planície entre, a região de colinas e a própria Serra de Madureira (SOARES, 1962).

⁹ Os *packin houses*, casas de empacotamento, ou barracões, era o nome dado aos estabelecimentos que realizavam o beneficiamento dos frutos. Eram extensos galpões, aparelhados com máquinas que lavavam, secavam, poliam e separavam os frutos por tamanho e qualidade e depois os embalava nas caixas, para serem exportados.

Segundo Simões, (apud ALVES, 2007) a fragmentação foi acompanhada de lutas pela terra, pois parte das terras vendidas e arrendadas vinha sendo ocupada por posseiros quando estavam abandonadas. Em decorrência destes fatores, vários conflitos estabeleceram-se na região. Até mesmo ex-escravos alforriados estavam na disputa pelas terras. Além disso, com o processo de valorização que a região desenvolveu, ela passa, ainda, a ser alvo da atuação de grileiros.

Com o passar do tempo, a existência da Estrada de Ferro Central do Brasil, favoreceria a proximidade das casas de beneficiamento ou barracões e a de zona de embarque da produção de frutos. De tal modo, até a produção da zona oeste fluminense chegava através da Estrada de Madureira para ser beneficiada.

Curioso é que a região central do município, o distrito de Iguaçú, a própria Nova Iguaçú, era a principal área de plantio, com 83 % dos pés de laranja e a área vizinha à cidade contava com metade do total do número de pés (FORTE, 1933). Era aí que aos fins de semana as populações que residiam nas imediações agitavam a cidade: “vinham se aprovisionar em gêneros, fazer compras, cumprir os deveres religiosos, educar os filhos e divertir-se” (SOARES, 1962, p. 208). Era a área mais densamente povoada do município.

Nova Iguaçú, configurou-se, então em pólo de concentração, beneficiamento e exportação da produção de cítricos, acumulando a função de centro administrativo e religioso. Desenvolveu-se, ainda, como centro comercial e de serviços. Assim, o curto ‘ciclo’ citricultor configura a centralização de Nova Iguaçú no contexto da Baixada Fluminense, trazendo os outros municípios para sua órbita de influência, inclusive criando condições para a perpetuação da primazia iguaçuana após o declínio do processo citricultor. (SIMÕES, 2007).

A citricultura propiciava, ainda, serviços secundários nas palavras de Pereira (1977), nas quais muitas famílias trabalhavam: fabricação de caixas, transporte, tratamento e acondicionamento dos frutos, trabalho nos barracões. Com o surto da laranja, o município adiou o arroubo de loteamentos que vinha incidindo nos distritos mais próximos da metrópole do Grande Rio de Janeiro – a exemplo de Duque de Caxias e Nilópolis e São João de Meriti – que se iniciou em finais da década de 1940 (ALVES, 2003).

No período da Primeira República o coronelismo¹⁰ constituía-se enquanto estrutura de relações de poder. Em Iguaçú, uma das frações de classe economicamente dominante era

¹⁰ Para definir coronelismo, adotamos o conceito utilizado por José Murilo de Carvalho: “é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Além disso, o fenômeno é datado historicamente, ou seja durou de 1889 até 1930”. Importante ressaltar que o coronelismo

constituída por um grupo enriquecido com o ‘negócio da laranja’: seja com o arrendamento de suas propriedades, com a plantação dos frutos ou com o rentável beneficiamento e exportação desses. Entretanto, apesar de classe econômica e socialmente dominante, “a classe citricultora não conseguiu ter a hegemonia política local.”(ALVES, 2003, p.49).

Segundo Soares (1962) uma quantidade considerável dos citricultores não residiam no município, tampouco aplicavam nele sua renda. Entretanto os que se fixaram lá constituíram belas residências. Os donos de *packing houses*, profissionais liberais e exportadores construía suas residências – os belos sobrados e bangalôs - no sopé do maciço do Mendanha, do outro lado da linha férrea, área seca, com a brisa que soprava da serra trazendo frescor e gerando um ambiente bucólico, distante da malária e do impudismo e do calor dos terrenos rasos do município.

O grupo dos laranjeiros que viviam no município constituía residências nas duas ruas paralelas de ambos os lados à estação ferroviária. É nessa área que se iniciará transformação espacial que modificará a paisagem, em que a área rural cederá lugar à cidade. É aí também que serão implantados alguns barracões e onde se desenvolverá o comércio e locais de cultura e lazer.

1.7 Nova Iguaçu e Velha Iguaçu, discussão conceitual ou obsessão pelo ídolo das origens¹¹?

Este estranho hábito de denominar os lugares remotos como ‘novas’ versões de ‘velhos’ topônimos em suas terras de origem foi posto em prática pelos europeus, no momento de conquista de suas colônias pelo mundo. Não que a adoção do adjetivo ‘novo’ para nomeação de locais políticos ou religiosos fosse original, entretanto a questão é que, em

envolve relações de troca de natureza clientelística. Cf. em CARVALHO, J. M. Pontos e Bordados: escritos de história e política. BH: Ed. UFMG, 1998.

¹¹Referimos-nos à crítica de François Simiand aos historiadores Paul Lacombe e Charles Segnobos. Segundo Simiand, os historiadores são obcecados pelos problemas do método, que se constituiria, apenas num ‘procedimento de conhecimento’. Dessa forma os procedimentos sobre os quais se fundavam as ambições e certezas da ciência histórica não permitiam qualificá-la como ciência. Dentre os três pontos da crítica, Simiand, em referência a Bacon, denomina os ‘ídolos da tribo dos historiadores’: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Cf. em História e Ciências Sociais, leituras de um debate francês. In: REVEL, Jacques. Proposições: ensaios de história e historiografia. RJ: EdUERJ, 2009. Este último, o ídolo cronológico é, segundo Simiand “o hábito de perder-se nos estudos das origens, em investigações de diversidades singulares, em vez de estudar e de compreender em primeiro lugar o tipo normal, procurando-o e determinando-o na sociedade e época em que se encontra” (REVEL, op. cit., p. 23)

geral, o uso desta qualificação tem a intenção de classificar determinado local como sucessor, herdeiro, ou mesmo antagônico de algo desaparecido.¹²

Segundo Benedict Anderson (2008, p.256), este binômio ‘novo-velho’ era, no contexto do continente americano dos séculos XVI a XVIII entendido de forma sincrônica, simultaneamente na América e na Europa. Dentro desse ‘senso de paralelismo’, era necessário que existisse a distância transoceânica entre os grupos paralelos, de forma que o mais novo tivesse um tamanho considerável e fosse estabelecido de forma duradoura, além de estar solidamente subordinado ao centro metropolitano, mais velho. Dentro desta perspectiva, várias cidades surgem: New York, Nueva Leon, Nouvelle Orléans, Niew Amsterdam.

Nossa pesquisa inicia-se a partir deste questionamento. Como compreender determinado recorte temporal histórico de uma localidade cujo nome é precedido pelo adjetivo “Nova”? Para isso é necessário um recuo histórico para entendimento de todo um processo a ser estudado ou isso simplesmente se configuraria na famosa obsessão e reprodução do mito das origens?

Ao optarmos por esse breve recuo, nosso objetivo não é escrever em nome dos mortos, de maneira que a história seja para estes um magistrado¹³ que os compense, preservando sua memória (MICHELET apud ANDERSON, 2008 p.270), não nos inserimos neste regime de historicidade. Entretanto, consideramos necessário retornar ao surgimento de Iguazu para inteirar nosso leitor além de entender até que ponto adição do adjetivo novo está relacionado a uma idéia de modernidade, em contraponto a um passado patriarcal. Iguazu teve o nome alterado para Nova Iguazu, em 1916¹⁴.

Historiadores tradicionais, memorialistas e moradores antigos ao realizarem esse movimento, recorrem às origens na tentativa de conceber uma continuidade histórica através da criação de um passado antigo, cíclico que evolui para uma época áurea, sucedida pela decadência, que extrapole a continuidade histórica real.

Longe de tomar a região estudada como uma realidade naturalmente dada, pensamo-la a partir de uma construção social, na qual o território é produto das relações humanas que

¹² A respeito desta discussão, conferir o capítulo Memória e Esquecimento, em ANDERSON, B. (2008). p.256.

¹³ Segue a citação completa: “Sim, cada morte nos deixa um pequeno bem: sua memória, e exige que cuidemos dela. Para aqueles que não têm amigos, é preciso que um magistrado os compense. Pois a lei e a justiça são mais fiéis do que todas as nossas ternuras esquecidas, nossas lágrimas que secam num instante. Esse magistrado é a história. E os mortos são, parafrazeando o direito romano, *miserabiles personae* com que o magistrado deve se preocupar. Nunca, em minha carreira, perdi de vista esse dever do historiador. Conferi a uma porção de mortos demasiadamente esquecidos a ajuda de que eu próprio irei precisar. Exumei-os para uma segunda vida [...] Hoje eles vivem entre nós como nossos parentes e amigos. Assim se faz uma família, uma cidade comum entre vivos e mortos”, Jules Michelet, Oeuvres complètes, XXI, p.268, no prefácio do volume 2 (“Jusquau 18 e Brumaire”) da sua inacabada Histoire di XX siècle, apud ANDERSON, 2008, p. 270)

¹⁴ Lei 1.331 de 9 de novembro de 1996, de autoria do deputado Manoel Reis.

constroem as territorialidades baseando-se em princípios de organização que modelam o espaço, sendo inclusive adaptados a outros lugares onde uma população possa se fixar como aconteceu em Iguazu. As fronteiras, nas palavras de Bourdieu (2010, p. 114) nunca são mais que produtos de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os fundamentos que ela reúne. Essa ‘realidade’ é social de parte a parte e as classificações mais naturais apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária. Levemos, ainda, em consideração que “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história” (BOIS apud BOURDIEU, 2010, p.115). Segue a história.

Segundo a tradição histórica local¹⁵, o território hoje conhecido como Nova Iguazu pertencia, ainda no século XVI a uma sesmaria concedida à Braz Cubas (1568), do território da Capitania de Martim Afonso de Souza. A povoação desse território deu-se a partir da instalação às margens dos rios que desembocavam na Baía da Guanabara, no início do século XVIII. O principal rio, o Iguazu, através do porto construído às suas margens, possibilitava o intercâmbio de mercadorias provindas de vários lugares do Brasil e principalmente da Corte do Rio de Janeiro (PEREIRA, 1977, p.12)

A então Vila de Iguazu teve seu auge econômico no segundo quartel do século XIX em decorrência da construção da Estrada Real do Comércio. Este caminho, em conexão com o porto construído no povoado atendia a exportação do café advindo do interior da província do Rio de Janeiro e que era escoado à Corte pelo porto do povoado (PEREIRA, 1977, p.85-87). Também era utilizado no transporte de produtos importados da Inglaterra. A construção deste ‘Caminho do Café’ foi vetor importante na obtenção da autonomia municipal em 1833. Nos portos e freguesias da Baixada Fluminense, as fortunas se faziam simplesmente através da compra, venda e armazenagem do café, propiciando o surgimento de um grupo de grandes atravessadores.

A partir de 1858, a Vila de Iguazu demonstra efetivos sinais de decadência¹⁶ devido a epidemias de malária e cólera que acometem a região, causando o abandono dos moradores, bem como com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Esta deslocou o eixo do transporte do café e dos produtos do porto de Iguazu para seus trilhos que passavam pelo Engenho de Maxambomba (atual região central do município), território localizado no sopé

¹⁵Entre os pesquisadores considerados representantes da historiografia tradicional local encontram-se Alberto Ribeiro Lamego, José Matoso Maia Forte e Waldick Pereira.

¹⁶ Nossa intenção não é “dar demasiada importância a Fenômenos físicos” , nesse caso, as epidemias parecem ter sido motivos que causariam uma decadência, “como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões de grupo não produzissem efeitos” (BOURDIEU, 2010, p.108).

do maciço do Gericinó¹⁷ (Serra de Madureira), distante das terras alagadiças e impalúdicas do município.

A ‘decadência’ da Vila desencadeou um processo de re-ordenamento da ocupação espacial, o que fez surgir outra centralidade populacional em decorrência da expansão ferroviária: em 1891 a sede do município foi oficialmente transferida das margens do Rio Iguassú para Maxambomba. Ainda nas últimas décadas do século XIX, iniciou-se, em Maxambomba, o plantio das primeiras mudas da laranja¹⁸. A história propagada na localidade é a de que fenômeno da laranja conservou a autonomia municipal marcada pela influência econômica dos laranjeiros que constituíam uma classe sucedânea à dos barões da cana e do café (PEREIRA, 1977, p. 118) e que teriam visto na adição do adjetivo nova uma possibilidade de se tornarem herdeiros ou mesmo classe adversária do antigo grupo dominante.

Essa história do auge e decadência é bem conhecida em na localidade e é reproduzida nas pesquisas sobre Iguaçu:

[...] a Vila de Iguaçu era então um grande povoado morto. Constituída, principalmente, por uma larga rua, sinuosa e longa, a vila tivera a sua hora de prosperidade, atestada pelas grandes casas de sobrado e vastos armazéns alpendrados, tudo, então, fechado e sem moradores. [...] A estrada de ferro, porém, drenando todo o seu movimento comercial, reduziu Iguaçu à penúria e a levou à miséria e a morte. A vila se despovoou. [...] as águas cresceram, cobriram todos os campos, tornando-os imprestáveis para qualquer cultura e enchendo o ar de miasmas do impudismo e da opilação, que assolaram a pobre gente que não se pôde retirar” (Discurso de Rodrigo Otavio Filho, da ABL, pronunciado na reunião da Arcádia Brasileira de letras em 12/05/1957).

Costuma-se reduzir, destarte, toda a história local em finais do século XIX a um processo de decadência em decorrência da transição do trabalho escravo para mão-de-obra livre. A crise que afetou a economia do Rio de Janeiro em finais da Monarquia teria causado um quadro de infortúnios vividos por frações de classe dominante em Iguaçu, o que se estenderia a toda História da Baixada Fluminense.

¹⁷ O Maciço do Gericinó-Mendanha abrange as serras de Madureira, Marapicu, Gericinó e Mendanha e localiza-se na atual região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nos atuais municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Mesquita.

¹⁸ Em Editorial do Jornal Correio da Lavoura datado do ano de 1926, Luiz Martins de Azeredo escreve o seguinte: “Não se pode determinar ao certo a época em que a cultura da laranja assumiu caráter comercial neste Município (...) Contudo, pode-se adiantar que essa época não fica muito longe e, segundo o aspecto dos antigos laranjais que ainda hoje produzem, de datar de uns vinte anos aproximadamente”

Jorge Luís Rocha da Silveira (1998) em pesquisa¹⁹ que propõe uma análise alternativa em relação à produzida pela historiografia tradicional, na qual as mudanças que causaram a transferência da sede municipal, dos limites políticos bem como dos reflexos na economia e estrutura social no município estão relacionadas a mudanças provocadas por exemplo pela extinção da Vila de Estrela, bem como do declínio de sua produção agrícola. Segundo Rocha, durante muito tempo essa historiografia, “mais do que sugerir um modelo interpretativo, elaborou um estereótipo da História de Nova Iguaçu, reduzindo-a a um retrato de suas elites sócio-econômicas” (SILVEIRA, 1998, p.34).

Em pesquisa da década de 1960, Maria Terezinha Segada Soares, indica que o núcleo de Nova Iguaçu surge com vistas de integração do Recôncavo Guanabarrino à expansão do Grande Rio de Janeiro. A decadência das vilas seria concomitante à ampliação da área de influência carioca:

a integração de Nova Iguaçu no espaço urbano da metrópole foi fruto de evolução bem mais complexa, que teve como ponto de partida uma pequena cidade, sede de vasto município e centro de importante área agrícola”(SOARES, 1962, p.30)

Em outra análise interessante, Pedro Pinchas e Regina Espíndola (1951, p. 93), realizam debate sobre as relações reais entre a abolição e a evolução econômica na Baixada Fluminense. Isto porque, segundo os autores, a abolição teria sido considerada um marco que separou a época de progresso, fartura e florestamento da agricultura, de outra de decadência, crises econômicas e de abandono de terras (como teria ocorrido na vila de Iguaçu).

Ainda segundo os autores, essas transformações estão ligadas à industrialização do açúcar e tem raízes no desenvolvimento da monocultura com o abandono da pequena lavoura. Ainda questionam se a Baixada sofreu declínio por falta de mão de obra e transportes, afinal de contas sempre existem braços e caminhões para o aumento da lavoura e o transporte de abacaxi e laranja sempre que os preços são compensadores (PINCHAS; ESPÍNDOLA, 1951, p.101). O que ocorre na realidade, é que a monocultura não seria uma forma econômica estável.

Não faz parte de nossa investigação analisar essa problemática, entretanto entendemos como relevante expor a nosso leitor as discussões existentes a respeito da historiografia local.

¹⁹ Para maiores informações a respeito dessa análise cf. SILVEIRA, J. L. R. Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense. (1850/1890), Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói, 1998.

Da história tradicional local, interessa-nos a visão do discurso regionalista desenvolvido, performativo, que sugere impor como legítima uma nova definição das fronteiras – no caso a transplantação da sede do município das margens do rio para a borda da ferrovia - o que por si só visa impor, fazer conhecer a região delimitada, legitimando seus limites contra uma possível definição dominante, reconhecida e legítima que a ignora (BOURDIEU, 2010, P. 116).

Neste caso, à nova definição das fronteiras da localidade, tem-se a adição do adjetivo Nova ao nome original. Talvez numa tentativa de recuperar na nova territorialidade os aspectos áureos da antiga ou mesmo de reconstruir uma nova realidade social de modo a anunciar ou a criar identidades aos moradores locais. Segundo Bourdieu (2010, p.116), a eficácia do discurso é proporcional à autoridade daquele que o enuncia, e um memorialista local tem o seu respeito e admiração cativos dentro de uma localidade. É considerado um portador do saber, aquele que conhece as origens. Desta forma, o ato de magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma **nova** visão a uma nova divisão do mundo social (grifo nosso). No caso estudado essa nova visão de mundo social representado pela tradição histórica local “é aquela que abole a velha designação desprestigiada pelo tempo e inaugura uma época totalmente nova” (ANDERSON, 2008, p. 264) na qual a classe laranjeira é protagonista.

1.8 Nova Iguaçu, debates de um estudo local

As discussões a respeito do conceito de espaço estão no cerne de várias ciências, ganhando, inclusive o título de “o mais interdisciplinar dos objetos concretos” (SANTOS, 1996). Para esclarecermos questões metodológicas a respeito da definição do conceito, sempre que nos referirmos ao espaço, estaremos adotando a acepção utilizada por Santos (1996, p.71), na qual o espaço é um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Interessante perceber, sobretudo no âmbito da modernidade, que o espaço evoca uma realidade social que exige o reconhecimento de espacialidades diversas. Com dimensões e significados variantes, com limites que se sobrepõem e se recortam de modo que em qualquer ponto do planeta, estaremos inseridos no interior de vários conjuntos espaciais, definidos segundo variáveis diversas (CARDOSO, 1998).

Em decorrência de as dimensões escalares do espaço geográfico e conseqüentemente social sofreram mudanças com as transformações econômicas, sociais e políticas gerada pelo processo de globalização, alguns estudiosos inclusive afirmam que a falência de projetos de desenvolvimento regional tornou essa escala obsoleta. Outros afirmam que as reformulações pelas quais passou o Estado-Nação colocam em questão a escala nacional em detrimento do local. (SILVA, 2008, p.70).

Em comunicação apresentada em colóquio no IHBG, Miridan Brito (2001) nos indica uma revitalização de histórias regionais e locais. Este novo fôlego se dá tanto através do estudo de disciplinas com esses nomes oferecidas nas grades curriculares de cursos de graduação, quanto pela especificidade regional-local de alguns programas de pós-graduação.

Em seu *A questão local* (2001) Alain Bourdin propõe uma visão crítica sobre a tendência da contemporaneidade de cometer usos e abusos do local. Ele constata uma dificuldade que os cientistas sociais têm em construir um paradigma do local. Nosso objetivo não é seguir esse debate, mas considerar que especificidades locais ou regionais inseridas em longo prazo nos permitem construir representações no âmbito macro e que também as especificidades no âmbito macro atingem diretamente **o local** de uma forma dialética. O local pode ser considerado uma delimitação de espaços sociais de menores proporções se levarmos em conta as delimitações macrosociais e nacionais. Isso nos permite dizer que ao tentarmos compreender especificidades de Nova Iguaçu no recorte selecionado admitimos que a localidade possui uma dinâmica própria, porém que não está isolada no espaço e no tempo, fechada em relação a uma realidade nacional.

Defendemos que a mudança da escala de observação pode gerar outro efeito ou mesmo conhecimentos. Assim as reflexões sobre a história local atualmente nos sugerem uma intersecção com a micro-história (REZNIK, et all. 2000, p. 1). Segundo essa abordagem, durante muito tempo foi privilegiado o estudo dos agregados mais maciços possíveis; foi escolhida uma duração suficientemente longa para tornar observáveis transformações globais (REVEL, 1998, p.17). Com a redução das escalas sugerida pela micro-história “enfoques sobre histórias particulares de indivíduos, vilarejos, instituições passaram a ser privilegiados entre objetos e objetivos que procuraram valorizar o micro” (REZNIK, et all. 2000, p. 1).

Assim, priorizamos a abordagem local pois esta categoria pode deflagrar sob a paisagem que é história novas texturas e traçados, um mundo novo e imperceptível num olhar globalizante. Essa experiência se configura numa possibilidade de construção de versões alternativas para a compreensão das relações da localidade: “variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama”(REVEL, 1998, p. 21). Blaise Pascal (apud GONÇALVES, 2001) disse que uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito.

Descrições a respeito de cidades estão sempre presentes nos escritos de viajantes. Descrições de bairros, referências a certos lugares e áreas são constantes nos relatos de memorialistas e textos de literatos. Pontos de referência ao leitor, bem como algo relacionado à sua permanência ou formas de traçado urbano e edificações, ou mesmo de sua rápida transformação, fazem da materialidade dos núcleos urbanos um suporte à memória, recorte preciso com contornos apreensíveis, capaz de orientar o conhecimento ou o reconhecimento dos que por elas passam ou moram (BRESCIANNI, 2003, p. 238):

O “centro” de Nova Iguaçu, instalado na parte mais antiga da aglomeração, corresponde, aproximadamente, à área ocupada pelo núcleo laranjista, que se transformou no coração da Nova Iguaçu atual. Este, ocupa grande parte da rua da estação e das duas vias a ela paralelas na direção da planície, assim como certo trecho das três transversas que vêm ter à área ocupada pela estação. Aí se concentram os órgãos políticos, administrativos e de classe, os bancos, as diversões e as profissões liberais assim como o comércio varejista, numeroso e variado, apresentando tendência para padrões mais elevados. (...) O centro, salienta-se portanto, do resto da aglomeração, pelo tipo e pela antiguidade das construções, pois é constituído de prédios antigos, sobrados na parte mais próxima da estação, e pequenas lojas térreas, oriundas geralmente da transformação das residências. (SOARES, 1962, p.225 e 228)

Assim as cidades são uma experiência visual, uma referência estética, mas um lugar impregnado de significados acumulados através do tempo. São uma produção social sempre relacionada a algumas de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas (BRESCIANNI, 2003, p.237) ou ainda a um caráter civilizatório em contraponto com a idéia de campo:

Nos tempos da Renascença a cidade era sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade, [era mesmo considerada] o berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. John Locke, no século XVII, afirma que os habitantes ‘civis e racionais’ das cidades contrastavam com os moradores ‘irracionais e ignorantes dos bosques e florestas’ (THOMAS, apud BRESCIANNI, 2003, p.240)

Ao tentar perceber as relações que se travam em uma cidade – Nova Iguaçu – no período delimitado – 1930 a 1940 – não nos propomos conceber as transformações da cidade que deixa de ser essencialmente agrária e transforma-se gradativamente em núcleo urbano, numa tentativa de opor a urbe a uma suposta vida campestre idealizada. Objetivamos entender a localidade dentro de sua lógica própria, suas relações de poder, bem como as representações simbólicas efetuadas.

Partimos do pressuposto que Nova Iguaçu, é antes de tudo um local herdado. Vale ressaltar que isso não implica imutabilidade. Lá o passado pesa de maneira determinante sobre o presente. O Arraial de Maxambomba cedeu lugar à sede do Município de Iguaçu.. Em 1916 tem o nome alterado para Nova Iguaçu. Isso nos sugere que a genealogia é utilizada localmente como um instrumento de compreensão social. Dessa forma configura-se localmente a expressão mais direta da herança do passado.

Para tentarmos compreender o local e suas relações de poder, o conceituaremos como poder exercido econômica, social, cultural e simbolicamente, nas palavras de FISCHER:

A noção de 'local' contém duas idéias complementares em um sentido e antagônicos em outro. Se o 'local' refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise do local remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem fundamento territorial inegável, não se resume a este, como aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas adotadas. (FISCHER, 1992, p.106)

Destarte, Nova Iguaçu insere-se dentro do que no Brasil remete ao local – a municipalidade, a prefeitura, o lugar de exercício de poder, as instituições sociais a ela vinculadas, as relações de força travadas pelas classes ou frações de classe no campo político e mesmo simbólico na tentativa de espaços por exercício deste poder. Em Nova Iguaçu esses componentes, acabam por estender certo poder sobre a região e seus populares à medida que vão transferindo às novas gerações sua forma de agir e pensar, de maneira a consolidar a hegemonia nas decisões locais, gerando uma espécie de identidade local. Os grupos, neste caso, representam-se como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro. Na medida em que sua constituição se dá no nível simbólico são formados por agentes sociais de raízes

heterogêneas: profissionais liberais, membros do empresariado local, das classes médias assalariadas do município. (DANIEL, 1988, p. 30)

2 HISTÓRIA E IMAGEM: REPRESENTAÇÕES URBANAS E RELAÇÕES DE PODER

2.1 A história e suas fontes

Durante séculos vigorou um modo de fazer história que privilegiava a exaltação da vida dos reis e suas monarquias. Com a derrocada dos regimes monárquicos essa tradição histórica passou a exaltar o Estado-nação, a ideologia dominante resplandecente, que no século XIX infectou os olhares da maioria.

A História enquanto disciplina acadêmica é irmã do Estado-nação, ambos nascem no século XIX. Os historiadores eram seduzidos pelo brilho emanado do Estado, que reluzia em direção a idéia de um mundo de perfeição. Como irmã extremamente zelosa, a história atendia às vontades do Estado, exaltando, narrando e descrevendo suas peripécias, submetida à determinada cronologia.

Pecando por excesso de cuidados, a história tradicional ao cercar seu irmão de proteção, deixou a pequena criança mimada por demais, individualista, um tanto egoísta, de forma que todos os assuntos girassem em sua órbita: instituições, relações políticas, guerras, relações diplomáticas, líderes. A velha irmã história ossificava-se em torno de um formato que privilegiava o factual, o subjetivismo, o psicologizante, o idealista.

Ao passo que a história se derretesse em mimos ao irmão Estado, este crescia e aparecia, garantindo a exclusividade das fontes que a história demandasse. As fontes eram, outrossim, regularmente constituídas e estavam organizadas, classificadas e conservadas. Em outras palavras, as fontes representam a voz do Estado, eram as portadoras da verdade. “Eram estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito e acessíveis em um momento posterior” (RÉMOND, 1996, p.15). O Estado era, igualmente, o mediador entre o historiador e seu objeto.

Isso nos indica que durante muito tempo a história somente serviu-se, ou melhor, foi servida de forma quase que exclusiva por fontes e documentos escritos. As fontes escritas e

oficiais estão inseridas dentro de um contexto da cultura ocidental dominante. Essa tradição cristalizou a escrita como forma dominante e de poder:

O caráter probatório da pesquisa histórica definiu a noção de documento como sinônimo de fonte histórica, demarcando assim o seu universo à hegemonia da fonte escrita e oficial. Este modelo foi validado pela concepção cientificista de documento e traduziu a afirmação da objetividade do conhecimento como dado. É nesse sentido que as imagens foram desprezadas (KNAUSS, 2008, p. 152).

Durante muito tempo, só a classe dominante teve o domínio da escrita. O ler e escrever bem estão diretamente relacionados às formas de acesso à cultura ocidental pós-renascentista. Contudo, a historiografia centrada nas fontes escritas desprezou o fato de que as imagens são os vestígios mais antigos que conhecemos (KNAUSS, 2008, p.152).

Só possuía acesso às fontes escritas o indivíduo que estudasse, quem comprasse livros, quem freqüentasse as escolas estatais, pois o Estado permitia. A exaltação deste tinha como objetivo a manutenção do *status quo*.

A própria discussão dos conceitos de história e pré-história ainda hoje é corrente. Desde a pré-escola, as tias ensinam aos pequeninos “que a história é o momento que surge com o aparecimento da escrita, pois, pode ser escrita, documentada”; “antes da escrita temos a pré-história”, como se todos os vestígios deixados pelo homem antes dele expressar-se através de ideogramas não tivessem a menor importância ou sentido.

A proposta para o trabalho com fontes não-verbais data do século XIX, a exemplo do historiador Fustel de Coulanges, que afirmava: “onde o homem passou e deixou marca de sua vida e inteligência, aí está a História” (LE GOFF apud MAUAD; CARDOSO 1997 p. 568). O próprio Coulanges (2001 apud BLOCH, p. 54) nos afirma que a “história não é a acumulação dos acontecimentos, de qualquer natureza, que se tenham produzido no passado. Ela é a ciência das sociedades humanas”. Dos homens no tempo, corrobora Bloch (2001), mas são os homens que a história quer capturar. Nesse caso entra o historiador, “o bom historiador, se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali está sua caça” (BLOCH, 2001 p. 54).

Essas afirmações nos advertem que o homem é o verdadeiro objeto da história, e como não somos eternos, são os nossos vestígios, quaisquer que sejam que permitirão ao historiador reconstituir determinado passado: é impossível ao historiador averiguar os fatos que estuda.

São os rastros que deixamos que possibilitam um mínimo de informações, e quanto mais possibilidades de fontes para evidenciar determinado acontecimento, melhor. Mesmo porque as visões que temos do passado, são segundo as idéias daqueles que as viveram, de

acordo com sua mundividência e seus interesses. Da mesma forma que não apreendemos todo o conhecimento do presente, igualmente não se detém todo o saber sobre o passado. O que acontece é o passado chega até nós através dos mais variados filtros culturais que são as fontes históricas, os vestígios deixados pelos homens no plasma do tempo.

E esses vestígios não têm a obrigatoriedade de serem unicamente escritos. Antes da escrita encontramos as pinturas rupestres, os artefatos empregados na lida diária pelos homens na aurora da humanidade. Os fósseis e utensílios pré-históricos são de grande valia para entendermos a lógica das relações sociais em seu princípio. Objetos de arte, arquitetura, literatura, música, costumes, roupas, imagens, fotografia, cinema, todos esses itens podem ser considerados como fontes, para auxiliarem na construção de determinada realidade social.

Em oposição à História tradicional, a ‘outra história’²⁰ dos Annales defendia que além da política, entre os grandes agentes existiam campos de forças coletivas e individuais. Essas eram as verdadeiras engrenagens que movimentavam a história, sobretudo numa época em que os processos de convulsões e rupturas com o passado estavam em seu auge.

Os fenômenos coletivos seriam mais significativos para o desenrolar da história, bem como que os fenômenos inseridos numa longa duração eram de maior significância e mais determinantes do que os acidentes de conjuntura. As realidades de trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais conseqüências e deste modo deveriam ter mais atenção dos observadores do que os regimes políticos. (RÉMOND, 1996, p. 17)

Com os Annales, o homem e a sociedade transformam-se em objetos. O Estado não é mais o organizador, mas a conseqüência, dos movimentos da sociedade, das relações de produção. Desta forma, para compreensão da sociedade é necessária ampliação do leque de fontes. As fontes são capazes de revelar novos grupos, diversos grupos que não se exteriorizam através de fontes escritas; grupos que não são aristocráticos, nem letrados, muito menos lêem livros. Ou que lêem livros, ou não os lêem, entretanto possuem outras formas de se comunicar, de se relacionar, de se representar. Assim a história debruça interesse também nas atividades culturais humanas.

Nestes termos, o dueto história e imagem é hoje possível graças à diversificação do saber histórico proporcionado pela geração de historiadores em torno da qual se desenvolveu o movimento dos Annales. Os jovens historiadores se insurgiram, em nome de uma história

²⁰ De acordo com Burke, Lucien Febvre usava frases como “uma outra história” para descrever o que o grupo dos Annales tentava fazer. Cf. em BURKE, P. A escola dos Annales, a revolução francesa da historiografia. SP: UNESP, 1997, p. 132, verbete ‘História Nova’.

total, contra a história política, caracterizando a renovação da disciplina história em seus métodos abordagens e fontes.

O primeiro campo do conhecimento em que se terá um reconhecimento sistemático do potencial cognitivo da imagem visual é a história da arte que se consolida a partir do século XVIII (MENESES, 2003, p.13). Entretanto, tanto a História da Arte (esta não é uma subdisciplina da história) quanto às outras formas²¹ de estudos de material visual são a - históricos (DUBOIS, 2004), pois consideram as imagens em si, desprezando os contextos em estão inseridas.

2.2 História, Imagem e fotografia

A fotografia surge a partir de esforços conjuntos de vários pesquisadores que trabalhavam independentemente, e que, contudo possuíam o objetivo comum: fixar as imagens na câmara escura²², mecanismo de reprodução de imagens conhecida desde a Antiguidade e utilizada por gênios como Leonardo Da Vinci. Com o advento da modernidade, e as com as transformações econômica, social, cultural e tecnológica patrocinadas pela Revolução industrial, houve a possibilidade de desenvolver as técnicas de se fixar imagens em superfícies preparadas com substâncias químicas sensíveis à luz.

A primeira pessoa no mundo a “tirar uma fotografia” foi Joseph Nicéphore Niépce, que em 1826, conseguiu reproduzir, após anos de experiência, a vista da janela do sótão de sua casa. (BUSSELE, 1997, p. 30). Somando esforços com Louis-Jacques Mandé Daguerre passaram a aperfeiçoar o invento, desenvolvendo novas técnicas cada vez mais acuradas. Quando o Estado, depois de indenizá-los, colocou a invenção em domínio público, permitiu o

²¹ DUBOIS refere-se à semiologia, que segundo ele jamais se pergunta de que contexto vêm os objetos de estudos. Inclusive o próprio autor faz essa crítica ai seu livro *L'acte Photographique*, cuja primeira parte é totalmente a-histórica. Segundo o autor, essa dimensão, ainda hoje não é levada em conta. (Cf. maiores informações a esse respeito em Entrevista com Phillippe Dubois, concedida a Marieta Moraes Ferreira e Monica Kornis na Revista Estudos históricos, n 34, 2004, p. 146) Existem, entretanto, historiadores que realizam análise de imagens fotográficas através de uma metodologia histórico-semiótica, a exemplo de Ana Mauad. Cf. em MAUAD, A. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. Revista tempo, RJ, vol.1, n.2, 1996, p.73

²² Uma câmara escura consiste em um equipamento formado por uma caixa de paredes totalmente opacas, sendo que no meio de uma das faces existe um pequeno orifício. Ao colocar-se um objeto, de determinado tamanho, de frente para o orifício, a uma distância específica, nota-se que uma imagem refletida, aparece na face oposta da caixa, mas de forma invertida. Cf. em Fundamentos da física, em www.sofisica.com.br/conteudos/Otica/Fundamentos/camaraescura.php, consultado em 2/11/2011.

desenvolvimento contínuo e acelerado das técnicas fotográficas, com auxílio de outros cientistas. (BENJAMIM, 1987, p. 91)

Tudo passou a ser fotografado. A foto era o meio pelo qual a expressão cultural tornava-se viva. De guerras a exposições, terras longínquas, países exóticos e exuberantes como o Brasil, seus tipos humanos nativos e exóticos. As fábricas, estradas de ferro, a paisagem urbana e rural, os trabalhadores, as famílias, os espécimes para pesquisas científicas, elementos de flora e fauna, cenas do cotidiano. Os homens, de certa forma passaram a ter conhecimento de realidades distantes e diferentes das suas. Fatos sociais, políticos, religiosos passaram a ser documentados pela câmara fotográfica. O ato de fotografar era geralmente privilégio das classes dominantes.

A câmara fotográfica era filha de seu tempo. Surgida no contexto da modernidade e das transformações tecnológicas patrocinadas pela Revolução Industrial, passou a ser considerada um instrumento puro, o que conferiu às imagens por ela registradas, quase que um caráter sagrado. A fotografia constituía-se, assim, testemunho espaço-temporal dos acontecimentos. Deste modo foi atribuída a ela certa autoridade, auferiu-se à imagem fotográfica um caráter de ‘expressão da verdade’; como se tudo o que fosse representado na imagem consistisse realmente a verdade dos fatos.

Essa confiabilidade obtida pela imagem fotográfica favoreceu os modos de uso dessa técnica. O que não foi inicialmente percebido, pelos menos por todos, é que a plasticidade estética da imagem fotográfica, pode ser convertida em plasticidade ideológica, ou seja, ela “sempre se prestou e sempre se prestará aos mais diferentes e interesseiros usos dirigidos” (KOSSOY, 1993, p. 13). Os sistemas de idéias encontram na técnica fotográfica um aparelho para veiculação de informações e a manipulação de pensamentos.

A fotografia mesmo que produzida com determinada finalidade, seja documental, para perpetuar determinado acontecimento, com objetivos de manutenção da memória, tem sua importância estética. Hoje sabemos que pintura e fotografia compartilham no hall das artes seu lugar próprio. Entretanto, logo nos primeiros anos de sua invenção indagou-se se a fotografia era pura e simples técnica, um veículo de comunicação gráfica ou uma forma de arte? Tomaria a fotografia o lugar da pintura, seria sua substituta? O fotógrafo Brassai nos dá algumas indicações:

A fotografia tem um destino duplo... Ela é filha do mundo do aparente, do instante vivido, e como tal guardará sempre algo do documento histórico ou científico sobre ele; mas é também filha do retângulo, um produto das belas artes, o qual requer o preenchimento agradável ou harmonioso do espaço com manchas em preto e branco ou em cores. Neste sentido, a fotografia terá sempre um pé no campo das artes gráficas e nunca será suscetível a escapar deste fato (Brassai apud KOSSOY, 2001, p.48).

Algo de extrema relevância quando o assunto é fotografia é justamente que ela sempre é objeto de uma intencionalidade. Isso se deve estar sempre em mente, mesmo que a câmara seja programada para disparar o clique quando arremessada em direção ao nada, existe uma intenção. Isso nos leva a outra informação importante: entre a fotografia enquanto produto final e a intenção de alguém se fotografar existe a pessoa do fotógrafo, que é um filtro cultural (KOSSOY, 2001, p. 42), logo suas intenções, suas idéias, estão impregnando a imagem.

Todas essas informações nos sugerem que a fotografia é uma fonte delicada. Mas toda fonte histórica, seja ela escrita ou não é delicada, pois foi produzida num tempo pretérito, num contexto que não pode ser mais resgatado. Assim a imagem, como qualquer outra fonte pode sofrer manipulações, interpolações ao extremo. Cabe a quem analisa, o historiador, no caso, uma sensibilidade unida à técnica para proporcionar que as suas fontes indiquem, falem sobre as relações sociais de determinado tempo.

Estranho falar de uma tradição histórica que privilegie fontes e documentos escritos se vivemos numa civilização predominantemente imagética, visual. A própria habilidade da leitura prescinde da capacidade de ver. Gruzinski (2006) nos informa estarmos vivendo uma guerra de imagens. Essa guerra iniciada na colonização - através da introdução de elementos imagéticos europeus na cultura nativa e sua aceitação/assimilação e/ou rejeição e mesmo com o espanto dos colonizadores mediante as imagens que os indígenas possuíam - hoje tem implicações sociais e culturais cujo alcance somos incapazes de avaliar. Remetemos-nos novamente a Koselleck (2008), que nos informa que na modernidade cada vez mais o espaço de experiência e o horizonte de expectativas se distanciam.

O homem desde a Antiguidade mantém uma relação estreita com a imagem ou a aparência de si mesmo. A religião egípcia, “toda ela orientada contra a morte, subordinava a sobrevivência à perenidade material do corpo: defendia-se contra o tempo” (BAZIN, 1991, p.19). Mantendo-se as aparências físicas do que um dia se foi, o homem salva-se da correnteza da duração. A volta da alma ao corpo mumificado sugere ser impossível vencer o tempo. O máximo conseguido é a substituição por um duplo embalsamado, sem vida, enrijecido, parcial, que jamais alcançará o indivíduo que se fora. Entretanto por mais que não retorne a condição primeira, animada, o corpo mumificado nos dá indícios e referências de um passado.

Para esclarecimentos metodológicos adotamos, assim como Dubois (2004) a idéia, de acordo com a qual a imagem, e assim, a fotografia, é um pensamento que se exprime de uma

forma que não a discursiva (DUBOIS, 2004). A fotografia, além disso, configura-se num fragmento instantâneo recortado no espaço e no tempo. Ela é a representação de uma realidade.

2.3 A coleção e o tíã

Toda pesquisa histórica é amparada por fontes, que desta maneira são selecionadas pelo historiador. Em nossa pesquisa, selecionamos uma coleção de imagens. Mas o que exatamente é uma coleção? Qual o seu objetivo? Krzysztof Pomian define ‘coleção’ como “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para este fim, e expostos ao olhar público”²³ (POMIAN, 1997, p. 53).

O homem é desde cedo um produtor de utensílios, habitações, entretanto desde um tempo mais recente desenvolveu um instinto de propriedade, uma propensão a acumular coisas, objetos. Sua finalidade é de guardá-los para que em determinado momento sejam expostos ao olhar, com determinado fim; assim surgem as primeiras coleções.

Na coleção em questão, a fotografia é banida de sua função - de estar num porta-retratos de prata decorando um aparador e sempre trazendo à lembrança de quem passa ou indicando a quem chega determinado momento importante. Ela foi eleita entre tantas para ocupar tal posição, em vez de estar encerrada num álbum – e se transforma num objeto de análise em uma pesquisa histórica. Continuará a ser exposta ao olhar, entretanto um olhar nada inocente, que a explora, especula e objetiva a descortinar as minúcias justapostas nas entrelinhas.

Deste modo, as coleções custodiadas por Arquivos e Institutos encontram nestes órgãos a função de colocá-las em segurança, recolher classificar, conservar, guardar e tornar acessíveis os documentos. Estes, tendo perdido a sua antiga utilidade são considerados supérfluos nas repartições e nos depósitos, merecerem ser resguardados. (BUCHALSKI et all, apud POMIAN, 1997, p. 53).

²³ Os objetos de colecionados são denominados pelo autor de semióforos, “objetos que não têm uma utilidade no sentido de serem consumidos ou servir para obterem-se bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, entretanto são dotados de um significado, são representações de um invisível”, Cf. em POMIAN, K, 1997, p.71.

Interessante para nós é essa função que é atribuída tanto às coleções, quanto às fotografias (sejam elas integrantes ou não de coleções). Ambas são alvo de uma relação de representação, sempre relativa a um observador. E nesse sentido, estabelecem uma oposição entre o invisível e o visível, entre o passado que se foi e o(s) objeto(s) representante(s) deste passado no presente. Engendram o invisível, porque seu próprio funcionamento, num mundo onde aparecem fantasmas, onde se morre e acontecem mudanças, impõem a convicção de que o que se vê é apenas uma parte do que existe (POMIAN, 1997, p. 68 e 71), no caso da fotografia de um momento que existiu.

No que se refere à quantidade de objetos necessários para formar uma coleção, não se tem uma resposta, obviamente é uma questão abstrata, não se possui uma regra. Disto dependem do local em que são acumuladas, da sociedade, do modo de vida, das intenções de cada um. Isso nos sugere um caráter fragmentário do ato de colecionar. Excetuando-se as coleções limitadas produzidas para este fim por editoras e empresas do tipo, o ato de colecionar pode constituir-se em obsessão. Não se pode colecionar o mundo inteiro, isto foge totalmente de nossas mãos.

Igualmente as fotografias possuem essa característica, são fragmentárias tanto enquanto registros de representações de um passado bem como quando constituem coleções. As imagens fotográficas são resultado da interrupção do tempo no momento que o fotógrafo dispara a câmera, em que o fragmento selecionado daquela realidade será fixado com auxílio de reações físico-químicas na superfície plana do papel.

Buscamos amparo metodológico para tratar nossa coleção de imagens em um autor caracterizado justamente por sua obra considerada fragmentária e incompleta, (GINZBURG, 1989, p. 47) o historiador da arte alemão Aby Warburg²⁴ e o seu Atlas *mnemosyne*. Na Mitologia Grega, Atlas era um Titã, que como castigo por ter enfrentado os deuses juntamente com seu irmão Prometeu fora obrigado a sustentar com seus ombros o peso da abóbada

²⁴ Abraham Moritz Warburg mais conhecido como Aby Warburg (Hamburgo, 13 de junho de 1866 — 26 de outubro, 1929) foi um historiador da arte alemão, célebre por seus estudos sobre o ressurgimento do paganismo no renascimento italiano. Ficou conhecido também pela Biblioteca referencial que levava seu nome, e que reunia uma grande coleção sobre ciências humanas e que, ao ser transferida para Londres em 1933, tornou-se a base para a constituição do Instituto Warburg (sua única obra realmente acabada) O Bilderatlas Mnemosyne (Atlas de Imagens Mnemosine), em seu nome, homenageia a musa grega da memória, Mnemosine. Era o projeto mais ambicioso de Warburg, que pretendia estabelecer "cadeias de transporte de imagens", linhas de transmissão de características visuais através dos tempos, que carregariam consigo o pathos, emoções básicas engendradas no nascimento da civilização ocidental, nessas imagens. O projeto foi interrompido com a morte do historiador, mas, segundo seu biógrafo, E.H. Gombrich, o projeto estava destinado a ser inconcluso, devido à sua enorme ambição e abrangência temporal. "Mnemosyne", em grego, era a palavra gravada na entrada da Biblioteca Warburg, em Hamburgo. Cf. em GINZBURG, C. De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In: GINZBURG, C. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

celeste inteira, o que lhe fizera adquirir grande conhecimento e sabedoria. Deste modo teria sido o precursor dos astronautas, geógrafos, e há quem diga foi o primeiro dos filósofos (DIDI- HUBERMAN, 2011).

Assim sendo, chamamos atlas a formas visuais de conhecimento: inicialmente um conjunto de mapas geográficos, reunidos em volumes, em livros de imagens. Estes conjuntos têm como objetivo nos oferecer sistemática ou problematicamente uma variedade de coisas reunidas por afinidades eletivas (DIDI- HUBERMAN, 2011).

O Atlas *Mnemosyne* reúne os objetos da pesquisa de Warburg (imagens, fotos, figuras) em um dispositivo de painéis móveis constantemente montados, desmontados, remontados. Segundo Didi-Huberman (2011) é considerado como uma história documental do imaginário ocidental e como uma ferramenta para compreender a violência política nas imagens da história.

“*Mnemosyne* foi sua paradoxal obra prima e seu testamento metodológico. Com ele Warburg transformou o modo de compreender as imagens” (DIDI- HUBERMAN, 2011). Essa forma de tratar as imagens é bem significativa para nossa pesquisa. Primeiramente porque seu Atlas expressa todas as características de uma coleção. Segundo, pois o fato de montar esse corpus de imagens em painéis confere a ele toda uma mobilidade, uma possibilidade de transformação.

Sempre que um historiador constitui suas fontes, está criando seu próprio atlas, seu corpus documental. Isso nos faz ter a consciência de nosso ofício. Na sua oficina, que é a sociedade no tempo, o historiador organiza e reconfigura a ordem das coisas e dos lugares de forma que suas inquietações e indagações a respeito de determinado tempo sejam respondidos.

Deste modo constatamos a insuficiência do método de constituição de fontes, pois na tentativa de recomposição do mundo as informações são sempre incompletas e sempre resultado de representações relativas a um observador. São classificadas, posicionadas, reconfiguradas de acordo com um olhar, ou seja, são construídas arbitrariamente, de maneira que respondam às indagações de quem as analisa.

Outro assunto relevante à pesquisa é a relação entre linguagem e imagem. Existirá sempre uma insuficiência da ‘tradução de imagens’, produzindo-se uma espécie de hiato entre aquilo que se vê e aquilo que se fala ou se escreve sobre o que se é visto. Nesse sentido a relação entre imagem e linguagem é infinita e também prolífera.

Segundo Gruzinski (2006, p.14), no que tange a imagem “o maior paradoxo seria estarmos num mundo de proliferação de imagens e continuando a pensar que estamos sob o

poder do texto”. Os próprios textos não deixam de ser ou expressar uma imagem. Nestes termos, o ‘simples olhar’ não existe, os olhos estão sempre à procura de algo que exerça sobre si um enredamento. Assim, “precisamos nos habituar” nos diz Merleau-Ponty, “a pensar que todo visível é talhado no tangível, todo ser tátil prometido de certo modo à visibilidade, e que há invasão, imbricação, não apenas entre o tocado e quem toca, mas também entre o visível e o que está incrustado nele” (PONTY apud DIDI-HUBERMAN, 1998, p.30). A imagem fotográfica é portadora de história e tempo e carrega saberes inacessíveis que nos escapam.

A metodologia de Warburg no tratamento de imagens é bastante rica para nós, com a ressalva de que o autor trabalhava em geral com obras de arte. Mas isso não é problema, pois as obras de arte são imagens bens como as fotografias, que também podem ser consideradas arte. Apesar de não ser esta a nossa discussão, o que interessa é justamente que o estudioso alemão recusava-se a realizar leituras puramente ‘impressionistas’ e estetizantes das obras de arte. Relevante ressaltar é que independente de ser considerada obra de arte, toda imagem retratada seja numa pintura, ou fotografia representa uma opção estética qualquer que seja sua forma de produção. Em suas pesquisas, o Warburg considerava as suas imagens à luz de testemunhos históricos, de qualquer tipo e nível, em condições de esclarecer sua gênese e seu significado, e de outra forma, a própria imagem deveria ser interpretada como fonte *sui generis* para a reconstrução histórica (GINZBURG, 1989, p. 56). Note-se que ele percebe a idéia de reconstrução, afinal de contas, a história é uma construção social de determinado evento ocorrido em determinada época.

Além do fato da existência de uma incompatibilidade entre a imagem e a linguagem _ sendo irreduzíveis uma à outra “ por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aqueles a que as sucessões da sintaxe definem” (FOUCAULT, 1999, p. 12) _ existe a questão de sua apropriação e manipulação. Assim, do mesmo modo que a palavra e o texto, a fotografia pode ser veículo de todos os poderes e todas as resistências (GRUZINSKI, 2006, p. 17); ela é passível de ser manipulada em várias instâncias, e nesse caso sofre seleção por vários filtros culturais.

Entre a simples foto e aquele que a vê existe um mundo de intenções incógnito e pronto para ser desvendado. Entre os filtros culturais temos todos os indivíduos e trajetórias pelos quais o fotograma passou: o fotógrafo que capturou o momento; a pessoa retratada; aquele quem mandou retratar; o fato de o retrato ter sido escolhido ou descartado, ser exposto no porta-retratos ou ficar recluso num álbum ou mesmo enclausurado longos anos num baú; o

fato de ser reencontrado como tesouro ou jogado no lixo, ser restaurado ou vendido numa feira de antiguidades, ou doado a um instituto de pesquisa; se foi comprado ou se faz parte de um corpus documental com objetivo de ser analisado por um estudioso. Tudo isso caracteriza seleção, construção, arbitrariedade, intenção. Importante lembrar sempre que a foto é uma representação de uma determinada realidade.

2.4 Representações fotográficas urbanas na composição da história local

Nesta parte do trabalho, selecionamos uma série de 8 fotografias que retratam as modificações urbanas em solo iguaçuano. Barthes (1984) nos indica, a despeito das classificações da fotografia, que métodos classificatórios (empíricos, retóricos, estéticos) se aplicam bem às mais diversas formas de representações, entretanto, segundo ele a fotografia é inclassificável. Nestes termos, seguimos a delimitação temática para melhor desenvolver nosso raciocínio. Neste momento, evocamos o leitor a observar que das fotos examinadas para a seleção, a respeito do tema “urbanização” ou “transformações urbanas” todas elas são registradas no centro da cidade, sede do município. Essas fotos fazem parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Datam da década de 1930. Apesar de não sabermos os nomes dos fotógrafos, as informações obtidas no IHGNI nos indicam essas fotos foram tiradas a por ordens da Prefeitura do Município.

Importante ressaltar que, o centro de Nova Iguaçu dá indícios das mudanças que ocorreriam com maior intensidade a partir de 1940. Na década de 1930, percebemos o início do processo que levará o espaço ocupado pelos laranjais se transformar em cidade urbanizada.

A primeira imagem selecionada retrata o centro em princípios da década de 1930. Percebemos o predomínio da paisagem rural em detrimento das construções.

Fotografia 1 - Panorâmica do centro de Nova Iguaçu. 1932

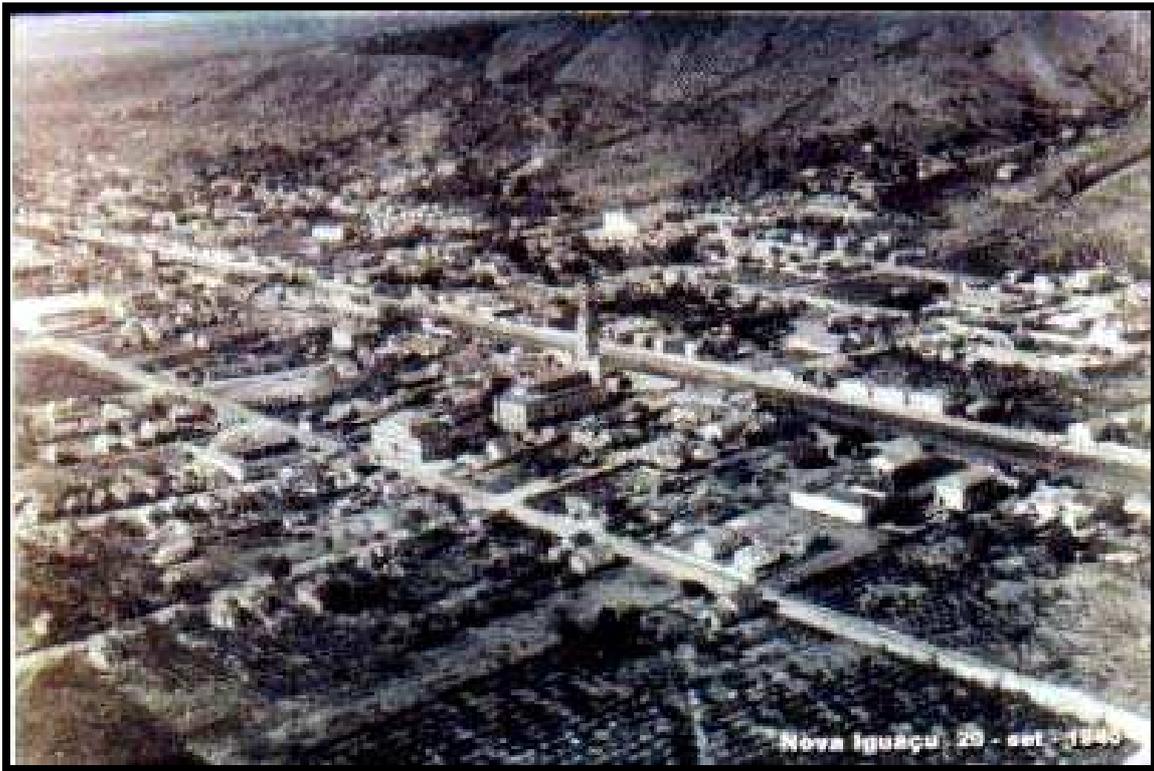


Fonte: Arquivo IHGNI

Note-se que a foto é tirada pelo lado da Serra de Madureira e mostra a área mais plana onde ocorreu a expansão da cidade. Todo o espaço retratado na fotografia é hoje ocupado por casas, lojas, edifícios, etc. Percebem-se os pés de laranja no primeiro plano à direita e mais ao fundo tomando toda a área inclusive atrás da Igreja de Santo Antônio de Jacutinga.

Percebem-se construções, porém um número reduzido e o incipiente traçado urbano indefinido. A Igreja ainda com suas duas torres. A linha férrea, apesar de não poder ser vista nesta imagem, passa em linha reta à frente da Igreja. Vemos uma única rua aparentemente não pavimentada bem ao centro da fotografia. Observamos que o que predomina nesta fotografia é o território cultivado, repleto de laranjais. Vejamos na próxima imagem a o desenvolvimento que ocorre na cidade de Nova Iguaçu, num período de oito anos.

Fotografia 2 - Panorâmica do centro de Nova Iguaçu. 1940



Fonte: Arquivo IHGNI.

Pode-se observar que a foto panorâmica é tirada na posição oposta à Imagem 1. Percebemos ao fundo a Serra de Madureira que contém a expansão da ocupação habitacional, entretanto vemos em seu sopé plantações de cítricos. Em relação à imagem anterior, predominam as construções. Note-se que na área dos lados e fundos da igreja, os laranjais deram lugar a edificações. Percebemos o início da transformação da lavoura de cítricos - que predominava na região do centro - em espaço urbano incipiente.

O que mais chama atenção nesta foto é o traço das ruas que é mais forte e geométrico em relação à imagem anterior onde não apareciam. Percebemos, ainda, em frente à Igreja - neste momento com a configuração que perdura até os dias atuais - da estrada de ferro e das duas principais ruas da cidade (Av. Marechal Floriano Peixoto, entre a linha do trem e a Igreja e Av. Cel. Bernardino de Mello, do lado direito da linha), num traçado retilíneo. Perpendicularmente a partir da ferrovia outras ruas vão surgindo abrindo caminho para a expansão. Laranjais ainda são vistos no primeiro plano à direita da imagem, cedendo lugar às construções. Assim, direta ou indiretamente a cidade se desenvolveu como um aspecto da ordem agrícola (WILLIAMS, 1989, p.71).

No que tange a questões referentes à urbanística, organização e expressão de funcionalidade, encontramos pela primeira vez – após o fim do mundo clássico - de forma consciente e orgânica a problematização da cidade pela cultura humanista do Renascimento, o que contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento das cidades a partir daquele período. Neste momento surge de fato uma ciência da cidade, a urbanística. Levemos em consideração que a existência de uma teoria ou ciência urbanística pura e simplesmente não é suficiente para realizar transformações radicais, entretanto é um fator que influi efetivamente nas transformações urbanas produzidas sob a pressão das exigências sociais econômicas e políticas (ARGAN, 1999, p.56). Em Iguazu, como um dos motivos para as transformações, sobretudo a partir das décadas de 1930 e 1940, percebemos como pressão de exigências sociais e econômicas a reorientação da cidade para atender à expansão da metrópole capital, Rio de Janeiro.

Assim, nos tratados de arquitetura dos séculos XV e XVI estão repletos de cidades ideais, apesar de possivelmente elas não terem saído do papel (ARGAN, 1999). Não queremos e seria impossível situar as transformações em Iguazu neste patamar, afinal 500 anos nos separam e cada localidade tem sua lógica e suas peculiaridades. Entretanto naquele período se pensou de forma mais organizada, e partir de então se desenvolveram as cidades modernas.

Assim percebemos a transformação de Iguazu, dentro de uma lógica urbana. Partimos do pressuposto da cidade enquanto organismo sócio-econômico e que se constitui uma entidade política, em cujo campo, forças em contraste estão em embate nas disputas pelo poder.

Para compreender as transformações na cidade, concebemo-la como um palimpsesto²⁵. O espaço é escrito, apagado, reescrito como os textos nos pergaminhos antigos. Nova Iguazu sucessivamente tem seu espaço transformado, entretanto é possível recuperar em nestes espaços caracteres de seu passado: primeiramente sua sede é transportada das margens do rio que dá nome ao local para o Arraial de Maxambomba - às margens da Estrada de ferro Central do Brasil. Maxambomba tem seu nome modificado para Iguazu e posteriormente para Nova Iguazu. O território iguaçuano, vê através dos séculos serem

²⁵O palimpsesto é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Palavra grega surgida no século V a.C., depois da adoção do pergaminho para o uso da escrita, palimpsesto veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto. A escassez de pergaminhos dos séculos VII a IX generalizou os palimpsestos, os pergaminhos nos quais se apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes, que se mostravam, por vezes, ainda visíveis, possibilitando uma recuperação. Cf. em HUYSEN, A. Present Pasts. Urban palimpsests and the politics of memory. Stanford: Stanford University Press, 2003

inscritas nas suas terras culturas de cana de açúcar, café, gêneros alimentícios de subsistência e Laranjas. Cada espaço da cidade testemunhou esses processos históricos coexistindo no mesmo local e espaço.

Retomando a Imagem 2, a cidade não é mais um agregado denso de construções desordenadamente distribuídas pelo espaço urbano, com ruas tortuosas e quase imperceptíveis por serem estreitas; as próprias plantações ainda aparentes são ordenadas, entretanto chama atenção o ‘traçado’ geométrico das ruas o surgimento dos primeiros loteamentos. Argan (1999, p.57) nos chama atenção de que nas transformações para a cidade moderna, pode ser observada uma separação bastante nítida entre as áreas de representação e de resistência senhoril, onde se exerce a direção e administração e moradias e as áreas designadas às atividades produtivas. A cidade passa a configurar um sistema mais amplo e um jogo de interesses mais complexo.

Na Imagem 2 isto pode ser indicado. O traçado da ferrovia cortou as terras da fazenda Maxamomba, ainda em meados do século XIX, derrubando a área de florestas e canaviais ali estabelecidos. A então Estrada de Ferro Dom Pedro II, foi originariamente estabelecida bem próxima ao sopé do maciço do Gericinó-Medanha - a Serra de Madureira vista ao fundo – pois o solo iguaçuano é demasiado úmido e em algumas áreas alagadiço e pantanoso. Havia necessidade de implantar a ferrovia sobre um terreno mais compacto e firme para não ocorrerem acidentes.

Com a mudança da sede do Município para as margens da ferrovia, as áreas em seu entorno valorizaram, principalmente a área de declives do lado da serra de Madureira. “Em vários pontos sobre os trilhos, existiam “passagens para pedestres”, ligando a “Cidade Alta” na aba da serra à “Cidade Baixa”, as áreas residencial e comercial, respectivamente” (BARROS, 2011, p. 53). Nas ‘ladeiras’ firmes e secas estabeleceram-se os pequenos solares e bangalôs das famílias de posse da localidade, que, sobretudo no período da laranja, eram proprietários dos barracões de beneficiamento dos frutos.

Logo, no sopé da Serra de Madureira estabeleceu-se uma área nobre da localidade – até hoje nesta área encontram habitações com preços mais elevados – voltada para o estabelecimento de moradias e escritórios dirigidos para atividades liberais. É neste ‘lado’ também, que é construído o hospital, fundado em 1935, numa área bastante espaçosa e de clima bem ameno. Isso pode ser visto na imagem seguinte.

Fotografia 3 - Cadeia, fórum e quartel. 1931



Fonte: Arquivo IHGNI.

Essa imagem é bem emblemática, pois numa mesma fotografia encontra-se do lado esquerdo ao fundo o edifício, de 1897, que abrigava a Cadeia, o fórum e o quartel do município. Essa ordenação de prédios público nos remete às reformas urbanas instauradas por Pombal no tempos coloniais, onde a Igreja, a casa de câmara e a cadeia tinham a localização na praça específica para esse fim (SANT'ANA, 2002, p.6).

O prédio tinha a fachada principal voltada para a “Estrada de Iguassú”, atual rua Dr. Getúlio Vargas. (BARROS, 2011). A construção à direita é a edificação do hospital, que foi chamado Hospital Iguçu. Estes prédios foram levantados onde fora no passado o “Pouso de Maxambomba”, ou pouso dos trapeiros, parada obrigatória no caminho em direção à antiga Vila de Iguçu (BARROS, 2011). No primeiro plano um grande espaço livre.

Uma foto que talvez sirva para constar das fases de construção do hospital nos confessa uma Nova Iguçu que está se construindo, erigindo-se, transformando-se de fato numa cidade. Os espaços vazios nos indicam locais a serem preenchidos, numa ótica de que as transformações estão apenas começando. Uma cidade que possui os aparelhos jurídico e de segurança e cuida da saúde de seus munícipes.

Ao fundo, majestosos a cadeia, e o fórum. Numa sociedade civilizada órgãos públicos da maior importância. A cadeia é o local onde a Estado deposita aqueles a quem não

conseguiu coagir a seguir suas regras e designações. Um sítio para curar os doentes sociais que atentam contra a moral, a família, a propriedade privada, os homens de bem. Compondo a paisagem e a representação, talvez por simples coincidência? O fórum municipal, outro aparelho que assegura o exercício das funções jurídicas do Estado no âmbito local.

Encerrando a imagem, a obra do hospital. A exemplo das reformas civilizadoras realizadas na capital federal²⁶, dentro de um contexto de modernização do país e no tão sonhado ingresso da nação no mundo civilizado, a Baixada Fluminense passou por projetos de saneamento na década de 1920²⁷. A saúde, passa nos primeiros anos do século XX a ser tratada como questão social, no seio da economia capitalista cafeeira. Ocorre nesse momento uma tentativa de organização do setor da saúde pública que será posta em prática de fato a partir das intervenções estatais na década de 1930. Nesse, a construção do hospital ocorre como corolário da campanha sanitária que objetivou dar cabo ao impaludismo.

Curioso e quase imperceptível, são as duas pequeninas árvores plantadas no termo do terreno. Sua existência recente nos revela que está em crescimento conjunto com a cidade. As árvores, ainda hoje, permanecem fortes, amadurecidas. Há quantas pessoas sua copa frondosa serviu de sombra, quantos pássaros encontraram em seus braços lugar seguro para construir seus ninhos? Silenciosamente inertes, são testemunhas de um tempo que não volta mais.

Na fotografia seguinte, Imagem 4, foto da inauguração do hospital. Ao fundo, à esquerda, trecho do Maciço do Gericinó. Vale destacar na imagem, no canto superior esquerdo a fiação elétrica, na área considerada mais nobre da cidade. O hospital, contou na sua inauguração, com a presença do Chefe do Executivo Nacional, Presidente Getúlio Vargas. O Hospital é localizado na Rua Getúlio Vargas, que sobe perpendicular à ferrovia e culmina na praça onde o hospital foi erguido. Na ocasião a rua teve seu trajeto pavimentado e recebeu o nome do então Presidente, como homenagem (Imagem 5).

²⁶ A esse respeito, CF.. BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão e Editoração, 1992

²⁷ Para uma panorama bastante rico a esse respeito, a conferir a tese de doutoramento de Simone Fadel. Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostilio Moraes de Rego e Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. Tese de Doutorado. USP. FFLCH, 2006.

Fotografia 4 - Inauguração do Hospital Iguazu. 1935 -



Fonte: Arquivo IHGNI.

Fotografia 5 - Rua Dr. Getúlio Vargas. Década de 1930



Fonte: Arquivo IHGNI.

Ao fundo na Imagem 5 temos trecho da serra de Madureira ocupado por laranjais. Percebe-se que a rua segue subindo até fazer uma curva, onde encontrará o Hospital Iguazu. Notamos as calçadas bem largas para os passantes, com árvores ainda pequenas o que nos indicam que esse visual é recente (hoje as árvores estão altas e frondosas e produzem um ar bem nostálgico, pois rua ainda tem algumas das construções antigas). Atenção que esta é uma das ruas onde vivem famílias abastadas.

Segundo Argan (1999, p. 57) enquanto forma visível a cidade não expressa mais os ideais e interesses de uma comunidade cívica, mas os valores e princípios e que o poder político se sustenta e justifica. Desta forma torna-se clara a distinção entre as ruas principais, onde se concentra a administração e as ruas secundárias. Neste sentido, cresce o número e a imponência dos edifícios de caráter representativo.

Em seqüência às questões de políticas de saúde, encontramos a Imagem 6. Esta nos retrata a inauguração de um posto de saúde na Av. Bernardino de Mello, rua cujo traçado encontra-se paralelo à linha férrea. A inauguração de um posto de saúde, tal como o do hospital, encontra-se na perspectiva dos projetos de saúde pública, da medicina preventiva direcionada à população. Isso expressa a tentativa de criação de condições mínimas de saúde, para as populações de áreas agrícolas e de áreas que estão iniciando o desenvolvimento urbano, caso de Iguazu.

Fotografia 6 - Posto na Av. Bernardino de Mello. Década de 1930



Fonte: Arquivo IHGNI.

A foto foi clicada lateralmente, provavelmente da calçada da linha do trem. Em frente à nova construção dividem o espaço um carro, mulheres e crianças. Os pequenos estão espalhados pela cena. Entre a janela esquerda e o carro um garoto curiosamente se apóia em alguma base (a impressão é que o menino, com bermuda, camisa e suspensórios está sobre o carro – falta-nos saber se está de sapatos e meias, pois o carro impede de ver seus pés, provavelmente está) para debruçar-se sobre a janela e bisbilhotar o interior. À direita do mesmo menino mais abaixo, outro, na mesma tentativa. Algo que certamente podemos constatar e nenhuma teoria precisa embasar: naqueles tempos as crianças já eram travessas e arteiras.

Ao lado direito do carro mais mulheres e crianças. Pode-se perceber que as pessoas tomam a foto de lado a lado, não é de se surpreender, afinal é a inauguração de uma obra destinada a elas. Estranho seria se não existissem pessoas nessa foto. Pode-se observar que as mulheres predominam em detrimento dos homens. Considerando que a inauguração ocorreu durante o dia, supõe-se que os homens estão trabalhando.

Ainda na década de 30 o país era ameaçado por epidemias de malária e febre amarela, a hanseníase entrava na pauta das discussões e a tuberculose continuava um grave problema nas cidades (HOCHMAN, 2005, p. 128). Dentro da perspectiva de reformas no Pós-Revolução de 30 foi criado, no mesmo ano, o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Esse período foi marcado, no campo da saúde pública, por políticas de amparo às mulheres e infância. Na Conferência Nacional de Proteção à Infância, a Inspeção de Higiene Infantil, criada em 1923, é substituída em 1934 pela Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância²⁸. O tratamento preventivo e de cuidado das famílias são responsabilidades atribuídas à mulher. Donas de casa, esposas e mães zelosas, são elas que levam ao lar as informações referentes aos cuidados higiênicos e sanitários. São as mulheres que cuidam da cartilha de vacinação dos filhos, da saúde dos filhos e maridos. São verdadeiras parceiras das políticas de saúde, são as mediadoras entre o público e o privado.

²⁸ Conferir maiores informações sobre as políticas de saúde pública na década de 1930 em: KUHLMANN Jr., Moisés. Histórias da educação infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14; HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). Educar, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. Editora UFPR.

A próxima imagem, 7, retrata a Av. Marechal Floriano Peixoto. Considerando como ponto de referência a Serra de Madureira, a avenida encontra-se à direita do leito da Estrada de Ferro Central do Brasil. O ponto do qual a foto foi tirada fica próximo à Estação de trem de Nova Iguaçu. Ao olhar a impressão que temos é que a rua é infinita.

A Avenida Marechal Floriano foi a primeira a ser calçada, “ainda nos tempos de Maxamxomba, em 1896, por proposição do prof. Paris” (PEREIRA, 1970, p.84). Considerada a “Rua principal da cidade de Nova Iguaçu” (CARVALHO, 1999, p.22), nela também se encontravam as casas comerciais, cafés, a sede da municipalidade e da câmara municipal, a sede da associação dos fruticultores, e o estabelecimento de vários packing houses.

Fotografia 7 - Av. Marechal Floriano Peixoto. Década de 1930



Fonte: Arquivo IHGNI.

Logo que as máquinas fotográficas adquiriram a possibilidade de mobilidade saíram dos estúdios, e passaram de serem transportadas para todos os lugares. Esse tipo de imagem tornou-se um lugar comum no que tange a fotografias. O fotógrafo posiciona-se num ponto apostado ao início da rua ou avenida e retrata a imagem em perspectiva, criando uma sensação de profundidade, continuidade. Ainda hoje, muitas pessoas costumam fotografar ruas nessa perspectiva. A imagem 7 é mais uma dessas fotos, ao mesmo estilo das fotografias dos *boulevards* franceses, e até mesmo da nossa Avenida Central.

Avenida Central foi construída na primeira década do século no contexto das reformas modernizadoras empreendidas pelo prefeito Pereira Passos, conhecidas como Bota Abaixo. Segundo Benchimol (1992) a avenida constituiu o eixo de todo o elenco de melhoramentos urbanísticos, projetados com a intenção de transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita à semelhança de centros urbanos europeus:

A cidade ganhou a sua mais importante artéria, na zona do centro. Sua influência no comércio foi decisiva. As melhores casas comerciais foram ali instaladas. (...) As grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do governo foram ali localizados (REIS apud BENCHIMOL, 1992, p.237).

A capital federal substituiu os miasmas da opilação e os odores fétidos que exalavam os manguezais pelo perfume propagado pelos cafés e pelos aromas Franceses que as nobres damas utilizavam. As obras de Pereira Passos tiveram direta influência e relação com a modernização de Paris empreendida por Hausmann, ainda no século XIX. A capital carioca foi inspirada na Paris francesa. Em Iguaçú, longe de tentar copiar a suntuosidade das construções e estabelecimentos da capital federal, entretanto a Imagem 6 nos remete às transformações, tais como as ocorridas na Avenida Central.

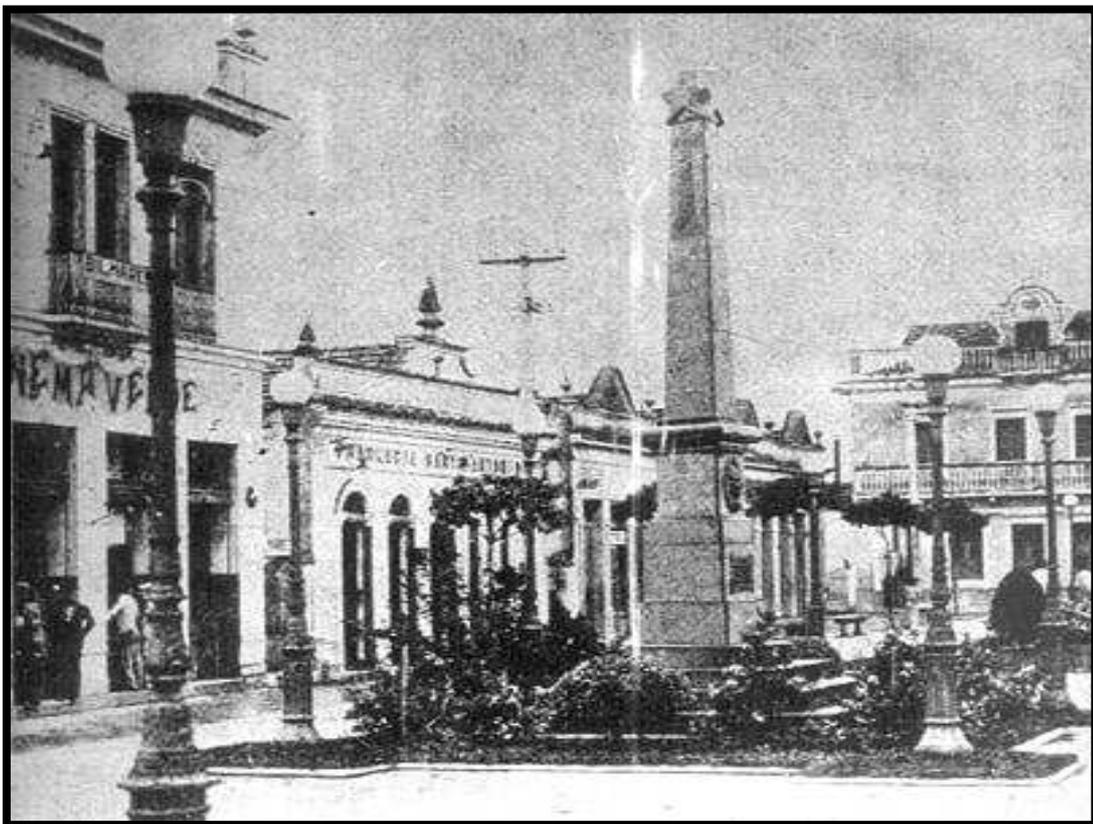
Podemos observar no primeiro plano à direita o “Café e Bilhares Elites”, à esquerda o “Bar Brasil”, seguido ao fundo pelo packing house de Francisco Baroni, empresário e citricultor local. Em ambos os lados da rua verificamos carros estacionados, ao todo podemos identificar cinco automóveis. A Avenida, contígua à Estrada de Ferro, tem em sua extensão postes de luz. A cena retrata pessoas em frente ao Bilhares Elite, aparentemente conversando. Identificamos, ainda, pessoas caminhando pela rua. No canto inferior direito, observamos uma bomba de combustível.

Consideradas as devidas proporções de espaço e tempo, é possível estabelecer a intertextualidade entre a Imagem 7, e muitas outras, de princípios do século que retratam as avenidas desta forma. Essas imagens retratam as transformações, o progresso, a transitoriedade, a burguesia em seus locais de socialização, o mundo moderno com todas as suas atribuições.

Esse tipo de instantâneo encerra um sintoma das sociedades que anseiam congelar, imobilizar as transformações que ocorrem, o tempo que fugidio, que escorre pelas mãos. A perspectiva retilínea, o café, os automóveis, postes de iluminação, pessoas caminhando, pessoas conversando. De certa forma, são um símbolo dos tempos modernos.

A Fotografia seguinte, Imagem 8, retrata a então Praça 14 de dezembro. Point de encontros e paqueras no passado, a praça está localizada à Av. Marechal Floriano, e fica bem em frente à estação ferroviária. Atualmente todas as construções que aparecem ao lado esquerdo na foto, deram lugar às lojas de eletrodomésticos. O obelisco central ainda existe, bem como a bela casa de dois pavimentos ao fundo. As luminárias não existem mais, bem como as folhagens em torno do obelisco. As árvores continuam frondosas. Atualmente, a praça é tomada por barracquinhas de artesanato e vendedores ambulantes. O obelisco fica quase que invisível por quem passa naquele lugar.

Fotografia 8 - Praça 14 de dezembro. 1935-40



Fonte: Arquivo IHGNI.

Na época da construção da estrada de ferro, em meados do século XIX, a área hoje ocupada pela praça era uma espécie de “pouso” à frente do antigo armazém da estação. Esta foto foi registrada depois das obras pelas quais passou a praça. O obelisco foi inaugurado, juntamente com os melhoramentos que a praça sofreu, em 1933. Nesta ocasião, o município comemorava seu centenário, o que justificava as homenagens e obras de modernização. Na parte central do obelisco, uma efígie com rosto Comendador Soares, figura iminente na

localidade. Abaixo de sua efígie, uma placa com a inscrição ‘inauguração dos melhoramentos realizados nesta praça – 1933 - prefeito Sebastião de Arruda Negreiros’. O interessante é que políticos realmente sempre gostaram de inaugurar praças.

Com o processo da citricultura, o município começou a passar por melhoramentos, obras de modernização. A Praça 14 de dezembro²⁹ não é uma praça qualquer, mas aquela que fica localizada na descida da escada da estação. Era ponto de encontro de amigos, lugar de passeio das senhoras. E lugar de descanso para aqueles que, depois de um dia de trabalho na capital federal, ainda esperariam a condução em direção aos locais mais distantes do município, tomando uma cerveja, um café, ou mesmo fazendo compras nos empórios. Nas cidades do interior as praças eram locais de recreação, socialização, divertimentos, e em Iguazu não era diferente. A vida social fervilhava naquela praça. Atrás do local em que se posicionou o fotógrafo para registrar a fotografia, está o Café e Bilhares Elite, local de diversão da juventude.

Além de ser a praça principal, também se localizava nela um dos principais cinemas da cidade, o Cine Verde. Palco de paqueras, de primeiros encontros, do primeiro amor. Suas salas de exibição testemunharam afagos e carinhos, inúmeros primeiros beijos de amor. Mas o cinema, lugar de socialização, junto com a fotografia possui lugar cativo dentro das transformações no âmbito da modernidade.

Assim, a praça, remodelada, calçada, transformada, com seu obelisco comemorativo de 100 anos - data emblemática, suas construções novas, o cinema, indica que a cidade está igualmente se transformando, passando por melhorias em decorrência da evidência que a citricultura lhe conferiu. Essa cidade, que cresce e aparece e que vê a necessidade de registrar para a posteridade todas essas mudanças. A idéia é que um dia todos olhem em direção ao passado em vejam como a cidade foi bela e próspera.

A imagem 9, seguinte, mostra-nos que o processo de transformações urbanas ocorreu no centro da cidade, especialmente em torno da estação ferroviária. Muito interessante em nossa seleção, essa é uma das poucas fotos registra uma estrada não pavimentada (excetuando-se as fotos que mostram as lavouras de laranjas), deslocada do centro da cidade.

²⁹ Em 1948, a praça teve o nome mudado para Praça da Liberdade, pela Resolução N. 26, de 22 de julho de 1948. (Acervo IHGNI). O nome 14 de dezembro é em decorrência do episódio acontecido nesta data, no ano de 1930, quando da nomeação da interventoria municipal dentro dos desdobramentos da Revolução de 30. Os grupos políticos rivais locais teriam entrado em conflito pela nomeação de um interventor em nova Iguazu. Cf. maiores informações em. PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguassuanas*. Não desenvolvemos tópico sobre esse assunto nesta dissertação, pela falta escassez de fotografias sobre o episódio e porque acreditamos que este episódio poderá ser melhor analisado numa futura pesquisa de doutorado.

A Estrada Plínio Casado recebeu esse nome em homenagem ao interventor federal, Dr. Plínio Casado.

Clicada nos mesmos moldes da imagem 7 (Av. Marechal Floriano Peixoto), a foto dá a sensação de continuidade, em direção ao infinito. Apesar de não pavimentada, a estrada possui fiação elétrica. No lado direito ao fundo, percebemos edificações, casas construídas. O mais interessante, apesar do traçado reto da estrada é justamente a desordem das construções. Casas dos moradores que trabalham no negócio da laranja, ou mesmo na capital.

Fotografia 9 - Estrada Plínio Casado 1931



Fonte: Arquivo IHGNI.

O traçado urbano indica a nova ordem hierárquica que é estabelecida na cidade. No mesmo espaço urbano, encontra-se mais de uma cidade, esboçando-se a distinção entre as frações de classes dominantes e dominadas, o que é traduzido na relação centro-periferia. Bourdieu (2010) nos afirma que não existem paisagens, ou solos que não sejam produtos históricos das determinantes sociais. Ressalte-se que as imagens até agora mostradas retratam

o centro, onde está localizado o comércio, as relações político-administrativas e as habitações das classes mais ricas.

As áreas onde vivem os trabalhadores localizam-se distantes desse centro de Nova Iguaçu. Entretanto não tão distantes, pois essa estrada é perpendicular à ferrovia, adentrando o município em direção oposta à Serra de Madureira. Esses indivíduos simplesmente transitam pelas áreas retratadas e voltam para suas moradas que se estabeleceram nas áreas periféricas de Nova Iguaçu.

A partir das análises dessas imagens nos indagamos, afinal, que tipo de modernidade é essa que chega até Nova Iguaçu pelos idos dos anos 30? Defendemos que em Nova Iguaçu, as frações de classe em embate, compartilham um repertório político-intelectual.

Um repertório é um conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo: padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; conceitos e metáforas. Não importa a consistência histórica entre os elementos que o compõem. Seu arranjo é histórico e prático. (SWIDLER apud ALONSO, 2000, p. 46.)

Os repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política, eles emergem da luta (TILLY apud ALONSO, 2000). Em Iguaçu, as frações de classe se apropriam de repertórios de modernidade para legitimar seu poder, sua dominação no campo político. Provavelmente políticos, citricultores, funcionário de alto escalão, não estão preocupados se o que ocorre em Nova Iguaçu é uma modernidade que exalte à cidade e suas peculiaridades, que significam progresso, civilização, futuro. Muito menos, estão levando em conta se vigora a modernidade conservadora, que busca as raízes locais no campo na vida bucólica, no homem simples do interior.

Acreditamos existir uma combinação de ambas as vertentes, principalmente se levarmos em conta que a década de 30, é no Brasil o momento que ocorre a transição do campo com a cidade. A proximidade com a capital federal, verdadeira caixa de ferramentas, onde os agentes em embate em Nova Iguaçu recorrem para compreender situações e definir linhas de ação (ALONSO, 2000). Assim, essa apropriação recursos baseados em elementos modernos, são nada mais que uma tentativa de perpetuar seus espaços de representação.

2.5 Representações e relações de poder

Tomaremos agora uma seleção de 3 imagens da posse do Prefeito Alberto Melo, em 31 de dezembro de 1929, fotografias oficiais da prefeitura, sob tutela o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Apesar da história contada pelos antigos ser curiosa, é bastante interessante. Alberto Melo era Adversário político da família Soares, sua própria família. Estes ameaçaram de morte o novo Prefeito caso pusesse os pés em Nova Iguaçu para ser empossado no cargo. O arguto político, não só apresentou-sei no dia da posse, como desembarcou na Estação do município, cercado por capangas de terno e gravata e chapéu Palheta, debaixo dos quais escondiam garruchas. Se a história contada é verdade nunca iremos saber, entretanto a foto de Mello em sua chegada à nova Iguaçu é bem verdadeira.

Fotografia 10 - Chegada de Alberto Melo



Fonte: Arquivo IHGNI.

A principal característica da imagem é a predominância de homens, em sua maioria usando chapéus. Centralizado no plano inferior, de terno escuro, próprio Alberto melo, de cabeça erguida. Interessante que a maioria dos outros estão de cabeças baixas. Teriam algum motivo?

Essa foto nos remete, antes mesmo de sabermos do seu conteúdo, da sua história, à multidão, muita gente. Tema caro a autores do século XIX³⁰, “a multidão: nenhum outro objeto impôs-se com mais autoridade aos literatos do Oitocentos”, afirma Walter Benjamin (1975, p. 42). Talvez para nós, acostumados com os grandes centros urbanos, transportes de massa, trem, metrô, shows, uma grande quantidade de pessoas aglomeradas não seja a coisa mais anormal do mundo. Entretanto se pensarmos numa sociedade de uma cidade o periférica, de interior como a Iguaçu de 1930, podemos imaginar a curiosidade, fascínio, o susto que uma multidão de homens desembarcando na estação ferroviária local pode causar.

Podemos imaginar as mães correndo e colocando seus filhos pra dentro de casa, as senhoras e moças no canto das janelas olhando entre as cortinas a iminente desgraça que estava para acontecer. Rostos desconhecidos, fisionomias diferentes, um misto de “angústia, repugnância e espanto despertou a multidão metropolitana naqueles que pela primeira vez lhe fixaram o rosto” (BENJAMIN, 1975, p. 48), representantes do incógnito. Vários indivíduos participantes dos mais variados grupos. A tentativa de homogeneizar as diversidades que o mundo moderno encerra e convulsiona. Sempre que tratamos com multidão, temos a sensação de estarmos lendo o que quisermos, projetando naquele grupo aparentemente coeso e ossificado nossos julgamentos numa tentativa de dar àquele grupo determinada identidade, extinguindo o caráter de ilegibilidade, e proporcionando certa tangibilidade. Tal como a foto que a retrata, a multidão está ali para ser desvendada.

Considerando a multidão em questão, possivelmente um grupo de capangas armados para assegurar a posse do prefeito. Assim, percebemos a representatividade da imagem e do próprio ato em si. Um homem que, ameaçado, chega preparado para a luta armada. A percepção do mundo social está socialmente estruturada objetivamente, porque as autoridades ligadas aos agentes ou instituições não se oferecem à percepção de maneira independente; e do lado subjetivo, a percepção do mundo social está estruturada porque os esquemas de percepção susceptíveis de serem utilizados no momento considerado são produtos das lutas simbólicas e exprimem de forma transformada o estado das relações de forças simbólicas

³⁰ Cf. Baudelaire, Charles. *Le Foules (A multidão)* In: *Pequenos poemas em prosa (O Spleen de Paris)*. São Paulo: Hedra, 2011.

(BOURDIEU, 2010, p.140). Entendemos que o ato de chegada de Alberto Belo bem como seu registro, é um trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente os agentes realizam para imporem sua visão de mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão de sua identidade social. (BOURDIEU, 2010, p.139).

A foto seguinte, Imagem 11, retrata a posse do prefeito na Câmara dos Vereadores.

Fotografia 11 - Posse de Alberto Melo. 1929

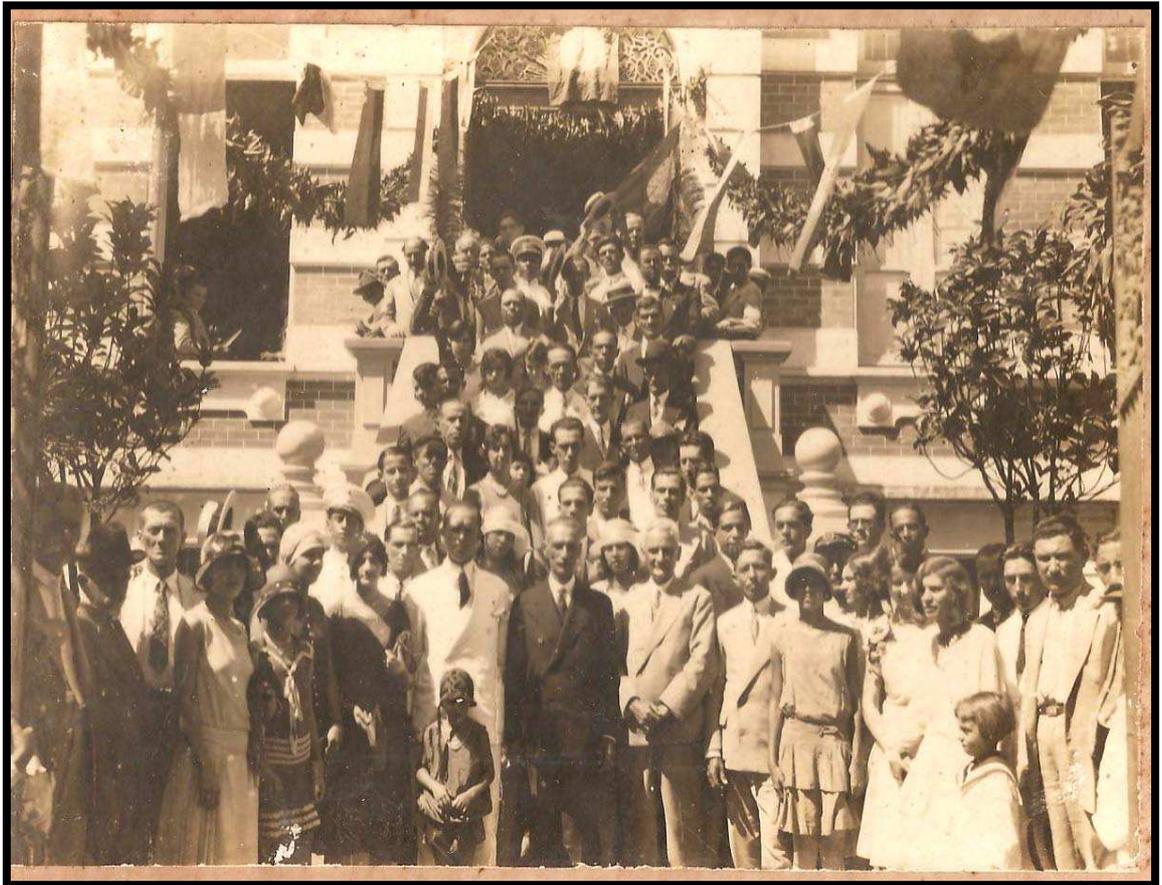


Fonte: Arquivo IHGNI.

Ao Centro o Presidente da Câmara Peregrino Esteves de Azevedo e ao seu lado, direito, Alberto Melo, posando para a foto. Todos estão olhando fixamente em direção à câmara fotográfica, isso é o que mais chama atenção. Todos, impecavelmente vestidos, concentrados naquele momento em que a posse do prefeito, evento que quase não aconteceu fosse sacramentada através da imagem fotográfica. A pose, com todos de pé, como que prendendo a respiração, alguns encurvados para frente para também serem captados. Essa imagem dá uma idéia de rigidez, austeridade, como o próprio evento demanda.

A próxima foto, tirada em frente à Prefeitura, também no dia da posse.

Fotografia 12 - Posse de Alberto Melo 2. 1929



Fonte: Arquivo IHGNI.

A foto retrata o êxito, do político, agora Prefeito, que por pouco e por ameaças não assumiria o cargo. Muitas damas bem vestidas (só percebemos uma na Imagem 12, atrás do presidente da câmara, e mesmo assim não conseguimos identificar se é uma mulher), para o momento de festa, o Prefeito ao centro, imponente, muitas crianças. Encontramos acima, na escada, homens acenando com o chapéu e também um homem fardado, provavelmente militar, da guarda policial local. Bem ao alto, dois fios seguindo a direção dos portões de ferro. Neles estão dependuradas bandeiras, ao que parece; talvez de festa. O interessante é a simetria que a disposição das pessoas dá a foto, inclusive se levarmos em consideração que o prédio é simétrico também.

Podemos relacionar esse evento à ordem simbólica e ao poder de nomeação desenvolvidos por Bourdieu (2010). Segundo ele, na luta simbólica pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial da visão legítima do mundo social os agentes

investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores. Assim a foto é o corolário das lutas e ameaças sofridas pelo então prefeito antes de tomar posse no cargo. As estratégias simbólicas através das quais os agentes impõem suas visões de mundo situam-se também através da nomeação oficial: um ato de imposição simbólica que tem em seu favor toda a forma do coletivo, do consenso, porque é operada por um mandatário do Estado, detentor da violência simbólica legítima.

3 FOTOGRAFIA E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO MITO DA IDADE DE OURO DA CIDADE PERFUME

3.1 Os efeitos da nostalgia: em busca do “tempo de antes”

Para dominar um tempo que se foi ou mesmo satisfazer os anseios de felicidade referentes aquele tempo, as sociedades desenvolvem sentimentos de regresso ao passado. Dentre estes sentimentos selecionamos a nostalgia para caracterizar em Nova Iguaçu, por parte de um grupo de moradores, o movimento de retorno ao lar.

Nostalgia, (de *nostos*: retorno ao lar e *algia*: saudade, desejo)³¹, é um sentimento de perda e deslocamento a um tempo que não volta, mas também uma espécie de romance fantasioso, que só sobrevive numa relação de longa distância. No século XVII, a nostalgia era considerada uma doença curável. Os médicos suíços prescreviam ópio, sanguessugas e uma viagem aos Alpes para amenizar seus sintomas. O século XX iniciou-se com uma utopia futurística e findou-se com a nostalgia. Já no século XXI, a nostalgia deixa de ser uma doença e transforma-se numa condição incurável dos tempos hodiernos. (BOYM, 2002)

Na realidade a nostalgia nada mais é do que um mecanismo de defesa em épocas de ritmos acelerados de vida e de convulsões históricas. Não é meramente uma simples doença individual, mas um sintoma de nossa época, uma emoção histórica. É um anseio por um tempo outro, o lugar da infância, os ritmos mais lentos dos sonhos. É uma espécie de revolta contra a idéia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso (BOYM, 2002).

Diferentemente da melancolia, que se confina ao plano da consciência individual, a nostalgia se refere a uma relação entre a biografia individual e a biografia de grupos ou nações, entre as memórias pessoal e coletiva. Em seus anseios de resgatar o passado, a

³¹ Para embasar o uso do conceito nostalgia como sentimento de retorno a um passado, adotamos BOYM, Svetlana, e seu livro *The future of nostalgia*. (No texto original, em inglês, a autora indica: Nostalgia: from nostos – return home, and algia – longing), In: *Taboo on Nostalgia*, p.XIII.

nostalgia expressa entre suas características básicas a repetição do que não se pode mais repetir, a materialização do imaterial.

Nestes termos, podem ser distinguidos dois tipos de nostalgia, considerando-o não como tipos, mas tendências. A nostalgia reflectiva (reflective nostalgia), enfatiza “*algia*”, o desejo melancólico, evoca a memória individual e cultural de forma fragmentária, e irônica, realizando sobreposições temporais; já a nostalgia restauradora (restorative nostalgia), que nos interessa, enfatiza o “*nostos*” a reconstrução transhistórica da pátria perdida. Esse tipo de sentimento nostálgico não se identifica como tal, mas como a verdade e a tradição; seria um portador da verdade absoluta (BOYM, 2002).

Atualmente a nostalgia restauradora se encontra no cerne dos *revivals* nacionais. Ela baseia-se na criação de imaginários históricos através de símbolos e mitos, de teorias de conspiração além de manifestar-se nas reconstruções de monumentos do passado. Tal como o nome diz, através dela os grupos e sociedades regressam ao passado para resgatá-lo. Vale ressaltar que não é um regresso a qualquer passado, mas a um passado específico, que tenha alguma importância para o grupo. Isso significa perceber uma importante diferenciação entre os hábitos do passado e os hábitos de restauração do passado.

Em Nova Iguaçu, percebemos esse fenômeno de retornar ao passado para reconstruí-lo, trazê-lo à tona. Um retorno às origens. Importante ressaltar que não é todo o passado do município que é resgatado. Não é o passado de toda a população iguaçuana que é reconstituído. O que é recuperado é o período específico da época dos laranjais. Esse é o momento que parece ser perpetuado e reescrito e contado nas entrelinhas da história do município. As pessoas que são lembradas, igualmente são de um grupo específico, aqueles considerados responsáveis por levar o município ao progresso, por fazer Nova Iguaçu um local reconhecido mundialmente por suas laranjas, os citricultores.

Selecionamos alguns trechos, do livro *Laranjas Brasileiras*³², de Iracema Baroni de Carvalho. Analisaremos como se alicerçou, em torno da produção laranjeira, um mito da idade de ouro, mantido e reforçado através da memória local e como este auxilia no processo de criação de identidades locais. Consideramos os escritos de Baroni um texto memorialista, pois suas informações estão ancoradas na memória e nos sentimentos da autora. O livro não

³² *Laranjas Brasileiras*, de Iracema Baroni de Carvalho. O livro, editado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer do município, homenageia o centenário da chegada do imigrante italiano Francisco Baroni, futuro Comendador, que chegou às terras de Maxambomba aos 13 anos de idade. Baroni, viveu, prosperou e fez fortuna em Nova Iguaçu, sendo chamado de Rei da Laranja. *Laranjas brasileiras* conta sua trajetória, o sucesso como citricultor, a vida em família e traz poesias e músicas compostas por Iracema Baroni, filha do comendador. O livro narra, ainda, momentos áureos do período da citricultura no município.

tem compromisso em realizar uma análise do período histórico, mas exaltar determinado momento e determinada fração de classe.

Nas primeiras páginas nos deparamos com o seguinte trecho: “Escreve-se história não para a adulação, mas para o testemunho e a verdade” (CARVALHO, 1999, p.09). Segundo Boym (2001, p. 41) os acometidos pela nostalgia restauradora não se percebem enquanto representantes desta, acreditam que seu projeto é sobre a verdade. Iracema Baroni, por utilizar uma lógica narrativa nos indica uma tênue relação com a historiografia tradicional, apesar de não ser uma historiadora e sim uma memorialista, o que é percebido quando a autora nos relata que no livro “não couberam todas as lembranças e saudades que parecem ter nascido comigo” (CARVALHO, 1999, p.09).

O ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo que se caracteriza antes de tudo pela sua função social, pois é a comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo (Florés apud Le Goff, 1990, p.244-245).

Iracema Baroni de Carvalho (1999, p.09) desenvolve a narrativa nos informando sobre “a época quando vagavam no ar o perfume dos laranjais, poesia e encantamento de um tempo que não morre, é eterno”. Interessante como o momento lembrado pela autora parece intacto, resguardado, como que suspenso no espaço e tempo. O tempo de antes se cristaliza e cristaliza em seu redor todos os impulsos, poderes de sonho, tornando-se mito. Girardet (1987, p.98, 99) afirma que o analista, nestes termos, encontrará aquilo que se costuma chamar “os bons velhos tempos” ou “belas épocas”, evocando o passado da juventude.

Outro ponto importante a ser analisado, são as passagens em que a autora sugere que “o tempo de antes” era melhor para se viver. Segundo Carvalho, o “tempo da cidade perfume, impregnado de paz e felicidades, inesquecíveis, prenunciava a chegada do século XX” (1999, p. 09), um novo tempo que “realçou Nova Iguaçu com singular nobreza: a família, a honra, o labor, a tradição, a paz, a fé, a bondade, e a educação”. (1999, p. 23).

Le Goff (1990, p. 283) informa-nos que para dominar o tempo e a história e satisfazer as aspirações de felicidade e justiça ou os temores face ao desenrolar ilusório dos acontecimentos, as sociedades humanas imaginam a existência, seja no passado ou no futuro de épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas, sempre ligadas a uma ordem. Podemos bem perceber que nossa autora se remete ao tempo dos laranjais como uma dessas épocas do princípio dos tempos. Com o apoio da nostalgia restauradora regressa a terra da infância num

movimento que proporciona segurança e estabilidade. A esse tipo de imaginário, Le Goff denomina idade mítica.

Os trechos acima descritos apontam-nos como as origens possuem certo princípio baseado na pureza, na harmonia, na alegria. É quase a visão de um “Éden celeste” (GIRARDET, 1987, p. 106) que revela o homem da natureza, do “puro instinto, ao abrigo de toda prescrição e do pecado” (GIRARDET, 1987, p. 107), homem ainda intocado, não alcançado pela corrupção e por toda sorte de infortúnios mundanos.

Percebemos como o modelo de modernização conservadora, que exaltava o retorno ao campo como forma de evolução e progresso é aparente no discurso/narrativa desenvolvido por nossa autora: “tive a ventura de conviver e participar de muitos acontecimentos que se relacionam com o progresso de minha terra” (CARVALHO, 1999, p. 09), estes, direta ou indiretamente atrelados à citricultura. Por conseguinte, Carvalho alicerça-se

Numa visão em torno da qual ela se estrutura é a de um passado exemplar, onde o contato imediato com a terra protege o homem da degradação do tempo, associa-o aos grandes ritmos da natureza, assegura-lhe as condições de uma vida ‘autêntica’, liberta de toda uma falsa aparência e de todo um subterfúgio (GIRARDET, 1987, p. 113).

De Carvalho vincula a época dos laranjais a um momento de paz, bondade, pureza, ausência de corrupção: “o adeus aos laranjais parece nos dizer que não existe, pois o que é bom persiste, e com raízes conservadoras nos fazem lembrar o bem” (CARVALHO, 1999, p.09)

Nestes termos, Girardet (1987, p.12) defende a existência de conjuntos mitológicos, dos quais alguns se encontram presentes nas grandes construções doutrinárias do último século. O mito é concebido como uma narrativa que se refere ao passado e que conserva um valor explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou de certas formas de organização social:

O mito conta uma história sagrada; relata um acontecimento que teve lugar no tempo imemorial, o tempo dos começos. Em outras palavras, o mito conta como uma realidade chegou à existência, quer seja a realidade total, o cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição (Eliade apud GIRARDET, 1987, p.13).

A esse fenômeno observado nos escritos de Iracema Baroni, denominamos Idade de Ouro, que se confunde com um tempo não datado, não-mensurável, não-contabilizável, do

qual se sabe apenas que se situa no começo da aventura humana, no caso da cidade de Nova Iguaçu, e que foi o da inocência e felicidade (GIRARDET, 1987, p, 101).

Entretanto, quais os motivos causadores desse fenômeno? Já falamos acima que a nostalgia faz parte de um sintoma para um momento aceleração dos tempos. Sobretudo em Iguaçu, município do Recôncavo Guanabará, a partir do processo de desestruturação da lavoura citricultora e princípio da divisão das terras e loteamentos, observa-se, na localidade a existência de grupos de justiceiros e extermínio, conflitos em torno da questão agrária, que trazem à tona um cenário de violência.

De promessa dentro das expectativas da política de restauração da agricultura fluminense, Nova Iguaçu transforma-se num subúrbio do Grande Rio de Janeiro. Nos noticiários, manchetes referentes à carestia, pobreza, insegurança, violência, abandono, falta de saneamento, toda sorte de males resultantes da abertura da caixa de Pandora. Não muito diferente do que tenha ocorrido em outras partes do Brasil, é como se a Baixada Fluminense tivesse escondido todo o resto do país e tivesse tornado-se uma espécie de mito.

Outra possibilidade é a necessidade de manutenção e perpetuação, nas memórias locais, da história relacionada ao passado citricultor por parte dos indivíduos remanescentes destas famílias ou até mesmo por políticos locais que tentam atrelar sua imagem a esse passado dito áureo. Iracema Baroni é filha do “Rei da Laranja” e vê a necessidade de manter viva a história de seu pai, imigrante pobre que venceu no país. Essa aura simbólica em torno dos laranjais, na realidade demonstra como os instrumentos de comunicação exercem um tipo de poder simbólico, de construção de uma realidade com objetivo de estabelecimento de uma certa ordem (BOURDIEU, 2010 p. 9). O mito da idade do ouro serve aos interesses particulares da classe citricultora, que tende a apresentar o universo áureo da época dos laranjais como interesses universais, comuns ao conjunto da localidade. Isso acontece a ponto de criar toda uma memória local em torno do momento analisado.

O mito é perpetuado pela classe citricultora e seus descendentes com objetivo de resguardar sua história, e em torno desta, paira uma espécie de aura dos anos dourados da cidade perfume. Ele se desenvolve da perspectiva de uma espécie de retórica da perda. Dos mais clássicos exemplos da exploração desse mito, apresentamos o hino municipal³³, cuja letra remete de maneira saudosista a história recente do município, enaltecendo a os ‘encantos

³³ Instituído pelo Decreto-Lei nº 102 de 19/06/79, Letra de Paulo da Costa Navega e Música de Tereza Stella Pinheiro Lopes : “Nova Iguaçu! Nova Iguaçu,/ Terra linda e encantadora,/Desde os tempos de outrora,/Dos meus velhos ancestrais,/ Tens uma história/Cheia de belezas mil,/O encanto fluminense/ É orgulho do Brasil/A Maxambomba/ Dos engenhos do passado,/ Nova Iguaçu/Dos dourados laranjais./Hoje feliz,/Com teu rico alvorecer,/ Com teu progresso e beleza,/ Fiz consulta à natureza/ És grande desde o nascer.” Disponível em <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/simbolos.php>, acesso em 15/11/2010.

da cidade' desde os 'tempos de outrora' numa representação na qual o atual município aparece como expoente no cenário fluminense, lembrando o período dos engenhos de açúcar nela existentes no período colonial, e sutilmente aludindo à cidade dos 'doirados laranjais'. Apesar de o hino mencionar o momento da cana de açúcar que é considerada uma riqueza do estado do Rio de Janeiro, o que predomina nas representações locais é a citricultura.

O hino é um símbolo através do qual se cultua e exalta a pátria, a nação, neste caso a municipalidade. Quando ele é cantado, de certo modo traz um anseio de comunhão, identificando, homogeneizando a todos num sentimento único. Ao se cantar o hino municipal se recriam e reproduzem as lealdades a um sujeito coletivo [que] não se dissolve magicamente no município, como que experimenta o município em si mesmo³⁴ (ESTÉVEZ, apud BERG, 2008, p.755). Assim o Hino Municipal tenta idealizar em sua musicalidade a cidade de forma bucólica, proclamando a identidade dos indivíduos que convivem na sociedade iguaçuana.

3.2 Representações fotográficas e a composição de um mito

Ainda utilizando o texto de Iracema Baroni, analisaremos como a autora, se utiliza das imagens fotográficas para indicar uma idéia de progresso e desenvolvimento atribuídos aos citricultores, entre eles seu pai, Francisco Baroni. Com relação à autoria das fotografias, a autora não as cita. As Fotografias que foram veiculadas na Revista Vida Nova, foram clicadas por seus repórteres. As fotos do da inauguração do packing house de Baroni bem como as tiradas junto com o governador Amaral Peixoto e os Senadores, foram registradas a mando do próprio Baroni.

³⁴ Leia-se a transcrição original do texto, no qual optamos trocar nação por município de maneira que não ocorra nenhuma alteração no sentido da frase: "ao se cantar o hino nacional se recriam e reproduzem as lealdades a um sujeito coletivo [...], que] não se dissolve magicamente na nação, como que experimenta a nação em si mesmo". (ESTÉVEZ, apud BERG, 2008, p.755)

Fotografia 13 - Packing House do Ministério da Agricultura. 1932



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

A Imagem 13 foi capturada por ocasião da visita dos redatores da revista Vida Nova ao Packing House do Ministério da Agricultura:

O Ministério da Agricultura, através de seu Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, construiu neste município um galpão e nele instalou maquinaria para seleção, tratamento e embalagem das laranjas a serem exportadas, como havia em São Paulo. Devido à grande importância de seus serviços e ser um órgão localizado na maior área de produção cítrica do país, tão logo começou a funcionar (PEREIRA: 1977 p. 137).

O packing house, servia como escola, para o ensino de turmas no aprendizado de como se preparavam os frutos para exportação. Seu coordenador o Dr. Moura Brasil, dava as informações necessárias de como funcionavam as máquinas e o proceder para embalagem dos frutos.

A foto de 1932 mostra o galpão onde estavam instaladas as máquinas com a inscrição “Posto de embalagem de laranjas de Nova Iguassú”. Ao centro a porta do estabelecimento, e uma rampa onde provavelmente descem nos carrinhos as caixas com os frutos beneficiados. As janelas e portas de tamanho grande sugerem uma boa ventilação, visto que um galpão dá

uma idéia de concentração de calor. Os frutos precisam ser tratados sob condições de temperatura amenas.

Do lado esquerdo, apesar da má qualidade da preservação da foto podemos perceber mulheres, o que nos indica que estas faziam parte da mão de obra no interior dos barracões de laranjas. Ao lado direito e estendendo-se sobre a rampa, encontram-se os homens sentados pelo chão, também trabalhadores do barracão. Bem na porta, sentados (ao que parece em bancos ou cadeiras) homens de terno e gravada.

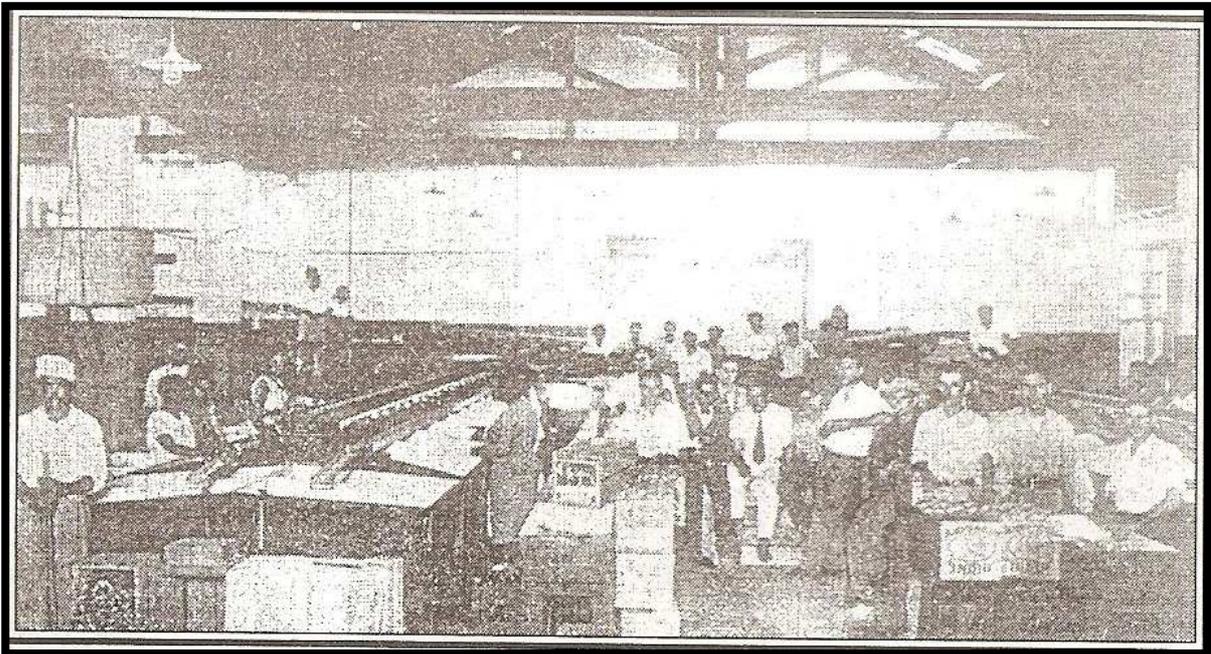
Iracema Baroni (1999, p.28) nos informa e transcreve em seu livro a matéria da Revista Vida Nova, que resultou nesta foto. Como manchete da reportagem: “Uma indústria que se desenvolve e um ramo de comércio que prospera”, “Como a actividade de um homem affeito ao trabalho, concorre para o benefício de centena de outros homens e coopera para o engrandecimento da paiz em que vive”. O homem a quem a manchete refere-se é Francisco Baroni.

A reportagem louva as riquezas agricultáveis do estado fluminense, que é caracterizado como o “alimentador natural da República”. “A fertilidade das terras exuberantes” continua, “compensa aos que se dedicam ao seu cultivo”. Dentre os produtos abundantes no estado, a matéria da revista louva a laranja, cuja renda “é apreciável para os cofres públicos” (CARVALHO, 1999, p.28), isso por si só, justifica a instalação de uma casa de beneficiamento de frutos por parte do Ministério da Agricultura em terras iguaçuanas.

Os homens bem vestidos são os editores da revista bem como o Dr. Moura Brasil, responsável pela operação do packing house. Estes se encontram melhor acomodados e numa posição centralizada e destacada na foto, o que lhes confere certo ar de superioridade. Sobre as mulheres, o interessante é que paira uma sombra, em que quase não se podem ver seus rostos. Mesmo com a realização do tratamento da imagem continua o escurecimento. Acreditamos ser pelo fato das roupas escuras. Os homens estão vestidos com roupas mais claras, o que favorece na luminosidade. Outra idéia é que a luminosidade incide no grupo do lado esquerdo para o direito. Talvez exista algo fora do enquadramento que cause a sombra no lado em que estão as mulheres.

Continuando com o packing house do Ministério da Agricultura, a fotografia seguinte Imagem 2, retrata o interior do barracão.

Fotografia 14 - Vista interior do Packing House do Ministério da Agricultura. 1932



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

A imagem retrata o packing house em pleno funcionamento. O galpão, agora visto do seu interior é bastante espaçoso e arejado. Ao fundo percebemos o que parece ser uma porta. Como não vemos as janelas na mesma parede supõe-se que seja a parte dos fundos em relação à fotografia anterior (Fotografia 13). Na parede direita uma grande janela, o que novamente indica a necessidade de circulação do ar e a manutenção de uma temperatura mais amena para a conservação dos frutos. A cor clara da pintura das paredes dá uma idéia de ampliação do espaço. No teto, do estabelecimento, característico das construções da época não percebemos a inexistência do forro e a exposição da estrutura que mantém o telhado firme. Ainda em relação ao teto, encontramos dependurada do lado esquerdo uma luminária, o que indica a existência de luz elétrica.

No lado esquerdo da imagem encontra-se um grande maquinário no final do qual podemos ver dois homens manipulando-o. Todos os itens descritos não passam de coadjuvantes, entretanto não quer dizer que são insignificantes. Centralizados na imagem, um grupo de homens. Na legenda de Iracema Carvalho (1999, p.30), o homem de branco, mais a frente e sentado, é o próprio diretor do estabelecimento, a quem ela denomina alto funcionário do Ministério da Agricultura. Interessante é a necessidade de frisar sempre o Governo Federal

O que transparece no emprego desta imagem é demonstrar certa rivalidade entre o poder econômico e o político local. A idéia difundida entre os moradores locais é justamente a

falta de apoio que a lavoura citricultora recebia por parte dos representantes municipais. Pereira (1997, p. 139) a respeito de um discurso proferido por Sebastião Herculano de Matos, presidente da Associação dos Citricultores no dia da inauguração do referido packing house, afirma que em seu discurso, Mattos deixa transparecer nitidamente uma situação na qual a política municipal pretendia tirar proveito perante os olhos do Presidente da República. O presidente em questão seria Getúlio Vargas, recém “empossado” no cargo de chefe do Governo Provisório e presente na inauguração da casa de beneficiamento.

Essas relações e disputas entre frações de classes expressam, tal como nos diz Bourdieu (2010, p. 152) que o espaço social é multidimensional, um conjunto aberto de campos autônomos, ou seja, subordinados quanto ao funcionamento e as suas transformações, de forma direta ou indireta ao campo de produção econômica. A idéia em Iguazu é que, sem necessariamente constituírem-se grupos antagonistas, no interior de cada um dos subespaços os ocupantes das posições dominantes e dominadas, estão envolvidos num processo ininterrupto em lutas de diferentes formas.

Voltando à imagem, percebemos um homem com o que parece ser uma vassoura nas mãos, como se tivesse parado de varrer para aparecer na foto. Espalhadas desordenadamente no primeiro plano da imagem, grande quantidade de caixas de frutos, algumas já seladas, outras não. Em ambos os extremos da fotografia encontram-se as esteiras para beneficiamento dos frutos. A esteira do lado direito quase imperceptível, devido aos rapazes que estão em sua frente. Em compensação, a esteira do lado esquerdo, bem longa o que nos remete a linhas de montagem de estilo fordista.

O fato de o Ministério da Agricultura aparelhar um estabelecimento para beneficiamento e embalagem de frutos nos sugere a intenção de utilização de técnicas de tratamento, dentro de uma lógica de modernização das atividades produtoras.

A próxima fotografia corrobora que “dentro do mais absoluto critério da ordem num trabalho muito bonito que sempre mereceu a admiração das mais ilustres visitas” (CARVALHO, 1999, p.27) a ‘terra da laranja’ com a fama de produzir “A melhor laranja do mundo” (CARVALHO, 1999, p.32) atraía curiosos.

Fotografia 15 - Baroni com grupo de visitantes. 1932



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

Observando a imagem a sensação é de que as pessoas estão num local apertado, espremidas, ou talvez a foto fosse registrada com o objetivo de mostrar a concorrência das pessoas para ver as famosas laranjas, ou até mesmo aparecer na foto. A impressão que temos é que muitas pessoas ficaram de fora do enquadramento do fotógrafo. O local registrado provavelmente é onde as caixas são estocadas antes de serem levadas para exportação. Isso é confirmado, pois ao fundo vemos caixas vazias empilhadas, e abertas.

Todas as pessoas estão elegantemente vestidas, os homens de terno e gravata, as senhoras de tailleur, uma jovem senhora de lenço nos cabelos e saia godê. Algumas das pessoas, incluindo a senhora com lenço na cabeça, bem como um rapazinho jeitoso têm em suas mãos folhas de papel. Na realidade são os rótulos das caixas de laranjas iguaçuanas. “Cada exportador tinha o seu” (CARVALHO, 1999, p.32), com a logomarca de sua empresa. Os de Francisco Baroni mostravam a caixa de laranjas com as iniciais FB e o nome ‘Independência’ com uma gravura representando o grito do Ipiranga, numa espécie de

homenagem ao país que o acolheu e fê-lo enriquecer. Tentamos levantar os rótulos dos citricultores, mas infelizmente não obtivemos êxito.

Na foto, Baroni segura alguns em suas mãos. Sua posição direcionado para a esquerda indica que ele está explicando (seus lábios parecem entreabertos), falando sobre os rótulos, para a moça de lenço, que olha diretamente para o rótulo em suas mãos. A senhora de conjunto listrado também parece prestar atenção em sua fala. Os outros, estão bem mais interessados em posar para a fotografia, olham na direção do fotógrafo.

Mais interessante nesta foto é justamente o desinteresse que Baroni demonstra pela iminência da foto que será tirada. Achamos difícil ele não ter percebido o fotógrafo, que deveria estar durante a toda visita guiada. Como homem de bem, bom anfitrião, seu interesse parece ser proporcionar aos seus visitantes uma excursão bem orientada, deixando-os à vontade, próximos de si. Na realidade mesmo que não seja esse o perfil do homem, pelo menos foi o que a imagem fotografada representou.

A série de imagens seguintes retrata o almoço ocorrido no dia da inauguração do terceiro packing house de Baroni. O banquete foi oferecido na sede do Sport Club Iguaçu localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto. Vejamos o que Iracema Baroni noz diz sobre o festim:

A inauguração desse importante estabelecimento industrial em nossa cidade foi realizada em setembro de 1936 sob a presidência do então Ministro da Agricultura Sr. Odilon Braga que, em ato solene representou S. Excia., o Presidente da República! Um lindo banquete oferecido por Francisco Baroni e servido pela Confeitaria Colombo do Rio de Janeiro. (CARVALHO, 1999,p.38)

Fotografia 16 - Banquete de inauguração no Sport Club Iguaçu. 1936



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

Fotografia das mais clássicas, o dia de festa, a inauguração de mais um barracão de beneficiamento de laranjas de Francisco Baroni. Como desde a primeira década do século XX estava em “plena ascensão a respeitável classe dos laranjeiros” (PEREIRA, 1999 p. 123) havia a necessidade de organização de toda uma estrutura social. São fundados o Iguaçu Futebol Clube (1912) e o Esporte Clube Iguaçu (1916). Em 1924 forma-se uma banda, formada pelos laranjeiros. Segundo a tradição local todas essas mudanças estão diretamente relacionadas à citricultura.

Seguindo a imagem 4, percebemos duas mesas ricamente ornadas formando um “T”. Na foto Francisco Baroni está centralizado indicando lugar de honra. Em seqüência, ao seu lado, pessoas de importância. À sua direita o Ministro da Agricultura, Odilon Braga. À sua esquerda Pereira da Silva, prefeito municipal. Sentado ao lado do Ministro o presidente da Associação dos Fruticultores, Sebastião Herculano de Matos.

Pela descrição de Iracema nessa fotografia estão políticos, citricultores e exportadores, advogados, médicos, o prefeito, coletores federais, homens de influência local, homens do comércio.

Isso representa indica a presença das várias frações de classe de Nova Iguaçu. Muito curiosamente, a autora não citou os trabalhadores dos packing houses, ou mesmo os chacareiros. Estes últimos eram arrendatários de pequenas propriedades com plantações e laranja. Ficavam à mercê dos grandes fazendeiros e dos donos de packing houses, em cujos barracões tinham seus frutos beneficiados.

No livro, os trabalhadores só aparecem em duas fotografias, mostradas anteriormente. Mesmo assim, a intenção da autora não parece ser dar muita atenção aos trabalhadores que estão na foto, mas ao fato de a foto ter sido veiculada em uma revista da época. Por este motivo as imagens foram inseridas no livro.

Com relação, ainda à imagem 4, percebemos classes distintas, frações de classe ocupando um mesmo espaço social de representação, o evento de inauguração do estabelecimento de Baroni. Assim, as diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta simbólica para imporem a campo das tomadas de posição ideológica reproduzindo, desta forma, o campo das posições sociais. A classe dominante, de uma forma geral, é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder se assenta no capital econômico tem em vista impor a legitimidade de sua dominação seja por meio de sua própria produção simbólica, seja por intermédio dos ideólogos conservadores. (BOURDIEU, 2010, p. 11)

O que nos interessa é que a fotografia, nesse caso faz parte da produção simbólica do grupo representado na imagem. Não é simplesmente um grupo homogêneo que realiza a dominação, mas vários subgrupos hierarquizados, que em seus âmbitos tentam colocar determinado capital para elevar sua posição ao topo da hierarquia dos princípios da hierarquização (BOURDIEU, 2010, p.12). Em Iguaçu estão nessa disputa os coronéis decadentes, mas possuem certa tradição e respeito na localidade, os coronéis que são ricos, os citricultores beneficiadores, profissionais liberais, políticos, funcionários públicos, ou os que acumulam várias dessas posições concomitantemente, et all.

A imagem 5, abaixo, a mesa do banquete, foi fotografado o Ministro da Agricultura, Odilon Braga, “falando aos exportadores de Nova Iguaçu” em nome do “Ilmo. Senhor Presidente da República, que se fez representar para inaugurar o packing house na Rua Governador Roberto Silveira” (CARVALHO, 1999, p. 40) onde atualmente encontra-se o Top Shopping.

Fotografia 17 - Ministro Odilon Braga discursando, 1936



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

Nesta imagem, o ministro da agricultura, ocupando lugar de honra, ao lado de Francisco Baroni. O instantâneo sugere um discurso acalorado, emocionado, dada disposição na qual o ministro é representado. Ele também parece austero, característica típica de um respeitável ministro.

O ministro tem a atenção de todos, que o olham fixamente, atenciosamente ouvindo suas palavras, exceto o senhor à sua esquerda, que olha na direção do fotógrafo. O plano da foto é médio, abarca toda a mesa contemplando o ministro, o que parece conferir a ele certo grau de importância. Isso é o que chama a atenção na foto. Observando a imagem 6, percebemos justamente o contrário.

Fotografia 18 - Prefeito Pereira da Silva discursando.1936



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

Diferentemente do discurso do ministro, ninguém, pelo menos as pessoas enquadradas na foto, inclusive o ministro, dá atenção ao cavalheiro, prefeito Pereira da Silva. Já dissemos anteriormente sobre certa rivalidade entre os citricultores e a política local. Sua presença e o aparente desdém, inclusive o olhar distante de Francisco Baroni, nos sugerem que a presença do prefeito é mera formalidade. Nesse caso o plano da fotografia é restrito, enquadrando Baroni e o ministro..

A próxima foto, imagem 7, também em plano mais restrito registrou o discurso de Sebastião Herculano de Matos, presidente da Associação dos Fruticultores de Nova Iguaçu.

Fotografia 19 - Sebastião Herculano de Matos discursando. 1936



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

Nesta imagem a sensação que temos é que Matos logo após ser anunciado, levantou e está a ponto de iniciar seu discurso. Isso nos fica aparente nas expressões de Baroni e do ministro, que parecem estar aguardando, com as mãos descansadas, sobre a mesa, o pronunciamento do líder dos fruticultores.

O motivo desta foto é o fato de Sebastião Herculano de Matos, farmacêutico por profissão e dono de estabelecimento comercial, foi o líder dos citricultores durante muito tempo. Em 1923, ele teve a idéia “sobre a fundação de uma sociedade de classe congregando os interesses dos citricultores e exportadores” (PEREIRA, 1977, p. 129). Surge, assim, o Sindicato Agrícola de Iguaçu, nascido dentro de certo Grupo dos Progressistas³⁵. Em 1924, por sugestão do Ministério da Agricultura, o Sindicato passou a chamar-se Associação dos Fruticultores de Nova Iguaçu. Os associados só poderiam vender sua produção através dessa instituição. Daí, o interesse em ter um homem de tamanha importância e poder de barganha em local de honra. Não é simplesmente por ser presidente de um ‘sindicato’, mas pelas

³⁵A única referência a este grupo é em PEREIRA, W. Cana, Café e Laranja. Tentamos encontrar maiores informações, mão não conseguimos. Fica a sugestão para uma nova pesquisa.

atribuições que o cargo lhe confere, dentro de uma lógica de relações de poder e disputas políticas.

Segundo Bourdieu (2010, p. 134) a posição que determinado agente ocupa no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa, nos diferentes campos, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja o capital econômico, o capital social, o capital simbólico. Este último geralmente chamado prestígio, fama, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. O capital representa um poder sobre um campo, sobre o produto acumulado do trabalho, e conseqüentemente sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de determinada categoria de bens, rendimentos e ganhos provenientes destes. Como representante da classe dos citricultores, Sebastião Herculano de Matos é portador de um capital simbólico em decorrência de a instituição que ele dirige ser a única autorizada realizar o comércio das laranjas. Isso justifica por si só, sua presença e ocupação de lugar de honra, bem como a foto no livro de memórias.

Fotografia 20 - Sebastião Herculano de Matos discursando. 1936



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

Segundo Iracema Baroni (1999, p.43), os componentes presentes na foto foram especialmente convidados para a inauguração, juntamente com o ministro da Agricultura. A primeira diferença entre a imagem 1 e a imagem 8, ambas fotos do grupo, nesta última foram excluídas as mulheres, além de ser um grupo mais seletivo de homens. Interessante que o prefeito não aparece e centralizados estão Odilon Braga, Francisco Baroni e Sebastião Herculano de Matos. Isso nos indica que o ato de fotografar é intencional e seletivo. Se numa primeira fotografia (Imagem 1) todos aparecem, na imagem 8, (as fotos referentes ao livro se encontram aqui dispostas na seqüência que estão no mesmo) só participa da pose fotográfica aqueles que ocupam maior importância, provavelmente os detentores de maior capital simbólico.

Percebemos nesta seleção realizada pela autora, uma tentativa, uma necessidade de preservar acontecimentos vividos no passado. Esses momentos podiam ser resguardados dentro de um álbum, ou mesmo num porta-retratos. O que ocorre é uma tentativa de fazer com que a história daquele distinto grupo seja confundida com a história de todos.

3.3 Manipulações de imagens no projeto de construção de memória

Considerando que o trabalho com imagens, como com qualquer outra fonte histórica deve ser acurado, no momento de seleção das imagens para a pesquisa achamos por bem conferir a veracidade das datas e se os personagens que apareciam nas fotos eram aqueles descritos pela autora nas legendas do livro. As fotos seguintes nos demonstram primeiramente como informações podem ser veiculadas de forma equivocada, seja de forma acidental ou proposital.

A data atribuída às imagens das quais nos ocuparemos em seguida é referente à década de 1930, época considerada de maior prosperidade do negócio da laranja em Nova Iguaçu. Entretanto acabamos por comprovar, cruzando algumas simples informações, disponíveis no domínio público que as datas não posteriores à década de 1930. Na foto seguinte, imagem 9, aparecem Francisco Baroni e o então governador do estado do Rio de Janeiro, Edmundo Macedo de Soares. Importante ressaltar que nas legendas dessas fotos, não indicaremos as datas, pois as mesmas serão discutidas no texto.

Fotografia 21 - Gov. Edmundo M. de Soares e caravana



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

Conferindo a foto, confirmamos que o senhor de óculos é o governador Edmundo Macedo, mas que a foto não é de 1930. O período que o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro³⁶ atribui ao mandato do governador é de janeiro de 1947 a janeiro de 1951. A partir de nossa averiguação, percebemos que a foto 9 data da década de 1950. A produção da laranja estendeu-se até meados da década de quarenta (CARVALHO, 1999, p. 51), já em vias de decadência. Os frutos já apodreciam nos pés e o processo de loteamentos ganhava fôlego. Não encontramos fontes que confirmem a hipótese, mas provavelmente a fotografia foi registrada em uma visita, na qual os citricultores estariam interessados em reerguer a lavoura de laranjas.

A foto seguinte, imagem 10, retrata Francisco Baroni, tendo imediatamente ao seu lado direito o Senador Gilberto Marinho e o Governador Ernani do Amaral Peixoto.

³⁶ Empossado em janeiro de 1947, deixou o cargo em janeiro de 1951. Conferir em Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2 ed. RJ: Ed FGV, 2001. Cf. e, http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/edmundo_de_macedo_soares

Fotografia 22 - Gov. Ernani do Amaral Peixoto e Senador Gilberto Marinho



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

A foto foi registrada dentro do packing house de Baroni. O senador Gilberto Marinho teve dois mandatos como Senador da República. Entre 1955 e 1963 e entre 1963 e 1970³⁷. Ernani do Amaral Peixoto foi interventor do estado do Rio de Janeiro durante o Estado Novo e Governador eleito entre 1951 e 1955³⁸. Cruzando as datas em que ambos ocuparam os cargos essa fotografia provavelmente foi tirada entre 1951 e 1955, mais de dez anos depois da data atribuída por Iracema Baroni, década de 1930.

³⁷ Consultar o Portal senadores, no sítio do Senado federal:

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1721&li=41&lcab=1959-1963&lf=41

³⁸ Para confirmar as datas, cf. em *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001] http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ernani_amaral_peixoto

Outra foto onde encontramos o mesmo erro de datação é a Imagem 10, em que estão presentes além de Baroni, novamente Amaral Peixoto e o Senador Pereira Pinto³⁹.

Fotografia 23 - Gov. Ernani do Amaral Peixoto e Senador Pereira Pinto



Fonte: Arquivo Iracema Baroni.

Cruzando novamente os períodos de mandatos, Pereira Pinto foi senador entre 1946 e 1955 e o mandatos de Peixoto citados acima, concluímos que a foto foi tirada também entre 1951 e 1955. Outra questão, as Imagens 10 e 11 foram registradas no mesmo dia, se

³⁹ Conferir as informações no Portal Senadores, no sítio do Senado Federal:
http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1898&li=38&lcab=1937-1946&lf=38

observarmos que Francisco Baroni e o Governador estão vestidos com o mesmo terno em ambas as fotos.

Podemos supor que os senhores nessas fotos vieram tratar das questões relacionadas à crise que a citricultura entrou com o advento da Segunda Guerra Mundial. Sobretudo porque o Senador José Carlos Pereira Pinto foi Presidente das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio entre 1947-1952⁴⁰ do Senado Federal.

Indaguemos agora os motivos de Dona Iracema Baroni ter cometido esses enganos. Teria sido proposital? Provavelmente não. Segundo a biografia de sua família, escrita em Laranjas Brasileiras (1999, p.58), Francisco Baroni, nas primeiras décadas do século XX, passou de dono de estabelecimento de comércio citricultor e teve ainda na época de seu armazém. No livro encontramos uma foto do Comendador com toda a família datando de 1946. Iracema aparece, bem jovem, menina moça. Provavelmente com seus 18 anos, o que nos indica que no período considerado áureo dos laranjais era uma jovem moça. Viveu muitas histórias, ouviu muitas histórias. A jovem Iracema cresceu em meio ao perfume dos laranjais.

Pollack (1992) diz que nem tudo fica gravado na memória. Nem tudo fica registrado. A memória também é herdada. Isso explica o fato de Iracema datar todas as fotos como se fossem da década de 1930, período em que a citricultura iguaçuana viu seu auge. Assim como viveu os acontecimentos quando era jovem e os relatou já na velhice, ocorreram projeções, transferências em relação a determinado período. Provavelmente para ela todas as fotos tratavam do período atribuído por ela, a década de 1930. Seu compromisso mostrar a verdade. Mas a verdade construída em torno de um tempo passado. As projeções de memória podem ocorrer em relação a eventos, lugares, personagens (POLLACK, 1992, p.3).

3.4 Memória, identidades e tradições inventadas

Imagens do passado na memória, imagens do passado no fixadas pela luz no papel. Necessidade de exorcizar o tempo, reviver na memória as lembranças juvenis. Um mundo iluminado pela brandura do sol e perfumado pela fragrância cítrica exalada pelos laranjais que

⁴⁰ Conferir as informações no Portal Senadores, no sítio do Senado Federal:
http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1898&li=38&lcab=1937-1946&lf=38

projetam os raios do sol deixando uma atmosfera áurea, envelhecida, como as fotografias pelo tempo.

Se o tempo não volta, resta apenas substituir essa doce época pelo duplo do instantâneo fotográfico, que auxiliado pela memória e com um sentimento nostálgico se incumbem de realizar a viagem ao passado.

Nossa intenção agora é entender como uma lembrança pertencente a uma fração de classe específica, os citricultores, acaba se reverberando em toda a sociedade iguaçuana de modo a transformar-se num mito da idade de ouro. Se num primeiro momento a memória é individual, particular, ela também faz parte do social, ou seja, ela é um fenômeno coletivamente construído e submetido a algumas variações. Todos os elementos constituídos coletivamente, primeiramente são vividos pessoalmente. A partir de então, nascem os fenômenos ‘vividos por tabela’, aqueles vividos por grupos ou pela coletividade à qual determinado indivíduo possa pertencer (POLLACK, 1992, p.2).

Esse fenômeno ocorre em Nova Iguaçu. A classe citricultora, e seus descendentes viveram uma época áurica em torno das riquezas proporcionadas pela cultura das laranjas. Essa história foi perpassada por gerações, inclusive porque, como eram famílias abastadas possuíam certo grau de tradição, respeito, consideração. Além de tradição, seus recursos financeiros, sobretudo a partir do loteamento das terras possibilitaram a perpetuação desses indivíduos nos espaços de hierarquização de poder. O que possibilitou essa hierarquização foi o seu capital econômico e principalmente o prestígio que a classe adquiriu com o passar dos anos, seu capital simbólico. “O mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto” (BOURDIEU, 2010, p.118).

Outro ponto a se destacar é o fato de a memória ser seletiva. O que acontece é que determinado indivíduo ou grupo, a despeito do sentimento de nostalgia se volte para determinado período de sua história e construa em torno dele um mito. Mas não é um passado qualquer; é o passado no qual a classe dispunha de certo prestígio. De tal modo ocorre que as frações dominadas acabam incorporando essa história de um passado mítico para si. Nas palavras de Bourdieu (2010, p.112), Os critérios de identidade regional são objetos de representações mentais, de atos de percepção e apreciação, de conhecimento em que os agentes investem seus interesses em coisas, ou atos, num tipo de estratégia de manipulação simbólica que objetiva determinar as representações mentais que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores.

Em Nova Iguaçu, as classes dominadas a partir de um processo de socialização política e histórica, acabam se identificando ao passado mítico, e o fenômeno acontece de tal

forma que possa se considerar uma memória herdada (POLLACK, 1992, p.2). Em muitos casos, os indivíduos não participaram de determinado acontecimento, não sentiram o perfume dos laranjais. Entretanto este episódio da história local tomou contornos de tamanha evidência, que as pessoas não conseguem distinguir se participaram ou não. De acordo com Joutard (apud POLLACK, 1992, p. 2) podem existir acontecimentos que marcam de tal forma uma região ou grupo que sua memória pode ser transmitida através dos tempos com alto grau de identificação.

Em termos de memória e nostalgia, consideramos em Nova Iguaçu uma tentativa de restauração dos hábitos do passado, e acabamos por nos remeter ao conceito de tradições inventadas cunhado por Hobsbawm. Nesse caso a tradição inventada é aquela em torno do mito da laranja. Segundo Hobsbawm (1997, p.9) as tradições inventadas incluem tanto as formalmente institucionalizadas quanto as que surgem de forma mais difícil de localizar num período limitado de espaço e tempo. Às vezes elas se desenvolvem em torno de poucos anos como acontece em Nova Iguaçu. As plantações de cítricos se iniciaram em finais de século XIX, e tiveram um desenvolvimento ascendente, o ápice nas décadas de 1920 e 1930, seguido pela crise em decorrência do Conflito Mundial de 1939. Não estamos defendendo aqui uma evolução baseada em ciclos econômicos, entretanto, num período de 50 anos ocorreu o início, auge e crise. Há quem diga ter sido um “último suspiro agrário” (ALVES, 2003, p.48).

Nesse curto período de tempo, nasce uma classe tradicional, com elementos clássicos de distinção. Muitos dos participantes destas são remanescentes da época dos coronéis e ainda sustentam esse título, outros são imigrantes italianos que chegaram sem nada na terra da promessa e a conquistaram.

No que tange às tradições inventadas, são de grande valia para a compreensão do fenômeno na cidade perfume. São caracterizadas por estabelecer continuidade com o passado histórico, na medida em que há referência a este passado. A idéia é que pessoas que não viveram naquela época sintam-se abarcadas pela atmosfera que paira em torno do tempo que se foi. As tradições inventadas, desta forma, não são uma criação *ex nihilo*, muito menos um simples ato de construtivismo social. (BOYM, 2002, p.42). Elas se baseiam num sentimento de perda de uma comunidade e oferece conforto coletivo dentro dos anseios individuais. (BOYM, 2002, p.42)

Muito interessante é como as novas classes de políticos, se utilizam de um movimento de regresso na tentativa de manter uma continuidade com aquele tempo. Exemplo bastante claro deste fenômeno foram duas últimas eleições municipais.

O candidato da oposição, doravante forasteiro, utilizou em sua logomarca e em sua campanha a cor laranja, bem como no próprio governo. Depois de vencido o pleito, a própria Igreja de Santo Antônio teve sua cor mudada para amarelo e laranja. Quando do projeto de modernização da Via Light⁴¹, várias mudas de pés de laranjas foram plantada nos canteiros centrais de modo desenvolver certa continuidade e principalmente uma familiaridade ao passado idílico e bucólico. Um indivíduo que vem de fora, apropria-se de um discurso de levar mudanças e transformações, propondo a ruptura da ordem política, mas estabelecendo uma relação com os “tempos de outrora”.

Também em nome da tradição, os grupos locais, na iminência de sua substituição nos espaços de representação, também se apóiam no mito da idade de ouro iguaçuano, na tentativa sustentarem-se nestes espaços de poder. “A invenção das tradições acaba por se transformar essencialmente num processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado” (HOBSBAWN, 1997, p. 12) . A memória e a identidade acabam, segundo Pollack (1992), transformando-se em valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, entre os vários grupos políticos em disputa pelo poder.

As tradições, no caso iguaçuano são inventadas, na medida em que ocorrem transformações amplas e rápidas. Primeiramente quando dos processos de crise da laranja e de loteamentos, o que causará a reorientação da cidade para suprir as demandas de espaços causadas pelo inchaço do município do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, e numa época mais recente são apropriadas por grupos políticos tradicionais da localidade, na tentativa destes conseguirem sua manutenção no poder mediante a possibilidade de mudanças. Neste caso mais seletivamente o passado dourado é apresentado.

Entendemos que em Nova Iguaçu, “as tradições são organizadas com propósito de socialização e inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões comportamentais” (HOBSBAWN, 1997, p. 16). A memória em torno destas tradições acabam por configurar elementos constituintes de sentimentos de identidades, tanto individuais – seja dos remanescentes das famílias ditas tradicionais- quanto coletivas – seja por parte da sociedade iguaçuana com um todo. Nesta medida a memória acaba por se transformar num fator extremamente importante nos sentimento de continuidade de pessoas e grupos em suas reconstruções. (POLLACK, 1992, p.5).

⁴¹ A RJ-081, oficialmente denominada e popularmente conhecida como Via Light é uma via expressa do estado do Rio de Janeiro, que liga os municípios do Rio de Janeiro a Nova Iguaçu, atravessando os municípios de São João de Meriti–Nilópolis e Mesquita. Levando este nome porque beira as torres de alta tensão da concessionária de energia que abastece o Rio. Cf., em http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_Light.

A memória, “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade” (LeGoff, 1990 p.476). Na cidade perfume, ela acaba transformando-se em um instrumento e objeto de poder. O poder do grupo que anseia perpetuar sua existência enquanto grupo, um poder de fazer o próprio grupo impondo princípios de visão única de sua identidade. O que está em jogo é a imposição de percepções, de visões de mundo nas quais está em evidência a época da citricultura bem como os principais representantes daquele período.

Os significados atribuídos à cidade são constitutivos de memória, criando versões da verdade do que foi Nova Iguaçu. Representado por um passado bucólico em contraste ao crescimento urbano desestruturado e violência recentes. Este passado traz à memória os laranjais floridos, o perfume cítrico espalhado pela brisa do entardecer, uma representação poética que serve como mecanismo de consagração do passado e constituição de identidades locais. Neste caso, percebemos que esse passado recente se transforma em um objeto de criação de identidades naquilo que Bordieu denomina ‘*representações objectais*’, em que os agentes investem em atos de manipulação simbólica com finalidade de produzir a representação mental que os outros terão de determinado episódio (BORDIEU: 2010 p. 112).

Os moradores comemoram os tempos dourados da cidade perfume, de maneira que estes permaneçam, como que atemporais. Entendemos, outrossim, como as sociedades têm a capacidade de mobilizar, de imobilizar o tempo a seu modo de modo a criar identidades.

Percebemos que cada sociedade costura o espaço a partir de suas relações políticas, sociais e econômicas de maneira a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças. As sociedades se utilizam ainda destas lembranças para perpetuação de territórios de disputas dentro do jogo político e legitimação de determinados conceitos.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou compreender, a partir dos registros fotográficos, o processo de transformações urbanas e as relações de poder no campo político local.

A documentação fotográfica utilizada como fonte em nossa pesquisa revela-nos as mudanças ocasionadas em Nova Iguaçu no recorte espacial delimitado. Transformações urbanas e relações sociais. Nesta pesquisa, analisamos, ainda, como na localidade as fotografias inserem-se auxiliando no processo de reconstrução de memórias e consolidação de identidade. Na condição de reveladora implícita de fatos não ditos, ela nos desafia a desvendar algumas vicissitudes do cotidiano, bem como manipulações ideológicas que passariam despercebidas por olhares leigos.

Ao estudar a cidade de Nova Iguaçu e suas relações políticas e transformações urbanas, nos remetemos à retórica que, segundo Aristóteles, é o germe da política. (ARGAN, 1997, p.38). A política é exercida na polis – a cidade antiga – que se funda originariamente sobre a possibilidade de persuasão recíproca. A cidade, cuja sede é deslocada para as margens da ferrovia, abriga o centro de poder local, e ao seu redor desenvolve-se o projeto de avenidas que correspondem ao trânsito e à necessidade de comunicação; essa comunicação ainda se dá de forma contínua com a metrópole – a cidade do Rio de Janeiro - através da ferrovia esse novo traçado urbano obedece à toda uma retórica, através da qual uma nova ordem hierárquica é estabelecida na cidade.

Assim definem-se e distinguem-se locais de moradia das frações de classe em luta no campo político local. Delimitam-se, ainda, locais de lazer, de comércio de atividades liberais e da própria citricultura. Outra questão interessante é a compreensão da cidade através da metáfora do palimpsesto: várias cidades são escritas e reescritas, coexistindo no espaço socialmente construído. O esquema urbanístico se baseia na perspectiva da função do pensamento que pensa o espaço, mesmo que inconscientemente.

O traçado urbano indica a nova ordem hierárquica que é estabelecida na cidade. E dentro deste traçado, a classe dominante, com suas frações de classe – citricultores, políticos, profissionais liberais (em muitos casos ocupando varias dessas posições ao mesmo tempo) –

luta pelo poder de impor visão legítima do mundo social com objetivos de criar sentimento de unidade e identidades locais, através da manipulação da memória.

Para impor a legitimidade de sua dominação, e a perpetuação desta, esses indivíduos e seus descendentes, se apóiam na produção simbólica. Se utilizando da memória, e de sua possibilidade de seletividade, esses indivíduos tentam configurar em torno do passado áureo um mito da idade de ouro, uma idade mítica. Movidos pela nostalgia e pela necessidade de manter seus espaços de representação, criam a idéia de um tempo de antes, um passado clássico e bucólico onde tudo era belo e perfeito, sobretudo levando em consideração o histórico de violência e pobreza recentes. Este retorno ao passado tem a intenção de manter a coesão de grupos e instituições que formam a sociedade para definir seu lugar respectivo (POLLACK, 1989, p. 09).

Com relação aos desdobramentos da pesquisa, temos intenção de dar continuidade, muitas questões ainda necessitam ser respondidas. Novas pesquisas ainda necessitam ser realizadas, sob outras óticas. Surge inclusive a idéia de pesquisar os trabalhadores da citricultura, talvez sob a ótica da história vista de baixo, e com a metodologia de história oral.

Nossa intenção, não é esgotar o tema, entretanto, apenas propor novas visões a respeito de temas que costumam ser insistentemente tratados no contexto local. Entretanto, ao analisar este assunto e recorte temporal, percebemos uma saturação no que tange as formas de apreensão e veiculação dos mesmos. Tentamos, demonstrar, ao escolher a história iguaçuana na década 30 e selecionar fontes imagéticas, que não apenas na teoria, mas na prática, o conhecimento histórico pode debruçar-se sob os mais diversos objetos, propondo novas abordagens, fontes e problemas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. RBCS. Vol.15, N. 44, outubro de 2000.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao extermínio. Uma história de Violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, Clio, 2003.

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANHEZINI, Karina. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Belo Horizonte. Vol. 21. N 34, 2005.

ARGAN, Giulio. Clássico anticlássico. O renascimento de Brunelleschi a Bruegel. SP: Cia das Letras, 1999.

_____. Imagem e persuasão. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

BAUDELAIRE, Charles. Sobre a modernidade (O pintor da vida moderna). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. Pequenos poemas em prosa (O spleen de Paris). São Paulo: Hedra, 2011.

BARROS, Ney Alberto Machado de. Para entender a urbanização de Maxambomba. Nova Iguaçu, 2011. Ex. mimeografado.

BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. Elementos de semiologia. São Paulo: Cultrix, 2001.

BAZIN, André. Ontologia da imagem fotográfica. In: O cinema. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão e Editoração, 1992.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

BERG, Tiago José. Paisagem e hinos nacionais: uma narrativa da nação 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008.

BLOCH, Marc L. B. Apologia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOURDIN, Alan. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. O poder simbólico. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOYM, Svetlana. The Future of Nostalgia. New York: Basic Books, 2001.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003.

BURKE, Peter. A escola do Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp, 1997.

BUSSELLE, Michael. Tudo sobre fotografia. 8. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Vol. 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Repensando a Construção do Espaço. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v.3 nº 1 p. 7-8, 1998.

CARVALHO, Iracema Baroni de. Laranjas Brasileiras. Nova Iguaçu, RJ: SCEL, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados. Escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: Castro, I. E. ET alli (orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CRIVELLO, Natalia Azevedo. Nova Iguaçu entre o passado e o presente: a construção do espaço através da fotografia. Monografia de Graduação. Nova Iguaçu: Unig, 2008.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. Revista. Espaços & Debates. São Paulo: Cortez, n. 24, 1988.

DUBOIS, Phillippe. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Mônica Kornis. Estudos históricos. Rio de Janeiro. N. 34, julho-dezembro de 2004.

DIDI-HUBERMAN, Georges. O que vemos, o que nos olha. São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. Como levar o mundo nas costas. Disponível em <<http://museoreinasofia.es/exposiciones/actuales/atlas.html>>. Acesso em: mar. de 2011.

ELKINS, James. *The object Stares Back. On the nature of seeing*. Orlando: Harcourt, 1997.

FADEL, Simone. *Meio Ambiente, saneamento e engenharia no período do Império a primeira República: Fábio Hostilio de Moraes e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

FALCI, Miridan Britto. *História Regional – Conceitos, Métodos e Problemas*. Revista do. IHGRJ. Rio de Janeiro, 2001.

FAURY, Simone (coord). *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reação republicana e a crise política dos anos 20*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 11, 1993.

_____. *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república. (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FICHER, Tânia. *Poder local: um tema de análise*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Vol. 4, 1992.

FOUCAULT, M. *as palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. SP: Martins Fontes, 1999.

GEIGER, Pedro Pinchas; SCHAEFFER, Regina P. G. Espíndola. *Notas sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense*. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. N.4, 1951. Serviço Geográfico do IBGE.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense*. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. N.8, 1955. Serviço Geográfico do IBGE.

GEIGER, Pedro Pinchas; ET all. *Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: outubro-dezembro de 1956.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, C. *Mitos emblemas e sinais,. Morfologia e história*. SP: Cia das letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do rio... os intelectuais e o modernismo*. Estudos históricos, Rio de Janeiro. Vol. 6, n.11, 1993.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner. (1942-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência. Sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado. (Brasil 1910-1930). Estudos históricos, Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 11, 1993.

HARVEY, David. A condição pós moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUISSEN, Andreas. Present Pasts. Urban Palimpsests and the politics of memory. Stanford: Stanford University Press, 2003.

KNAUSS, Paulo. Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. Tempo. Rio de Janeiro. Vol 2, n. 3, 1997.

_____. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. Art Cultura, Uberlândia, Vol. 8, n. 12, jan-jun 2006.

_____. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. Anos 90, Porto Alegre. Vol. 15. N 28, dez. 2008.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo: SICCT, 1983.

_____. Estética, Memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. ACERVO – Revista do Acervo Nacional. Vol. 6, n 1-2, jan-dez 1993. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

_____. Fotografia e história. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHLMANN Jr., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação, n. 14. Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

Le Goff, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990. Coleção repertório. Versão digitalizada.

LEOPOLD, Maria Antonieta P. A economia política no Primeiro Governo Vargas. (1930-1945). In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Vol. 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

LUCENA, Célia Toledo. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes (orgs). Discutindo Identidades. São Paulo: Humanitass/Ceru, 2006.

MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni et all. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MAUAD, Ana Maria. Sob o signo da imagem. A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Dissertação de Mestrado. ICHF-UFF-CEG, 1990.

_____. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. Tempo, Rio de Janeiro. Vol. 1, n 2, 1996.

MAUAD, Ana Maria; CARDOSO, Ciro Flamarion. HISTORIA E IMAGEM: OS EXEMPLOS DA FOTOGRAFIA e do cinema In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 23, n. 45, 2003.

MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo revisitado. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol. 1, n. 2, 1998.

MOTTA, Marly Silva da. A nação faz cem anos: o Centenário da Independência no Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

_____. A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

_____. Sinais de modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Vol. 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Vol. 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

PANTOJA, Sílvia. As raízes do pessedismo fluminense. A política do interventor. (1937-1945). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

PEIXOTO, Rui Afranio. Imagens Iguassuanas". Ed Autor: Rio de Janeiro, 1968.

PEREIRA, Waldick. A mudança da Vila. História Iguaçua. Nova Iguaçu, RJ: IHGNI, 1970.
_____. Cana, café e laranja. História econômica de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu RJ: FGV-SEEC-RJ, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço. Por uma história cultural do urbano. Estudos históricos, Rio de Janeiro. Vol. 8, n. 16, 1995.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, RJ, vol. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992

POMIAN, K. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. V. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo/ razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Ana Maria. MENDONÇA, Sonia Regina. A economia agrícola fluminense (1910-1920). Revista Rio de Janeiro, N 18-19, jan-dez. 2006.

SIMÕES, Manuel Ricardo. A cidade estilhaçada. Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno 2007.

SILVA, Márcia da. Poder Local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. Sociedade e Natureza, Uberlândia, 20 (2) dez 2008.

SILVEIRA, Jorge Luís Rocha. Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense. (1850-1890)

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada. Reestruturação econômica e emancipações na Baixada Fluminense. Mesquita-RJ: Entorno, 2007.

SOARES, M. T. de Segada. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIV, n.2.abril-junho de 1962.

_____, et all. Organização espacial da agricultura no estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de geografia. Rio de Janeiro, 39 (2): 3-4, abril-junho de 1977.

SONTAG, Susan. Ensaio sobre fotografia. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

SOUZA, Nelson Mello e. Modernidade: desacertos de um consenso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

RÉMOND, René. . *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org) Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

_____. Proposições: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERj, 2009.

REZNIK, Luís, et all. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

SANT'ANA, Marcel Cláudio. Período colonial: outras possibilidades de leituras sobre o planejamento de cidades na América Latina. UNB, abril de 2002.

TORRES, Gênesis (org). Baixada Fluminense: a construção de uma história. São João de Meriti-RJ: IPAHD, 2004.

VELLOSO, Mônica P. Os intelectuais e política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Vol. 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol. 8. n. 16, 1995.

WILLIAMNS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Fontes

Imagéticas:

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu

Acervo Iracema Baroni de Carvalho.

Disponíveis em meio eletrônico:

História de Nova Iguaçu

<http://www.novaiaguacu.rj.gov.br/simbolos.php>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_Light

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/>

Portal Senadores

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1721&li=41&lcab=1959-1963&lf=41

Discursos de Nilo Peçanha

PEÇANHA, Nilo. Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. 1910

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1299/000004.html>>

PEÇANHA, Nilo. Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. 1916.

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u885/000007.html>>

Noções de física

<www.sofisica.com.br/conteudos/Otica/Fundamentos/camaraescura.php>

Resolução N. 26, de 22 de julho de 1948.

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu